



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CUNTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
PPGEDUC

JOÃO BATISTA RODRIGUES DE SOUSA JÚNIOR

**DA GÊNESE ÀS NOVAS GERAÇÕES SINDICAIS: juventude e atuação política
no Sindicato dos Trabalhadores(ras) rurais de Cametá**

Cametá-PA
2017

JOÃO BATISTA RODRIGUES DE SOUSA JÚNIOR

**DA GÊNESE ÀS NOVAS GERAÇÕES SINDICAIS: juventude e atuação política
no Sindicato dos Trabalhadores(ras) rurais de Cametá**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na linha de pesquisa Educação Básica, Tecnologia, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá como exigência à obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

Cametá-PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S725g Sousa Júnior, João Batista Rodrigues de
 DA GÊNESE ÀS NOVAS GERAÇÕES SINDICAIS : juventude e atuação política no Sindicato dos
 Trabalhadores(ras) rurais de Cametá / João Batista Rodrigues de Sousa Júnior. - 2017.
 165 f. : il.

 Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Campus
 Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.
 Orientação: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

 1. Educação do Campo. 2. Juventude. 3. Movimentos Sociais. 4. Práxis sindical. 5. Sindicato dos
 Trabalhadores Rurais de Cametá. I. Nunes, Francivaldo Alves, *orient.* II. Título

CDD 370

JOÃO BATISTA RODRIGUES DE SOUSA JÚNIOR

**DA GÊNESE ÀS NOVAS GERAÇÕES SINDICAIS: juventude e atuação política
no Sindicato dos Trabalhadores(ras) rurais de Cametá**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na linha de pesquisa Educação Básica, Tecnologia, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá como exigência à obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
PPGEDUC/UFPA - Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria Marize Duarte
PPGCR/UEPA - Examinadora Externa

Prof. Dr. Henry Willians Silva da Silva
PPGCR/UEPA - Examinador Externo

Prof. Dr. José Valdinei Albuquerque de Miranda
PPGEDUC/UFPA - Examinador Interno

Cametá-PA
2017

Ao meu avô Jerônimo Pereira (*in memoriam*), minha mãe, meus irmãos, minha esposa e filha, exemplos de superação e de humanidade. Seus apoios servem como sustento nas dificuldades e coragem para seguir trilhando os caminhos justos da vida.

Aos jovens sindicalistas do STTR-Cametá, que resistem à múltiplas dificuldades na luta por melhores condições de vidas em seus mais diversos ambientes sociais e culturais.

Aos jovens de ontem que doaram suas vidas e militâncias por uma utopia transformadora de uma sociedade mais justa e sustentável.

Aos que ainda acreditam na utopia da luta contra as contradições do capital e da exploração do trabalhador.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, Onipotente, Onisciente e Onipresente, o qual me permitiu edificar parte de minha história, que me permite diariamente galgar os caminhos mais difíceis da vida com retidão. Aquele que me protege e dota de sabedoria diante das indecisões e ações. Diante do que creio e do que vivo o glorifico e dou-lhe a honra de agradecê-lo infinitamente.

À minha família elevo meus agradecimentos, pois como dizia um certo texto que fiz a minha amável mãe, **Benedita Pastana Pereira: ...nós sentamos juntos, comemos juntos, rezamos juntos, estudamos juntos. Sentimos a fome, o frio e as marcas das desigualdades juntos. Olhamos o horizonte e sentimos o frio juntos. Tememos juntos. Mas nunca desistiremos porque a vitória é daqueles que lutam e nunca desistem.** Foram muitos os artifícios para burlar as dificuldades em prol de se ter um filho formado na Universidade. A vocês meus mais puros e ternos agradecimentos.

A minha companheira afetiva e amiga Tainá Carvalho Pantoja, pessoa que sempre me motivou a **crescer juntos**. Com seu apoio pude perceber melhor meus potenciais e onde posso chegar. E, em meio a nós, nascido de nós, agradeço a pequena Manuela de Maria, nossa menina e ao pequeno Pedro, que ansiosamente esperamos seu nascimento – nossos filhos amados.

À Juventude Unida do Bairro (JUBANO)¹, onde por mais de dez anos aprendi no teatro popular os contornos da vida, em imitar nas tragédias e comédias o mundo real, as coisas como, de fato são. Com vocês aprendi que o caminho das drogas e da criminalidade não eram caminhos, mas destruição. Na tessitura dos enredos e das performances conheci o Grande Mestre Jesus Cristo, maior pensador que os livros me mostraram.

Aos padres Barnabitas e padres da Diocese de Cametá. Neste sentido agradeço infinitamente ao Padre Ramos, homem de Deus e detentor de uma intelectualidade extraordinária, quem me ensinou o que de fato significa estudar. Lembro-me de uma conversa que tivemos, o qual me dizia: **.... filho, estudar não é enganar-se, fingir para o superior que é estudioso, mas, sobretudo, consiste, em estudar para si, de modo a**

¹O presente Grupo fazia parte da Comunidade de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, Paróquia São João e vinculada a Pastoral da Juventude (PJ), localizada no Bairro Novo, o qual foi o primeiro bairro periférico do município de Cametá. No final da década de 1980 alguns jovens advindo do campo (do interior), ao participarem das Comunidades Cristãs em suas localidades decidiram criar um grupo para expressar suas espiritualidades e praticas cristãs católicas e criaram um grupo teatral com a finalidade de tirar os jovens das drogas e participarem das atividades comunitárias.

contribuir com o ‘mundo’ [a sociedade]. E para isso, se torna impossível se não pôr a bunda na cadeira, os cotovelos e um bom livro sobre a mesa e uma cabeça *fumaçando*. Neste mesmo ensejo, agradeço ao padre Sandro Giovani pelas numerosas viagens missionárias pelas comunidades Cristãs ribeirinhas de Cametá, momentos de muitas trocas de experiências e aconselhamentos. Na verdade, foram aulas que serviram-me grandemente. Sem esquecer dos momentos missionários com nosso Bispo José Maria Chaves, o qual sempre buscou me motivar a vencer os desafios da vida.

Especialmente agradeço ao Padre Raimundo Nonato Martins, homem de Deus e de uma compreensão social extraordinária. Agradeço pelos incentivos e investimentos em minha vida acadêmica. Foram muitos os congressos e encontros que pude participar pelas colaborações financeiras que me proporcionou. Assim, como, também, foram muitos os conselhos e acolhimentos nas dificuldades.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá pelos momentos de experiência e formação. Neste sentido, muitos filhos das classes dos trabalhadores Rurais puderam desfrutar de projetos de formação que lhes auxiliaram na produção, gestão econômica e política. Foram muitos os encontros, as manifestações construídas em prol das bandeiras de lutas e ideais socialistas. Muitos frustrantes, outros marcados por vitórias relevantes, tais como a “Luz para todos”, conquista que trouxe qualidade de vida às populações do baixo Tocantins, em especial os ribeirinhos e camponeses do município de Cametá. Os embates contra as ações predatórias das grandes empresas-empreiteiras das Usinas Hidrelétricas de Tucuruí (UHT), mobilizações e lutas por terras, democratização do país, dentre outros.

Ao meu orientador Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes, a quem considero como um pai intelectual, homem de uma inteligência admirável, de carisma inconfundível, um construtor social. Para mim consiste em um exemplo de educador e gestor educacional.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), os quais contribuíram imensamente para a construção deste trabalho. Também, estendo aos meus colegas que se dedicaram nas leituras e debates de meus trabalhos. Foram muitas as interlocuções, as contradições e ricas contribuições.

Aos entrevistados por me oportunizarem compreender melhor a realidade social, histórica e política do STTR-Cametá. Seus depoimentos e relatos criaram dúvidas, certezas e contribuíram para um melhor entendimento do papel e situação dos Jovens no presente sindicato.

A estes, meus agradecimentos.

“A natureza do homem é de tal maneira que, ele não pode atingir a própria perfeição senão agindo para o bem e a perfeição da humanidade.” (Karl Marx).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a práxis Juvenil Sindical da Juventude do STTR-Cametá. Objetiva-se analisar a atuação política dos jovens no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Cametá, Estado do Pará (STTR-CAMETÁ), seus contextos históricos, sociopolíticos e aspectos de suas formações. Em sentido específico objetivou: i. discutir o contexto histórico do STTR-Cametá e o papel do jovem como agente sociopolítico nesse processo; ii. analisar o processo formativo pautado pelo STTR-Cametá para a juventude militante; iii. investigar os desafios atuais da juventude rural, suas expectativas sociais e políticas no município de Cametá-PA, bem como debater sobre políticas públicas para juventudes. Para o desenvolvimento deste estudo pautou-se na abordagem qualitativa e optou-se pelo estudo de caso, tendo como referência o materialismo histórico. Constituem os referenciais teóricos: Carrano (2002, 2008), Freire (2009), Gohn (2000, 2008, 2010, 2014), Gramsci (1988), Marx e Engels (1998), Sposito (2001, 2003, 2009), entre outros. Analisou-se os resultados das entrevistas que possibilitou chegar às seguintes conclusões: a) Os jovens tem importante papel na construção histórica, política e social do STTR-Cametá; b) O processo histórico do STTR-Cametá se subdivide em dois momentos: o primeiro na década de 1970 e o segundo na década de 1980 com a tomada do sindicato pelos trabalhadores. Este movimento histórico tem reflexos no papel desenvolvido pelos jovens. No segundo momento observou que os jovens tiveram maior envolvimento e participação no processo de organização, luta e formação sindical; c) O reconhecimento da juventude no STTR-Cametá como sujeitos de direitos e espaços legítimos consiste em um processo recente e de muita persistência, com a criação da Secretaria de Juventude no ano de 2006, após 22 anos de sua fundação; d) Os desafios dos jovens sindicalistas permanecem vivos no bojo de suas lutas, uma vez que as Políticas Públicas, até aqui implementadas, não correspondem as reais necessidades sociais e políticas destes sujeitos e no campo interno muito precisa-se avançar na legitimidade e reconhecimento destes enquanto líderes dignos e aptos a assumirem a própria direção sindical, dentre outros espaços no interior deste sindicato. Contudo, o estudo não encerra o debate sobre a práxis juvenil sindical no STTR-Cametá, são elementos que obviamente necessitam de outros estudos, outras análises, de modo a contribuir para o Movimento Sindical Juvenil e a continuidade desta reflexão pode favorecer o empoderamento das organizações, formação e debate contemporâneo acerca da problemática abordada neste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Juventude. Movimentos Sociais. Práxis sindical. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá.

ABSTRACT

This research had as object of study the youth labor praxis of STTR-Cametá Youth. The objective of this study is to analyze the political activity of young people in the Rural Workers 'and Workers' Union of the municipality of Cametá, State of Pará (STTR-CAMETÁ), their historical, socio-political contexts and aspects of their formations. In a specific sense it aimed: i. Discuss the historical context of STTR-Cametá and the role of the youth as a socio-political agent in this process; ii. To analyze the formative process guided by STTR-Cametá for the militant youth; iii. Investigating the current challenges of rural youth, their social and political expectations in the municipality of Cametá-PA, as well as discussing public policies for youth. For the development of this study was based on the qualitative approach and was chosen by the case study, taking as reference the historical materialism. The following are the theoretical references: Carrano (2002, 2008), Freire (2009), Gohn (2000, 2008, 2010, 2014), Gramsci (1988), Marx and Engels (1998), Sposito others. The results of the interviews were analyzed in order to reach the following conclusions: a) Young people play an important role in the historical, political and social construction of STTR-Cametá; B) The historical process of the STTR-Cametá is subdivided into two moments: the first in the 1970s and the second in the 1980s with the union taking by the workers. This historical movement has repercussions on the role played by young people. In the second moment he observed that the young people had more involvement and participation in the process of organization, struggle and union formation; C) The recognition of youth in STTR-Cametá as subjects of rights and legitimate spaces is a recent and persistent process, with the creation of the Youth Secretariat in 2006, after 22 years of its foundation; D) The challenges of young trade unionists remain alive in the midst of their struggles, since the Public Policies, so far implemented, do not correspond to the real social and political needs of these subjects and in the internal field much need to be made in the legitimacy and recognition of these As dignified and able leaders to assume the union leadership itself, among other spaces inside this union. However, the study does not end the debate on youth labor practice in the STTR-Cametá, which obviously need other studies, other analyzes, to contribute to the Youth Trade Union Movement and the continuity of this reflection can favor the empowerment of organizations , Training and contemporary debate about the problem addressed in this study.

KEY WORDS: Field Education. Youth. Social movements. Union Praxis. Union of Rural Workers of Cametá.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Países que lideram em número de jovens.....	71
Tabela 2 - População Jovem Brasileira de 15 a 29 anos.....	72
Tabela 3 - Disposição por faixa etária dos Jovens Brasileiros.....	73
Tabela 4 - Atividades dos jovens de 15 a 29 anos.....	73
Tabela 5 - População e localização das Juventudes do Estado do Pará.....	74
Tabela 6 - Jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo estados da região Norte e do Brasil, 2012.....	74
Tabela 7 - Taxa de rendimento no nível médio, segundo localização, na rede pública de ensino, no município de Belém, Região Norte, estado do Pará, em 2015.....	75
Tabela 8 - População jovem de 15 a 29 anos, segundo etnia no estado do Pará, 2010.	76
Tabela 9 - Dados aglutinados das etnias “Branco/Amarela” e “Preta/Parda” da População jovem de 15 a 29 anos, segundo etnia no estado do Pará, 2010.....	76
Tabela 10 - Condição de moradia de jovens de 15 a 29 anos, alfabetizados, residentes em domicílios particulares ocupados no estado do Pará, 2010.....	77
Tabela 11 - População Jovem do Município de Cametá-PA.....	77
Tabela 12 - Jovens economicamente ativos e Não ativos no Município de Cametá.....	79
Tabela 13 - Rendimento de Trabalhos ocupados na Semana de Referência.....	79
Tabela 14 - Rendimento por nível de Instrução.....	80
Tabela 15 - Jovens Alfabetizados.....	80
Tabela 16 - Dados sobre frequência Escolar.....	80
Tabela 17 - Número de alunos, unidades escolares e alunos atendidos por transportes escolares na Rede Municipal de ensino de Cametá por localidade no ano de 2016.....	81

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1- Características e abrangências da filosofia da práxis.....	63
Quadro 2- Relação dos Encontros Anilzinho.....	96
Quadro 3- Relação de Secretários da Juventude Do STTR-Cametá.....	109
Quadro 4- Conjunto de Recomendações do Grupo Interministerial de Trabalho.....	122
Quadro 5- Desafios assumidos pelo Governo Federal para formulação da PNJ.....	123
Quadro 6- Propostas apresentadas pelos segmentos juvenis na 1º CMJC.....	130
Quadro 7- Síntese das propostas dos organismos e MS participantes da 2º Conferência Nacional de Educação do Campo.....	144
Gráfico 1 -População Jovem do Município de Cametá entre Urbano e Rural.....	78

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa do Município de Cametá.....	37
Imagem 2 – Ampliação do prédio-sede do STTR-Cametá.....	40
Imagem 3 – Participação dos jovens em diversos eventos sindicais.....	41
Imagem 4 – Jovens sindicalistas participando da Feira da produção familiar da Região Tocantina.....	46
Imagem 5 - Metas expostas pelos representantes dos STTRs da FETAGRI-PA.....	56
Imagem 6 – Construção da UHT, no Estado do Pará (1976-1984).....	90
Imagem 7 - Ato público das populações do baixo Tocantins contra a Barragem de Tucuruí.....	92
Imagem 8 – Charge do Personagem “Zé Capina” em publicação do Movimento da Oposição Sindical na década de 1980.....	104
Imagem 9 - Sindicalista “Chicão”, em pronunciamento do dia 25 de julho em Cametá, 1984.....	105
Imagem 10 - Líder Sindical do STTR-Cametá Paulo Gonçalves Damasceno	106
Imagem 11 - I Encontro dos Trabalhadores Rurais do Pará: 27 a 29/10/1980 em Belém do Pará.....	113
Imagem 12 – Cartaz-Convite da 1º CMJC – 126.....	127

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP - Ações Populares

APACC - Associação Paraense de apoio Às Comunidades Carentes

APAMUC – Associação dos Pescadores do Município de Cametá

CA/CUNTINS – Centro Acadêmico do Campus Universitário do Tocantins

CEB's- Comunidades Eclesiais de Bases

CFR-CAMETÁ – Casa Familiar de Cametá

CJP – Comissão Justiça e Paz

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUNTINS – Campus Universitário do Tocantins

FASE - Federação dos órgãos de Assistência Social e Educacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Ciências

JEC - Juventude Estudantil Católica

JUBANO – Juventude Unida do Bairro Novo

JUC - Juventude Universitária Católica

MOPS-CAMETÁ – Movimento de Oposição Sindical de Cametá

PJ – Pastoral da Juventude

PPGEDUC – Programa de Pós-Graduação e Cultura

PT – Partido dos Trabalhadores

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Cametá

SEPUB – Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará e Municípios.

STTR-CAMETÁ - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cametá

TDL - Teologia da Libertação

UFPA – Universidade Federal do Pará

UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Z-16 – Colônia de Pescadores Artesanais de Cametá

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	11
Lista de quadros	12
Lista de Mapas e Imagens	13
Lista de siglas e abreviaturas	14
Introdução	16
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTOS METODOLOGICOS	24
1.1 A pesquisa, em características gerais.....	24
1.2 Por uma abordagem qualitativa.....	25
1.3 As técnicas e os instrumentos de coleta de dados.....	30
1.4 Os procedimentos de análises dos dados.....	33
1.5 O lugar da Pesquisa.....	35
15.1 Cametá: aspectos históricos e geográficos.....	36
15.2 Trabalhadores rurais em Cametá: uma abordagem socioeconomica.....	38
15.3 O STTR-Cametá: lugar das juventudes sindicais do campo.....	40
CAPÍTULO 2: JUVENTUDE SINDICAL NO STTR-CAMETÁ	43
2.1 Juventudes: categoria em <i>movimento</i>	43
2.2 Lutas da Juventude em observação.....	49
2.3 Movimentos Sociais e STTR-Cametá.....	54
2.4 Juventude em movimento.....	58
2.5 Formação política no STTR-Cametá.....	64
2.6 Juventude e dados socioeconômicos.....	70
2.6.1 Dados Internacionais, Nacionais e Regionais.....	70
2.6.2 Dados locais.....	77
CAPÍTULO 3: O STTR-CAMETÁ: ELEMENTOS HISTÓRICOS	83
3.1 O Sindicato Assistencialista.....	83
3.2 Baixo Tocantins entre lutas sociais e formação política.....	86
3.2.1 Construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.....	89
3.2.2 Lutas por terras: o caso Anilzinho.....	94
3.3 Juventude e organização sindical no STTR-Cametá.....	97
3.4 STTR-Cametá da gênese ao movimento de oposição sindical.....	110
CAPÍTULO 4: SINDICATO E JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE..	118
4.1 Juventude e o contexto Nacional das Políticas públicas para juventude.....	118
4.2 Políticas Públicas Para Juventude: debates sobre a 1º Conferência Municipal de Juventude-Cametá-PA.....	127
4.3 Educação do campo e juventude.....	136
4.4 Juventude Sindical e perspectivas sociais para as novas gerações.....	145
Considerações finais	151
Documentos de Consulta	155
Relação de Entrevistados	155
Referências	156
Anexos	162

INTRODUÇÃO

JOVEM DO CAMPO: TRAVESSIAS DE ESPERANÇAS

A travessia do barco, nele está os sujeitos e seus sonhos. Em meio aos banheiros, reflexões de um presente que provoca o pensar do futuro. Deste vai-e-vem jovens na proa, na popa, nos bancos controlando os motores e suas ansiedades de um tempo-condição ainda não conquistados.

Nas carrocerias dos caminhões lá estão novamente os meninos e meninas, que espraíam suas juventudes no mesmo passo do pensar-refletir de suas vidas. Pelas madrugadas lançam-se aos ramais em busca de melhorias que nem sabem se de fato conquistarão. O que sabem é que necessitam correr por melhores condições de vida.

No vasto complexo das territorialidades da Amazônia eles estão nas ilhas, nos ramais, nos furos e caminhos por dentro de caminhos – estes são os jovens amazônidas que não cansam de lutar e sonhar.

O que aprendi do sindicalismo, foi o que minha mãe me ensinou, o que vivencio reflete nas trincheiras das lutas que desde muito cedo tive que travar. O Sindicato é bem mais que uma escola, é um espaço de aprendizado para vida toda. Nele aprendi a ver a política como vida, como causa, como meio de luta por espaço, por conquista – é a práxis sindical. Das muitas derrotas aprendemos que fomos vitoriosos porque sentimos na pele o sabor de como seria se todos se unissem em função das bandeiras de lutas que almejamos.

Gostamos de estar onde somos vistos, onde nossas vozes encontram eco, onde a conversa, o bom e forte debate acontecem.

E, por fim, nós jovens amazônidas, resistimos em cantar como o cantor da Teologia da Libertação Zé Vicente “...trazemos novo mapa da história alternativa. A nova humanidade solidária e combativa. Lugares onde habita a esperança sempre viva.¹

O presente estudo tem como objeto de pesquisa a experiência de jovens no processo formador do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá (STTR-Cametá), desvelando, deste modo, os contextos históricos e sociopolíticos deste processo formador. O interesse parte da necessidade de estudos voltados para a participação política e sindical dos jovens, bem como contribuir para a compreensão do movimento sindical juvenil na região. Isso perpassa pelo diagnóstico, em alguns momentos de desvalorização da participação juvenil na direção sindical e o tecido histórico de uma notada realidade excludente e marcada por uma invisibilidade social e política, como apontaremos melhor posteriormente.

A pesquisa parte de minhas inquietações política, sindical, profissional e religiosa surgidas no âmbito de minhas participações nesses processos. No contexto sindical desde muito cedo fui motivado a lutar por melhores condições de vida no campo², por direitos como

¹Texto produzido pelo autor por ocasião do II Seminário Mesorregional de Educação e Desenvolvimento Sustentável do Campo e II Seminário da Juventude do Campo, realizado nos dias 08, 09 e 10 de fevereiro de 2007 no Campus Universitário do Tocantins/CUNTINS/UFPA.

²[...] Há um esforço de resgate do conceito histórico e político de camponês, cujo significado representa uma diversidade de sujeitos – trabalhadores e trabalhadoras do campo, quilombolas, extrativistas, agricultores/as

luz para todos, benefícios aos pescadores, melhores condições de nossas estradas, políticas de crédito, assistência técnica rural, políticas públicas para juventude e educação do campo com inclusão e equidade social. Na participação religiosa, por meio das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), Pastoral da Juventude (PJ), Comissão Justiça e Paz (CJP), Pastoral da Terra e grupo de jovens do bairro novo (JUBANO) participei nas causas das juventudes marginalizadas pelo sistema capitalista, por políticas públicas efetivas. No âmbito acadêmico atuei no movimento juvenil voltado para a fundação do Centro Acadêmico (CA) do Campus Universitário do Tocantins/CUNTINS/UFPA.

As mencionadas experiências sociais e políticas me levaram a compreender minha formação acadêmica dentro e fora da universidade, um elo necessário e indissociável quando se pensa em uma construção social coletiva e socialista, pois o conhecimento se faz no viver vivido das mais diversas experiências políticas da vida.

Em minha atuação profissional, tive dois importantes momentos de envolvimento com as juventudes do campo. A primeira entre os anos de 2011 a 2012 atuando na condição de extensionista rural em dois projetos voltados para a assistência técnica dos trabalhadores do campo, em duas regiões, a do Baixo Tocantins, nos municípios de Cametá, Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará e na região de Tomé-Açu, onde atuei nos municípios de Concórdia do Pará, Acará, Tomé-Açu, São Domingos do Capim, Mãe do Rio e Bujarú. A segunda experiência, compreende os anos de 2013 a 2016 na condição de gestor escolar na localidade de Matias, distrito de Juaba, no município de Cametá e coordenações pedagógicas das localidades de Canarana, Timbó, Uxí Beira Rio, Caliçado, Livramento, Quatro Bocas, Ferreira, Igarapé da Prata e Cupijó, no caso, escolas rurais do município de Cametá.

Essas experiências tem em comum minha inserção na materialidade social das populações camponesas de diversas regiões, o que de modo particular tem nas juventudes os sujeitos que mais me instigaram nesses processos profissionais e científicos. Obviamente que ao refletir sobre estes sujeitos precisou-se debater os contextos sócio-históricos e sociopolíticos da fração de classe dos trabalhadores e trabalhadoras do campo do supramencionado sindicato.

No desvelar da pesquisa compreendo que as juventudes camponesas, em especial, as sindicalistas do STTR-Cametá se apresentam como a fração de classe dos trabalhadores e trabalhadoras que historicamente pautam seus espaços no interior das relações sindicais, que

familiares, etc. (Re)Valorizar o conceito de camponês é recolocar a questão de classe social, as lutas de resistência camponesa no Brasil, negar o conteúdo depreciativo, pejorativo com que os povos do campo foram tratados historicamente (FREIRE, 2009, p.179).

sempre estiveram diante dos principais momentos de formação e retomada do sindicato, bem como ainda lutam por um reconhecimento mais expressivo nos debates e espaços da entidade.

Tornar o debate sobre o papel do jovem, levando em consideração suas participações, processos históricos, contraditórios e lutas por espaços dentro da dinâmica do STTR-Cametá consiste, sobretudo, em trazer à tona a realidade desvalida, esquecida na galeria de algo não tão importante para os dirigentes mais “velhos” e para a sociedade. Nestes termos, pensando sobre o proposto *paradigma emergente do conhecimento* de Boa Ventura de Sousa (2003), temos que este é total e tem como direcionamento a totalidade, isto é, assim como o rio deságua nos furos e igarapés o conhecimento total é também local. Assim, as experiências concretas das juventudes campestres do STTR-Cametá constitui vivências locais que necessitam ganhar os ares da totalidade do conhecimento. Nas palavras de Sousa (2003, p.76), “[...] Os temas são galerias por onde os conhecimentos progredem ao encontro uns dos outros. (...) o conhecimento avança à medida que seu objeto se amplia...”. E se utilizando da simbologia do crescimento das raízes das árvores feita pelo autor, que lastram-se em novos espaços, apossando-se e se fortalecendo como vida, assim, o reconhecimento e relevância das juventudes sindicalistas no STTR-Cametá tem sua máxima proposição nos objetivos desta pesquisa.

No limiar das investigações, as entrevistas, as conversas informais, os diálogos de diferentes autores e a análise de alguns documentos demonstram, que diante dos desafios históricos e reconfigurações do modo de participação juvenil, as juventudes sindicais do STTR-Cametá tem a clareza da importância de suas inserções no processo político e sindical de sua fração de classe, que é necessário romper a segregação entre “jovens” e “velhos” e que as principais bandeiras de lutas³ do sindicato ainda representam um ideal a ser alcançado.

Construímos o problema da presente pesquisa, de modo a possibilitar resultados satisfatórios acerca da realidade sindical de seus jovens sindicalistas e a conjuntura geral do funcionamento do STTR-Cametá. Assim, elaboramos os questionamentos que nortearam este estudo. Iniciamos por indagar: **Como se deu o contexto histórico do STTR-Cametá e o papel dos jovens como agentes sociopolíticos nesse processo? Como se dá o processo formativo dos jovens sindicalistas no STTR-Cametá? Quais os principais desafios e expectativas dos jovens sindicalistas diante da realidade social?**

³Embora pareça muito obvio definir o que são bandeiras de lutas, trata-se no presente texto como as reivindicações, pautas e exigências dos Movimentos e demais organismos sociais, a exemplo das pautas dos movimentos GLBTs, MST, STTRs, dentro outros.

Nestas perspectivas, discutir a práxis sindical dos Jovens do STTR-Cametá constitui um grande desafio, uma vez que essa temática se apresenta, no contexto cametaense um tanto inovadora. Segundo Sposito (2009, p.20) o tema *Juventude* tem sido pesquisado de forma mais evidente nos últimos quinze anos, devido ao aumento da violência e demais questões sociais que envolvem estes sujeitos. Assim, constata-se que “[...] os trabalhos sobre os jovens, apesar de, em termos absolutos, constituírem um universo significativo (1427), em termos relativos, ainda não ocupam grande relevância nas áreas cobertas pelo atual estudo”. Nestas perspectivas, tem-se que estudos voltados para a juventude do campo representam uma parcela minoritária nos debates científicos.

Em um processo marcado pelo viés unívoco das construções históricas dos “adultos” na história, pouco se nota a presença do jovem na construção Sindical no STTR-Cametá como agente estratégico e atuante nos documentos oficiais. Isso prefigura uma cultura de homens viris e maduros como fazedores da história, sem a presença significativa dos mais novos (BOURDIEU, 1983). Contrário a esta perspectiva, a presença dos jovens nas decisões, construções e (re)tomadas do movimento sindical é parte de uma realidade local concreta, mesmo que de modo não claramente oficializado.

A perspectiva adotada na presente pesquisa fundamenta a juventude, segundo Freire (2009, p.23), em “[...] uma dimensão simbólica, como toda categoria socialmente constituída, mas também deve ser analisada em outras dimensões...”. Desta forma, sem cansar o debate sobre as diversas perspectivas das juventudes, nas delineações da autora congratula-se da visão de que os *signos* da infância, Juventude, maturidade e velhice são elementos historicamente construídos em diversos campos culturais e sociais, que ganham múltiplos contornos em seus entendimentos.

Não seria exagero dizer que, guardada as devidas proporções, a juventude campesina⁴ encontra-se, partindo das entrevistas, relatos e documentos, no contexto histórico, em um campo de invisibilidade, tanto para o poder público, quanto para as lideranças sindicais do STTR-Cametá. Prefigura-se em um desafio científico e político trazer os desdobramentos de suas participações no referido processo sindical.

A princípio se parecia cômodo tratar das juventudes e suas linhas de ações no âmbito sindical, mas isto se revelou de forma contrária, devido as evidencias de que vive-se em uma sociedade que culturalmente as “verdades” e valores dos adultos culturalmente tem mais

⁴Compreendemos que a categoria *Juventude Campesina* citada no presente trabalho contempla a diversidade do campo na Amazônia, abrangendo a diversidade desta região brasileira, tais como as suas matas e águas, ribeirinhos, agricultores familiares e quilombolas, indígenas, etc. (FREIRE, 2009).

significado e legitimidade. Reforça-se, neste sentido, a ideia de invisibilidade e não-legitimidade dos jovens, que a exemplo do STTR-Cametá, em seu aspecto histórico, as decisões e direções se relega aos adultos. Destarte, as instituições são tomadas e gestadas por aqueles que tem a idade adulta – hegemonicamente, os mais experientes.

Neste aspecto, a presente pesquisa objetiva analisar a atuação política dos jovens no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Cametá, Estado do Pará (STTR-CAMETÁ), seus contextos históricos, sociopolíticos e aspectos de suas formações. A proposta pauta-se ainda em discutir o contexto histórico do STTR-Cametá e o papel do jovem como agente sociopolítico nesse processo, analisar o processo formativo delimitado pelo STR-Cametá para a juventude militante e investigar os desafios atuais da juventude rural, suas expectativas sociais e políticas no município de Cametá-PA, bem como debater sobre políticas públicas para juventudes.

Muito se fala em oportunidades para a juventude, construção de espaços democráticos de participação política e atuação social, mas muito pouco se tem construído nessa direção. No caso do STTR-Cametá, vê-se que isto não se dá de modo diferente. É muito recente a implementação da primeira secretaria de juventude neste sindicato, data-se do ano de 2006. Uma instituição fundada no ano de 1974, demonstra os avanços que se precisa dar neste sentido. Na conjuntura atual, a secretaria de juventude vive em condições precárias de funcionamento, como por exemplo, a falta de estrutura para receber os jovens que advém das diversas localidades onde funcionam as delegacias sindicais. Os recursos destinados para esta secretaria são ínfimos, segundo relatos das lideranças jovens.

Os referenciais teóricos e metodológicos partem de pesquisas voltadas para o tema proposto. No âmbito dos diversos debates e reflexões realizados tem-se como principais literaturas as obras de Carrano (2002, 2008), Dayrel (2003), Freire (2009), Frigotto (2004), Gohn (2000, 2008, 2010, 2014), Gramsci (1988), Marx e Engels (1998), Sposito (2001, 2003, 2009), entre outros. Estes autores fazem um debate da juventude nos contextos das grandes periferias brasileiras, nas perspectivas do jovem do campo, de políticas públicas voltadas para estes sujeitos, bem como definições e conceitos acerca das categorias juventude e juventudes. São pesquisas que transcendem toda a construção do presente estudo, servido de base, contestação e mediação na compreensão do fenômeno das experiências juvenil sindical no cerne sindical em Cametá.

No campo das referências metodológicas, buscamos autores como Chizzotti (1998), Triviños (1987), Ludke e André (1986), Frigotto (1991), dentre outros, para nos referendar na abordagem qualitativa, no estudo de caso e nos parâmetros do materialismo histórico

dialético, de modo a debater as categoriais centrais da pesquisa, a saber: *práxis juvenil sindical, sindicato rural, educação rural e política pública agrária*.

As fontes utilizadas na pesquisa, como jornais, cartas abertas e livros de cantos da Prelazia de Cametá e notas e folhetos do STTR, tem papel fundamental na confirmação de informações e questionamentos levantados, portanto foram indispensáveis neste processo. As entrevistas utilizadas tem, também, imprescindível utilização e importância, pois trouxeram as impressões de quem viveu e vive a história e os diferentes contextos do STTR-Cametá. Oportunizou-se estabelecer diálogos profundos sobre a realidade juvenil em suas múltiplas relações, tanto no contexto sindical, quanto suas resistências e bandeiras de lutas.

A *práxis juvenil sindical*, constitui categoria fundamental do presente estudo, pois partindo das reflexões de Vázquez (1977), tem as articulações, organizações e mobilizações dos jovens sindicalistas como ação concreta e refletida sobre uma realidade concreta. Consiste uma ação, mas não qualquer ação, um agir-pensado e refletido sobre os problemas sociais e políticos enfrentados pelas juventudes do sindicato.

O STTR-Cametá é o espaço, contexto onde materializa-se os processos políticos e sociais dos jovens sindicalistas. É um dos lócus do presente estudo, uma vez que este se estende às ruas, às ocupações, às parcerias com organismos sociais - a exemplo, Casa Familiar Rural (CFR-Cametá), a Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes (APACC), Prelazia de Cametá, dentre outros -, às mobilizações locais, regionais e nacionais. Constitui-se no prédio onde todos se encontram, mais que um espaço físico representa o ponto de partida, uma valoração simbólica que se expande pela natureza prática de seus sujeitos no movimento sindical.

Ao categorizar *juventude*, tem-se o ponto mais complexo e delicado da pesquisa, uma vez que, partindo de Carrano (2002, 2008), Dayrell (2003), Sposito (2001, 2003, 2009) e Frigotto (2004), consiste em uma categoria que tem muitos desdobramentos e depende dos seus contextos e perspectivas pretendidas – um conceito polissêmico. No presente estudo comunga-se da ideia de que é necessário olhar-se no caráter de sua pluralidade, em suas mais vastas existências, de modo a articulá-la à dimensão de sujeito inserido em determinada realidade social e histórica (DAYREL, 2003).

Os *movimentos sociais*, constituem-se em uma categoria importante na compreensão do papel do STTR-Cametá e de seus sujeitos diante dos Estado. Figura-se como chave sociológica das ações de grupos e coletivos sociais que tem pautas definidas, organizações, monitoramento e mobilizações concretas. Tem papel fundamental para a existência do STTR-Cametá, pois torna-se impossível pensar nos movimentos sociais sem analisar seu papel

relutante na sociedade, diante de um Estado capitalista de produção. Segundo Gohn (2000, p. 13) “[...] eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas”.

A *educação do campo* prefigura-se, ao lado do movimento de *políticas públicas para juventude*, como os pontos extremos da relação sociopolítica entre Estado, movimentos e organismos sociais. No contexto nacional seus debates são subseqüentes. São lutas recentes na história Brasileira e que tem na organização social suas maiores conquistas. Portanto, estas duas categorias tem como características a conquista de significativos avanços nas duas últimas décadas. São compreendidas no presente estudo como lutas de segmentos sociais marcados por desigualdades e falta de reconhecimento pelo Estado.

O presente estudo está dividido em quatro capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo aborda-se os procedimentos e caminhos metodológicos realizados para análise e geração de dados do presente estudo, de modo a revelar as nuances, contradições e resultados encontrados no galgar deste constructo científico.

O segundo capítulo trata da categoria Juventude em suas mais amplas perspectivas sociais. Realiza uma discussão acerca da *práxis juvenil sindical* no STTR-Cametá partindo de uma ótica marxiana. Ademais, traz no bojo das reflexões e debates concepções de classe em perspectivas materialista-histórica, o papel e definições de *Movimentos Sociais*, concepção dialética da formação Sindical no STTR-Cametá, bem como apresenta dados socioeconômicos acerca das juventudes a nível global e regional.

O terceiro capítulo trata-se de aspectos históricos e formadores do STTR-Cametá, analisando as conjunturas nacionais e locais do sindicalismo rural. Reflete, também, as ações desenvolvimentistas do Estado para a Amazônia, no caso as instalações da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os incentivos para “o povoamento” desta região. No mais, desvela sobre o papel dos jovens nessa conjuntura histórica e as ações sindicais e políticas no baixo Tocantins.

O quarto capítulo aborda importante debate acerca do contexto histórico da Política Nacional de Juventude. Discute, também, os desdobramentos da educação em áreas rurais e política pública de juventude. Ademais, traz reflexões sobre as perspectivas atuais dos jovens do campo, além, de realizar um resgate do contexto da 1º Conferência Municipal de Juventude no Município de Cametá, no ano de 2015.

Por fim, apresenta-se as considerações finais, onde, tem-se por destaque em que: os jovens tem importante papel na construção histórica, política e social do STTR-Cametá; o processo histórico do STTR-Cametá que se subdivide em dois momentos - o primeiro na

década de 1970 e o segundo na década de 1980 com a tomada do sindicato pelos trabalhadores. Este movimento histórico tem reflexos no papel desenvolvido pelos jovens. No segundo momento observou que os jovens tiveram maior envolvimento e participação no processo de organização, luta e formação sindical. Outra questão observada é o reconhecimento da juventude no STTR-Cametá como sujeitos de direitos e espaços legítimos consiste em um processo recente e de muita persistência, com a criação da Secretaria de Juventude no ano de 2006, após 32 anos de sua fundação. Os desafios atuais dos jovens sindicalistas como permanentes no bojo de suas lutas, uma vez que as políticas públicas, até então implementadas, não correspondem as reais necessidades sociais e políticas destes sujeitos e no campo interno muito precisa-se avançar na legitimidade e reconhecimento destes enquanto líderes dignos e aptos a assumirem a própria direção sindical, dentre outros espaços no interior deste sindicato, foram situações visitadas.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTOS METODOLOGICOS

No presente capítulo abordou-se os procedimentos e caminhos metodológicos realizados para análise e geração de dados do presente estudo, de modo a revelar as nuances, contradições e resultados encontrados no galgar deste constructo científico.

1.1 A pesquisa, em características gerais

O presente estudo tem como enfoque a atuação das juventudes rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Cametá, o processo desta atuação no contexto histórico e as perspectivas atuais destes sujeitos. Busca, deste modo, contribuir com a história social e política das juventudes do presente sindicato, de tal modo que possa servir de estudos e parâmetros para as problemáticas inerentes a participação e políticas sindicais deste segmento.

Diante da dimensão social, científica, política e acadêmica da importância das juventudes rurais, partiram-se da amplitude e universalidade do ato de pesquisar, não reduzindo-se, deste modo, as formas unívocas deste processo. Dentro das possibilidades reais dos sujeitos investigados, tendo-os como objeto deste estudo, observa-se que não há um modo exclusivo para se chegar a resultados satisfatórios no galgar das investigações, pois a dinâmica investigativa necessita-se de muitos instrumentos e das respectivas relações destes no campo de estudo.

Nas perspectivas de Chizzotti (1998), os fins da pesquisa devem canalizar à transformação do mundo, a criação de objetos, chegar as sínteses, que por sua vez, revelem novas perspectivas do objeto estudado e, assim, construir explicações e estimativas da materialidade social dos sujeitos. Portanto,

a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para essa atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e a experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida (CHIZZOTTI, 1998, p. 11).

O ato de pesquisar tem em sua ossatura histórica importantes contribuições e transformações ocorridas na relação intrínseca e dialética entre indivíduo e sociedade. Desta forma, tomando por referência Nobert Elias (1994), tem-se que a sociedade é formada por indivíduos, os quais constituem uma materialidade social de sujeitos que constroem e ditam,

dialeticamente, o pulsar histórico das classes e sociedades. Assim, segundo o autor (1994, p. 13-14), “ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos”. Em outras palavras, significa analisar os acontecimentos como resultantes de ações humanas que não apenas sofrem interferência do ambiente social a que estão envolvidas, mas que os atos dos indivíduos são também instrumentos de modificações ou confirmações deste ambiente.

Diante dos conflitos e processos hegemônicos dos paradigmas científicos, e sem deter-se em suas explicações, buscou-se tratar os sujeitos do presente estudo não como meros instrumentos de determinação das estruturas, como tratam as concepções estruturais, funcionalista dos fatos sociais, os quais reduzem estes a meros receptores dos elementos do cosmo social. Aqui os indivíduos são tratados em uma arena de conflitos, como protagonista dos processos sociais, que media, dialoga, altera ou rompe com as condições estruturais a que dialoga e vivencia.

A valorização da pesquisa social ganha caráter preponderante neste estudo, uma vez que buscou-se analisar os percursos existenciais e sociais das juventudes em sua inserção no STTR-Cametá de modo a levar em consideração manifestações sociopolíticas destes sujeitos, tais como os conflitos, conformismos e ações reivindicativas diante de suas bandeiras de lutas sociais e, por consequente, de suas implicações no interior do sindicato.

Portanto, o caráter da presente pesquisa baseia-se na compreensão dos nexos e fatos sociopolíticos que envolvem a realidade histórica e social das juventudes rurais do STTR-Cametá. Consiste no estudo de caso, em uma perspectiva materialista histórica, onde as contradições e realidade pertencentes a materialidade social destes sujeitos tem importante relevância na busca de uma compreensão acerca do *modus operandi* da atuação juvenil no campo sindical rural cametaense.

1.2 Por uma abordagem qualitativa

O método de pesquisa ou de investigação adotado foi o qualitativo, uma vez que seus delineamentos possibilitaram uma maior apropriação dos elementos interdependentes e constituintes da totalidade do objeto pesquisado, isto é, o contexto histórico e social das juventudes sindicalistas do STTR-Cametá, o modo de se fazer sindicalismo e as transformações ocorridas no cenário político sindical necessitaram de um instrumento investigativo que desse conta das particularidades e, concomitantemente, da totalidade da materialidade social dos sujeitos pesquisados. A esse respeito,

[...] A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1998, p.79).

Outro elemento de reflexão deste método consiste no envolvimento do pesquisador com a realidade pesquisada, pois, partindo desta perspectiva não seria possível abordar uma temática tão complexa como o contexto juvenil sindical sem estar inserido neste processo. Deste modo, segundo Chizzotti (1998, p. 82) “o pesquisador deve manter uma conduta participante; a partilha substantiva na vida e nos problemas das pessoas, o compromisso que se vai adensando na medida em que são identificados os problemas (...)”.

No processo de construção da pesquisa todos os sujeitos tem fundamental importância, pois na tessitura social todos elaboram e produzem conhecimentos, de tal modo que podem contribuir e intervir na constatação dos problemas identificados. Valoriza-se, nesta abordagem, a construção coletiva que visa ao conhecimento crítico. Assim, para o autor,

Cria-se uma relação dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado que não será desfeita em nenhuma etapa da pesquisa, até seus resultados finais (...). O resultado final da pesquisa não será fruto de um trabalho meramente individual, mas uma tarefa coletiva, gestada em muitas microdecisões, que a transforma em uma obra coletiva (CHIZZOTTI, 1998, pp. 83-84).

A pesquisa qualitativa assume delineações importantes ao que concerne a resposta a múltiplos desafios no ato de pesquisar, compreende vasta utilização de técnicas indispensáveis ao sucesso da pesquisa. Valoriza diversos elementos da realidade dos sujeitos pesquisados, tais como relatos, lembranças individuais e coletivas, análise de documentos, bibliografias, dentre outros. Neste sentido,

[...] A pesquisa é uma criação que mobiliza a acuidade inventiva do pesquisador, sua habilidade artesanal e sua perspicácia para elaborar a metodologia adequada ao campo de pesquisa, aos problemas que ele enfrenta com as pessoas que participam da investigação. (CHIZZOTTI, 1998, p.85).

No processo das entrevistas teve-se a oportunidade de adentrar nas significações das realidades dos sujeitos, e de forma dialogal foi possível uma maior interação com os

entrevistados. Ressalta-se, neste sentido, a importância deste momento de construção e reflexão das histórias contadas e vividas pelos sujeitos da pesquisa. A esses respeito,

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995, pp.21-22).

Ludke e André (1986), discutem o conceito de pesquisa qualitativa partindo de cinco características básicas que fundamentam o presente tipo de estudo. Neste sentido, tem-se: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador seu principal instrumento - supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo; os dados coletados são predominantemente descritivos - o material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos - inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto - o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas; o “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador - nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas; e a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo - os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima (LUDKE & ANDRÉ, 1986).

Depreende-se que a pesquisa qualitativa fundamenta-se na interpretação das palavras, dos sentidos, dos sentimentos e pensamentos expressos dos sujeitos entrevistados. O pesquisador assume o papel de capiturador e selecionador de múltiplas informações dadas pelas variadas expressões dos pesquisados, em uma dinâmica dialogal. Deste modo, são muitas as riquezas de informações que este modelo pode oferecer, bem mais que as pesquisas quantitativas, pois ela chega a dimensões que outros métodos não podem alcançar de modo simples. Envolve, por parte do pesquisador muita habilidade, sensibilidade e atenção.

Partindo das perspectivas da abordagem qualitativa, adotou-se o estudo de caso, onde buscou-se discutir as formas de atuação das juventudes do presente sindicato. Para isso levou-se em consideração elementos históricos da formação sindical local, das atuações de

importantes lideranças nesse processo, da (des)valorização dos jovens no interior dos debates sindicais. A diversidade das características destes sujeitos exigem olhares atentos ao que se refere seus contextos sociais, pois as juventudes rurais do STTR-Cametá pertencem aos rios, igarapés, terras firmes. Se chamam ribeirinhos, quilombolas, campesinos, etc. Estão nas vilas, na sede do município, nas ilhas, nos “centros”, nos “furos” e nos quilombos.

Nestes termos, diante de tamanha diversidade geográfica, cultural e étnica se fez necessário o estudo de campo, de modo a conhecer a realidade destes sujeitos, onde fosse possível perscrutar os desafios, o labor, a religiosidade e os entretenimentos das juventudes em estudo. Os locais de atuação da presente pesquisa perpassaram pelas localidades de Livramento, Ponta Grande, Caliçado, Curuçambaba, Bom jardim e sede do STTR-Cametá, local de encontro diário de jovens pertencentes a todas as delegacias sindicais do presente sindicato. Ademais, realizaram-se diversas pesquisas em residências de antigos dirigentes e figuras sindicais importantes na cidade de Cametá, bem como diálogos e participações em encontros de jovens da Pastoral da Juventude (PJ) e eventos sindicais, tais como assembleias e encontros.

O período de base do presente estudo consiste no processo sindical local desde sua fundação até os tempos atuais, parâmetro temporal que nos possibilita realizar uma análise da participação juvenil na ossatura histórica do STTR-Cametá de forma a contemplar elementos de grande valia para os resultados esperados. Nestes termos ao propor-se discutir o contexto histórico sem recortes, compreendemos estar valorizando as mais profundas possibilidades de novas descobertas, das realidades e apreensão completa do objeto em estudo, de modo que se revelem as dimensões do problema posto em investigação (TEIXEIRA, 2001).

O *estudo de caso* torna possível discutir a realidade das juventudes sindicais de modo a considerar os seus múltiplos contextos, e ao mesmo tempo, levar em consideração os elementos internos e integrados do contexto social que envolve estes sujeitos. Nestes termos, para André (1995, p. 52), “[...] a possibilidade de oferecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de unidade social complexa, compostas de múltiplas variáveis”.

Nestas perspectivas, discutir a atuação das juventudes rurais, levando em consideração a vida social e local destes sujeitos consiste no que Bogdan e Biklen (1994) representam como sendo a compreensão da totalidade de modo a analisar os elementos constituintes deste todo histórico e social. Nestes termos,

o caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de

complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação (CHIZZOTTI, 1998, p.102).

Segundo Triviños (1987, p. 133), o estudo de caso consiste em “[...] uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Neste aspecto, tomando como reflexão essas assertivas, analisou-se a atuação das juventudes sindicalistas do STTR-Cametá partindo de sua unidade complexa, de modo a levar em consideração suas condições socioeconômicas, culturais, políticas, relações familiares, produtiva, dentre outras. Por conseqüente, segue um caráter múltiplo das orientações bibliográficas que se requer, devido a abrangência dos elementos desta totalidade pesquisada.

Outra característica deste estudo consiste no afinilamento, ao longo do processo de pesquisa, das unidades analisadas, o que, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 90) “de uma fase de exploração alargada passa para uma área mais restrita de análise dos dados coligidos”. Nestes termos, Triviños (1984, p. 134), afirma que “a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda o assunto”, isto é, o processo de envolvimento e maturidade da pesquisa revela a necessidade de uma nova síntese que se dá no ditame da dialética do objeto pesquisado.

Para contribuir com na análise dos dados do presente estudo tem-se como enfoque o materialismo histórico dialético, o qual funda-se na dialética da realidade dos sujeitos da pesquisa. Esta perspectiva toma a realidade como um complexo em movimento, onde os homens ao transformar, também sofrem transformações nos seus modos de existências e pensamentos. Segundo Frigotto (1991, p.73), para “[...] ser materialista e histórica tem de dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isso implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente”.

O método assume uma concepção da realidade, como condição mediadora do processo de apreensão do conhecimento. Assim, segundo Triviños (1987, p.51) “o materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento”.

Concorda-se com as delineações do pensamento de Frigotto (1991), o qual a designa como sendo uma postura no limiar da pesquisa, onde o processo histórico, a totalidade da realidade social são tidos em uma construção dialética do mundo real do objeto. Nestes termos,

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO, 1991, p.77).

Compreender as juventudes sindicais rurais do STTR-Cametá, de modo a valorizar sua história, o papel que estes sujeitos desenvolvem no limiar dos diferentes processos políticos com vistas as suas transformações, necessitou-se compreendê-las diante das características do materialismo histórico dialético, pois consiste em uma compreensão científica da realidade, a qual parte da prática social dos homens na construção de sua humanidade. Assim, o “[...] materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade” (TRIVIÑOS, 1987, p.51).

1.3 As técnicas e os instrumentos de coleta de dados

Ao optar por um ou vários instrumentos de coleta de dados no processo investigativo o pesquisador tem diante de si a necessidade de buscar os meios mais propícios e coerentes que possa gerar elementos que contemple as implicações inerentes ao objeto estudado. A própria escolha do método necessita se articular com as informações, discussões e contradições deste processo (GATTI, 2002). Deste modo, segundo Chizzotti (1998, p.89), a “[...] coleta de dados não é um processo acumulativo e linear cuja frequência, controlada e mensurada, autoriza o pesquisador, exterior à realidade estudada e dela distanciado, a estabelecer leis e prever fatos”.

Os dados são coletados em meio a uma dinâmica de construção de múltiplas relações entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Compreende uma relação dialética, onde, o processo de levantamento dos dados se fazem e refazem estratégias com vistas a tecer o melhor caminho para a captação das informações. Assim,

No desenvolvimento da pesquisa, os dados colhidos em diversas etapas são constantemente analisados e avaliados. Os aspectos particulares novos descobertos no processo de análise são investigados para orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas (CHIZZOTTI, 1998, p.89).

Contar com a participação dos sujeitos da pesquisa de forma atuante configura-se como um estado necessário para a coleta de dados, pois esta característica é própria da pesquisa qualitativa e requer muita habilidade do pesquisador em suas análises. Destarte,

[...] sem dúvida alguma, o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece informações (TRIVIÑOS, 1987, p.138).

A definição das técnicas de coleta de dados não consiste na execução de um rito litúrgico, onde os passos seguem um caminho rígido e totalmente definido previamente, requer uma proximidade maior com o objeto, um domínio do problema levantado. Desta forma, os métodos engendram-se de um constructo material, no campo prático do pesquisador (GATTI, 1987).

No presente estudo adotou-se a entrevista semiestruturada, uma vez que compreende-se que este instrumento possibilitou melhor aprofundamento na realidade dos sujeitos pesquisados, de modo a ouvir suas vozes, o que manifestaram suas histórias, suas acepções sindicais, seus anseios e perspectivas diante do processo sindical do STTR-Cametá.

A entrevista semiestruturada, como se informou, constitui o principal elemento de coleta de dados do presente estudo, uma vez que possibilitou um contato direto com os entrevistados, os quais, em sua maioria, consistem nos sujeitos do presente estudo, ou seja, os jovens sindicalistas do STTR-Cametá. As entrevistas realizadas tiveram como finalidade a extração e diálogo acerca do processo histórico, formador e sociopolítico dos sujeitos do presente estudo.

O caráter de interação que a entrevista semiestruturada nos trouxe, possibilitou, para as análises e reflexões bibliográficas, importantes contribuições, uma vez que é no ato de escuta, de ouvir a voz⁵ de outrem que se torna possível construir, ressignificar a cultura e estabelecer uma relação de construção científica, pois, partindo das perspectivas de Bakhtin (1997), no cerne de sua compreensão de mundo lá se encontra o homem em constante ato de interação com seus semelhantes, onde se estabelece o ato mais valioso da transição/construção do conhecimento e da cultura - a linguagem: compreendida como elemento ético, político, pedagógico, ativo e dinâmico entre os sujeitos da pesquisa.

⁵Voz se identifica com opinião, ideia, ponto de vista, postura ideológica. O mundo concebido assim se modela em visões do mundo materializadas nas vozes (BAKHTIN, 1997).

Nestes aspectos, o mundo das relações humanas, onde o diálogo é o principal canal da consecução cultural e científica, vivem-se em povoamentos de palavras alheias, onde a relação *eu-tu* e *tu-eu* são capazes de estabelecer a transmissão das concepções construídas pelos sujeitos. Assim sendo, a entrevista semiestruturada, revelou aspectos da política, da cultura, das relações pessoais, dos conflitos, dentre outros elementos da vida dos sujeitos envolvidos no processo sindical rural no município de Cametá em diferentes épocas, mas que foram capazes que de revelar a materialidade das construções sociopolíticas do presente.

Ao estabelecer a entrevista semiestruturada como elemento crucial do presente estudo, acreditou-se dar vozes aos sentimentos, aos anseios e contradições atuais e históricas do sindicalismo rural cametaense, onde tem na atuação de suas juventudes o objeto do presente estudo. A esse respeito,

[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista (LUDKE e ANDRÉ, 1986, pp.33-34).

Diante da diversidade dos entrevistados, tais como lideranças sindicais, políticos, juventudes de diferentes localidades, etc. a entrevista semiestruturada permitiu realizar os contornos que as estratégias de diálogo ocasionaram, isto é, a princípio mentalizou-se e tentou-se seguir um roteiro básico pré-formulado, de modo que possibilitasse catalisar as informações em suas riquezas de detalhes, mas isso, na maioria dos casos, não foi possível, uma vez que a realização de uma entrevista mais sistemática quebrava o clima de naturalidade dos sujeitos.

Aos líderes sindicais mais antigos, aqueles desde a sua fundação ao processo do Movimento da Oposição Sindical de Cametá (MOPS-CAMETÁ) partiu-se de questionamentos mais amplos, ou mesmo de questões simples e no decorrer das indagações tentou-se afunilá-las. Nestes termos, partiu-se de comandos que dessem liberdade ao entrevistado para traçar sua história de vida, suas lutas sociais, seus anseios, seus questionamento e realizações no movimento sindical.

No diálogo com os jovens partiu-se das motivações destes sujeitos no interior do sindicato. As entrevistas foram marcadas por uma intensa manifestação de transformação social, política e pessoal. De modo geral, estes sujeitos expressaram o orgulho que sentem em

fazer parte do STTR-Cametá, bem como traçaram suas críticas acerca dos espaços legítimos de participação e suas implicações na dinâmica da política interna do sindicato.

Assim, foi possível depreender das questões apresentadas que a entrevista semiestruturada pareceu-se mais adequada, de modo que favoreceu satisfatoriamente os objetivos pautados dos trabalhos realizados. Neste sentido, teve-se o máximo cuidado em estabelecer um clima ameno e propício aos entrevistados, de modo a respeitá-los como sujeitos construtores da dinâmica política e social do STTR-Cametá.

Uma das características básicas da entrevista semiestruturada, consiste na formulação de questionamentos básicos e simples que se baseiam na construção teórica e nas hipóteses articuladas ao tema, além do que esta favorece uma maior proximidade dos entrevistados. Este modelo de entrevista, “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Portanto, “[...] a entrevista semiestruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator (TRIVIÑOS, 1987, p.152)”, isto é, ela estabelece uma estrutura democrática e dialogal entre os sujeitos da teia da entrevista, de tal modo que salvaguarda as descrições dos fenômenos sociais em questão de maneira consciente e natural.

1.4 Os procedimentos de análises dos dados

A análise dos dados de uma pesquisa constitui-se em uma tarefa que exige rigor técnico, intelectual e, sobretudo, é resultado de um longo processo que envolve a trama da construção investigativa, a qual tem seu ápice nos resultados articulados aos problemas e objetivos traçados. É mais que a chegada final de uma pesquisa, é o resultado de passos concretos e auto-reflexivos, marcados por caprichos de um exímio artesão que passo a passo, dando valor as unidades interligadas do objeto, compreende o todo pesquisado (ANDRÉ, 1986).

A classificação dos dados se procederam conforme as informações levantadas no decorrer deste processo investigativo, onde as categorias centrais deste estudo, serviram de marcadores nas tabulações destes elementos. Após este processo, traçou-se uma análise das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa.

À luz dos referenciais teóricos levantados foi-se construindo análises e interpretações das questões geradas neste processo. A esse respeito, observou-se uma dinâmica dialética, a

qual se deu em três passos: 1) geração de dados; 2) análises e 3) nova síntese, as quais prefiguram em novos fundamentos e novas avaliações – diríamos, um remodelar constante das análises e estratégias da pesquisa. Nestes termos,

à medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de ‘sintonia fina’ que vai até a análise final (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 170).

Devido a proximidade e inserção social e política do autor nas questões relacionadas ao contexto rural no município de Cametá e no movimento sindical no STTR-Cametá, isto em função da atuação profissional como extensionista rural, diretor escolar e coordenador pedagógico, bem como sua atuação política, foi possível estabelecer uma análise dos dados desde os primeiros levantamentos, obviamente que respeitando as alterações surgidas no decorrer das revisões e das novas sínteses geradas. Nestes termos, esses cuidados iniciais contribuíram para uma maior qualidade dos dados levantados e a utilização de elementos coerentes aos objetivos propostos da pesquisa, o que para André (2005, p. 55), essas “[...] escolhas decorrem de um confronto entre os fundamentos do estudo e o que vai sendo “aprendido” no desenrolar da pesquisa, num movimento constante que perdura até o final do relatório”.

O processo de identificação das categorias no presente estudo foi permeado por relevantes dificuldades, uma vez que necessitou de uma intensa revisão dos dados gerados na entrevista. Partindo das perspectivas de André (2005), essa etapa contribui para a identificação de elementos fundamentais do trabalho de pesquisa, de tal modo que contribui para o levantamento das categorias descritivas. Nestas perspectivas, segundo Moroz e Gianfaldoni (2002, p. 74), de acordo com o “[...] problema colocado e do tipo de pesquisa que será realizado, esta tarefa pode significar tanto rever as categorias já estabelecidas na previsão de análise quanto elaborá-la a partir de várias leituras do dado coletado”.

Ainda de acordo com as autoras, este momento é oportuno para rever as categorias, mesmo que isso já tenha sido realizado na previsão de análise. É um momento reservado para as correções e dos ajustes necessários. Nestes termos, os contornos da pesquisa revelaram que as respectivas classificações das categorias não constituem um processo pronto e acabado, mas podem sofrer alterações no constructo das análises.

Deste modo, as categorias anteriormente elencadas, que partem do contexto histórico do STTR-Cametá, das atuações e inserções das juventudes sindicalistas rurais no referido sindicato constituem os elementos centrais das análises realizadas.

A categoria *Juventude* tem importante papel na presente abordagem, uma vez que trata dos sujeitos centrais desta pesquisa. Para uma ampla compreensão desta categoria realizou-se um levantamento bibliográfico acerca da juventude, em diferentes enfoques. Nestes termos, apresentou-se como referências importantes pesquisadores na área, tais como Sposito (2001, 2003, 2009), Carrano (2008), Dayrell (2003) e Frigotto (2004). Deste modo, das diversas contribuições dos autores, construiu-se uma definição que atendesse aos objetivos traçados neste estudo, o qual analisa a práxis juvenilsindical no STTR-Cametá.

Não menos importante trabalhou-se com o conceito de práxis, a qual expressa-se no presente estudo como *práxis juvenil Sindical*. Como aporte teórico tomou-se como base Vázquez (1968), Semeraro (2006) e Konder (1992), ambos autores de corrente marxiana, os quais contribuiram na reflexão e debate sobre o papel da participação política e social dos jovens dentro do processo histórico do STTR-Cametá de forma consciente e emancipatória.

O STTR-Cametá, consiste, também, em importante categoria, pois constitui-se no *locus* do presente estudo, o ambiente onde se materializam as diversas formas de participação das supramencionadas juventudes. Para fundamentar a base desta categoria trabalhou-se com entrevistas e importantes estudos voltados para a construção histórica do presente sindicato, tais como Pantoja (2009) e Arnoudet al (2000). Contudo, o processo de análise dos dados da presente pesquisa, que teve como referência as entrevistas articuladas com os referenciais teóricos e fontes documentais revelaram a materialidade das relações históricas no STTR-Cametá, bem como a participação das juventudes neste processo, de modo que evidenciou as contradições inerentes às relações sociais destes sujeitos no interior do referido sindicato.

1.5 O lugar da pesquisa

O presente tópico traz uma breve contextualização histórica e geográfica do município de Cametá, bem como suas características socioeconômicas e políticas. Além do mais, realiza um retrospecto acerca do STTR-Cametá.

1.5.1 Cametá: aspectos históricos e geográficos

O município de Cametá, localizada na região Tocantina, Estado do Pará, conforme dados do último Censo, 2010, conta com uma população de 120.896 habitantes⁶. Pertence à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião Cametá, com uma área de 3.122 Km². Esta área é dividida pelo rio Tocantins⁷, cortando-a no sentido sul-norte. Conforme Pompeu (1998, p.3), o território do município de Cametá “[...] compreende terras nas duas margens do rio Tocantins, que possuem cotas altimétricas oscilando entre 15 e 30 metros”. O rio Tocantins deságua, além da porção central à frente da sede do município, em um arquipélago de mais de 100 ilhas, cortadas por rios, furos e igarapés. Estima-se que o município tenha uma área de aproximadamente 26,2% de várzea e os rios e bacias totalizam 20,3% do território municipal (POMPEU, 1998). Tem em seus limites: ao norte, Limoeiro do Ajurú; ao sul, Mocajuba; a leste, Igarapé-Miri; e a oeste, Oeiras do Pará.

Fundado em 24 de dezembro de 1635 está entre os municípios mais antigos do estado do Pará, o qual traz em sua história alto grau de importância no cenário nacional nos aspectos políticos, produtivos, religiosos e culturais. Demograficamente, o município apresenta características peculiares. A zona rural subdivide-se em *região das ilhas*⁸ e de *terra firme*⁹. Nas de ilhas, vivem as populações ribeirinhas, as quais possuem identidades e modos produtivos voltados à pesca e demais formas extrativistas, tais como a colheita do açaí, cacau e andiroba e de *Terra firme*, vivem do extrativismo vegetal, mineral, a agricultura de subsistência e pequenos comércios (PANTOJA, 2015). A seguir demonstra-se a localização do município de Cametá na microrregião do Baixo Tocantins.

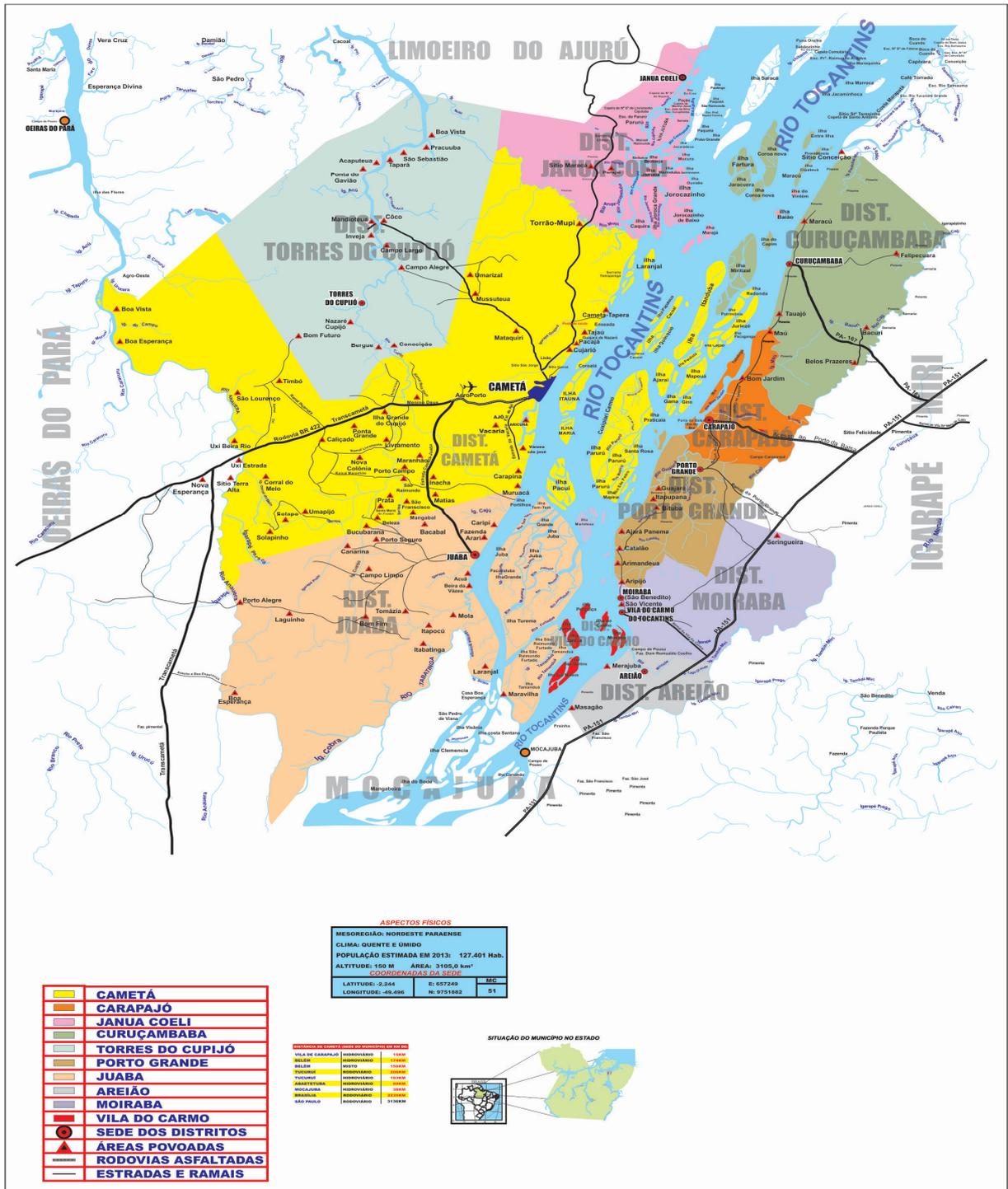
⁶Conforme estimativa referente ao ano de 2016, possui uma população de 132.515. Dados retirados do site: < <http://cidades.ibge.gov.br/>>.

⁷De acordo com estudos realizados por Pompeu (1998), o rio Tocantins consiste na segunda maior bacia hidrográfica do país, a qual tem o rio Amazonas como sendo a maior dentre eles. Conforme levantamento da ELETROBRÁS, seu potencial hídrico monta a ordem de 27.821, 81 MW, somando uma área de 813.674 km².

⁸[...] Se forem somadas às áreas de rios e bacias, teremos aproximadamente 46,5% do município de Cametá. Nesse arquipélago constata-se a presença predominantemente de duas espécies nativas de valor econômico: o açazeiro (*Euterpe Oleracea*) e o buritizeiro (*Muritia flexuosa*). É da região das ilhas que sai grande parte do açaí e pescado que abastece a cidade, além de carne de suíno e objetos feitos de telas de vegetais, tais como “paneiro, peneira, tipitis” e outros produtos utilizados como instrumentos de trabalho em Cametá e em outros municípios da região (SOUSA, 2000, p.22).

⁹A região denominada *terra firme*, em Cametá, está situada nas duas margens do rio Tocantins. Trata-se da área municipal com cotas altimétricas bem mais altas que as áreas de ilhas e é caracterizada pela incidência de dois tipos distintos de solo e vegetação: campos naturais ou campinaranas e floresta ombrófila densa (idem, p.23).

Imagem 1 – Localização do Município de Cametá.



Fonte: CONART (2017).

Em aspectos historiográficos, ainda em meados do século XVIII, de acordo com Maneol Baena, diretor da 2ª secção da secretaria da presidência do Pará, se destacava pelo seu comércio e indústria; ocupando uma extensa área de terrenos acidentados, próprios para o cultivo de diferentes gêneros agrícolas; sendo ainda uma região muito abundante de produtos naturais. Essa região seria formada por centenas de furos e igarapés, que formavam a bacia do

Tocantins, considerado o terceiro em importância dentre os rios que compõem o sistema fluvial amazônico. Nos seus registros, o cacau aparecia ainda como o principal gênero da indústria e comércio; destacando ainda alguns outros produtos como a castanha, a borracha, o óleo de copaíba, bagas de cumaru, baunilha, sabão de cacau, peles, cuias pintadas, peixes, doces e frutas, sendo a laranja a mais apreciada¹⁰.

Além dos aspectos elencados, o município de Cametá, tem sua história reconhecida a nível nacional por suas características e identidades, por sua importância na cultura e tradição do país. Neste sentido, passou à categoria de Patrimônio Histórico Nacional, pela lei Federal nº 7.537, de 16 de setembro de 1986 (PANTOJA, 2015).

1.5.2 Trabalhadores rurais em Cametá: uma abordagem socioeconômica

No contexto socioeconômico, as populações do campo têm suas vidas marcadas pelos contrastes sociais que vão da péssima estrutura das estradas e ramais, precário acompanhamento técnico rural, falta de incentivo financeiro no âmbito produtivo, extrema pobreza e deficitária estrutura nas áreas de saúde e educação (SEMED/CAMETÁ, 2014).

Partindo do contexto levantado, supõe-se que a realidade da juventude do campo não vislumbra a inclusão desses sujeitos sociais como participantes das políticas públicas do Estado. Neste sentido, para Soares (2011, p.22), “a população pobre não foi incluída como população-alvo na estruturação original da escola”.

Os descasos históricos do Estado às populações amazônicas ainda representam o olhar dado pelos militares durante as ações desenvolvimentistas das décadas de 60 e 70 do século XX, época da ditadura militar, onde a semântica ideológica que circunscreviavam as ações do referido governo, no âmbito da educação nacional, foi à disparidade entre o tratamento do homem do campo e do homem da cidade (COELHO, 2008). Nessa época, o governo militar entendia que o homem do campo necessitava de políticas públicas, compreensão essa que consistia em uma visão perversa e preconceituosa instrumentalizada na forma de projetos voltados para algumas regiões da Amazônia (CAMARGO, 1997).

Essa política, refletiu negativamente nas populações regionais, pois as comunidades quilombolas, perderam espaços e foram exploradas pelos grupos dominantes (pecuaristas, empresários e outros), detentores das formas desordenadas de produção, que no interior da

¹⁰BAENA, Manuel. Informações sobre as comarcas da Província do Pará, organizadas em virtude do Aviso Circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883 por Manuel Baena, diretor da 2ª seção da Secretaria da Presidência da mesma Província. Pará: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885, p. 37 (anexo do relatório do presidente de província do Pará de 15/10/1884, editado em 1885).

Amazônia mostraram suas forças de destruição, desconsiderando os recursos naturais, impondo sobre os sistemas agroflorestais o modelo do monocultivo, a pecuária, dentre outras formas de explorações produtivas.

As condições dos jovens dos campos brasileiros ainda representam uma realidade permeada por numerosas assimetrias sociais, pois os espaços rurais necessitam de ressignificação como um meio de acesso ao desenvolvimento sustentável. A dicotomia campo e cidade ainda representa a indubitável confirmação dos preconceitos e ausência de políticas de Estado voltadas para a referida realidade, onde se respeite e valorize as peculiaridades sociais e culturais (CALDART, 2009).

Os jovens do campo, enfrentam uma realidade marcada pelo descaso público e a histórica visão mencionada de que os sujeitos do campo pouco precisam para sobreviverem. O seu futuro, também, é visto nessa mesma dinâmica, pois as suas perspectivas profissionais, acadêmicas e produtivas são historicamente limitadas por um voraz processo de exclusão social de seus direitos pelos poderes públicos. Assim, o município de Cametá, por ser uma região rica no âmbito musical, na presença de grupos folclóricos e uma forte vocação à agricultura familiar rural, tem uma juventude que não ocupa a condição de sujeito de sua realidade, nem mesmo é digna de cidadania e igualdade de oportunidade.

As instituições de ensino nestes espaços, segundo Pereira (2008), reproduzem as desigualdades e manifestam o estranhamento do Estado acerca da necessidade de se construir um currículo escolar do campo. Os princípios de avaliação e construção de conhecimento se dão por parâmetros globais que sob a lógica do capital cultural não discutem o local e o global como elementos indissociáveis.

No âmbito das Tecnologias e comunicação, o acesso a redes de internet e outras tecnologias similares, consiste em uma realidade surreal, pois a rede de telefonia é acessada somente por aqueles que possuem antenas especializadas em suas residências. Os pontos de internet funcionam somente nos centros das vilas e na cidade.

A agricultura familiar é marcada por uma desorganização na formação de cooperativas e associações, bem como a ausência do poder público na formação e acompanhamento técnico e viabilidade no escoamento das produções e a organização do mercado local. Outrossim, a falta de incentivo às linhas de créditos para os pequenos produtores são extremamente burocráticas e incipientes, restando a esses sujeitos as penosas práticas do monocultivo da farinha de mandioca que não consegue subsidiar as necessidades básicas das famílias.

Em se tratando do ensino escolar da juventude, o baixo nível de permanência de estudos e a repetência escolar são comuns para essas populações. Normalmente, os estudos, nas áreas mais inóspitas, vão até o 5º ano de escolarização do ensino fundamental e outros ao 9º ano, não havendo, neste caso, oportunidades locais para darem continuidade aos seus estudos. Destarte, a formação ofertada para essas populações pauta-se na transmissão de conhecimentos formais delineados por um currículo estranho às realidades locais. (SEMED/CAMETÁ, 2014).

1.5.3 O STTR-Cametá: lugar das juventudes sindicais do campo

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Cametá-PA, fundado no dia 14 de fevereiro de 1974, constitui um espaço de representação, organização social e política da fração de classe trabalhadora rural, onde historicamente os sujeitos, no âmbito do movimento social, se mobilizam e lutam por melhorias na qualidade de vida e nas condições de trabalho. Tem-se, a seguir imagem da ampliação do prédio-sede do STTR-Cametá.

Imagem 2 – Ampliação do prédio-sede do STTR-Cametá.



Fonte: Arquivos do STTR-Cametá.

A participação da juventude nesse processo se dá por meio de mobilizações, reuniões, oficinas, palestras, manifestações, formações, equipes diretivas e ações coletivas de mutirões. Neste sentido, segue imagem de encontros formativos e manifestações populares quem tem os jovens como seus principais participantes.

Imagem 3 – Participação dos jovens em eventos sindicais.



Fonte: Arquivos do STTR-Cametá.

Dentre muitos elementos históricos e políticos na região do Baixo Tocantins, destaca-se o processo formador do STTR-Cametá partindo de três pontos essenciais. O primeiro concerne aos condicionantes políticos dos governos de Vargas (1930 e 1940) à criação do sindicato, década de 1970, período militar. Neste ponto histórico, é veemente a invisibilidade da juventude na constituição do sindicato, sendo um espaço de adultos e anciãos. O segundo, refere-se a tomada do Sindicato pelos trabalhadores rurais de Cametá, ano 1984. Neste instante, nota-se uma importante participação dos jovens tanto nas articulações, quanto nas execuções dos encontros e manifestações. E, por último, o contexto atual em que vivem as juventudes sindicais. A este último ponto, destaca-se os desafios presentes dos jovens no que se refere as suas expectativas de vida no campo, os processo de organizações no STTR-Cametá, bem como as suas bandeiras de lutas nos âmbitos de uma política de educação do/no campo e políticas de juventudes.

Em um revisar histórico, destaca-se a importância formativa exercida pela igreja local, por meio das CEB's, vertente da Teologia da libertação, a qual consistiana maior formadora política e social, a qual teve papel fundamental nas organizações sindicais e políticas na região do Baixo Tocantins, isto é, os ideais eram profundamente alinhados entre igreja progressista e movimentos sociais. A igreja formou a base reivindicativa e de consciência de classe na tomada do sindicato, com o Movimento da Oposição Sindical de

Cametá (MOPS-CAMETÁ) que provocou mudanças na organização dos trabalhadores na década de 1980 na região Amazônica (FAVACHO, 1984; SILVA, 2014, 2015, 2016; WANZELER, 2015).

Tem-se no contexto atual das juventudes do STTR-Cametá um momento de necessárias mudanças, redirecionamento no *Modus operandi* sindical e debates de novas bandeiras de lutas. Isso se dá pelas transformações ocorridas no âmbito político nacional – reconfiguração do Estado -, e dos debates sobre políticas públicas para as juventudes. Para Gohn (2013, p. 7), “[...] o tempo passou, surgiram novos campos temáticos de luta que geraram novas identidades aos próprios movimentos sociais (...)”. Nestes termos, nas delineações da própria autora, estes movimentos, em uma perspectiva de ação social coletiva, tem fluxos e refluxos.

Contudo, o STTR-Cametá, como entidade representativa da fração de classe dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá, tem em sua realidade presente os desafios da sua própria sobrevivência e manutenção de suas lutas e reflexões de suas concepções norteadoras. Neste bojo se encontra as suas juventudes que, historicamente, pautam a legitimidade de seus espaços nos desdobramentos internos, quanto no fortalecimento de suas bandeiras de lutas por uma educação do/no campo com equidade e políticas públicas de juventude correlacionadas às suas realidades concretas.

CAPÍTULO 2: JUVENTUDE SINDICAL NO STTR-CAMETÁ

O presente capítulo trata da categoria *juventude* em suas mais amplas perspectivas sociais. Realiza uma discussão acerca da *práxis juvenil sindical* no STTR-Cametá partindo de uma leitura marxiana. Ademais, traz para o bojo das reflexões e debates concepções de classe em perspectivas materialista-histórica, o papel e definições de *movimentos sociais*, concepção dialética da formação sindical no STTR-Cametá, bem como apresenta dados socioeconômicos acerca das juventudes a nível global e regional.

2.1 Juventudes: categoria em *movimento*

Não é surpresa a visão de base que se tem da juventude como aqueles sujeitos em processos de transição, que ainda não estão preparados para a vida. Homens e mulheres iniciantes no âmbito das responsabilidades, sem experiências e competências para conduzirem situações cotidianas. Nestes aspectos, também, não causaria surpresa compreendê-los como sujeitos em estados propedêuticos, passíveis de maiores erros. É nesse contexto que temos uma visão romantizada e fetichizada dos jovens, tidos pela indústria como público-alvo de investidas mercadológicas de consumo, bem como visões distorcidas e conflituosas em sua definição. Assim, é necessário conhecer as juventudes em suas materialidades, perspectivas de classes, seus diversos contextos no âmbito social (BORGES, 2012).

Analisar a categoria juventude fora de um processo histórico, indenitário e relacional leva-se a uma fratura na construção de sua definição. O caráter etário estipulado por entidades governamentais e não governamentais - tais como Estatuto da Juventude Brasileira, 15 a 29 anos (BRASIL, 2013); União Europeia, 15 a 24 anos¹¹; Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), 15 a 24 anos¹²; CONTAG, 18 a 32 anos¹³ -, torna-se irrelevante se não analisá-los levando em consideração o processo histórico concreto das condições existenciais destes sujeitos em seus múltiplos contextos sociais.

Tornar-se adulto compreenderia “terminar os estudos, conseguir trabalho, sair da casa dos pais, construir moradia e família, casar e ter filhos” (CARRANO, 2008). Este modo linear e categórico não compreende a realidade concreta do trânsito da fase jovem à adulta,

¹¹Definição dada na Assembleia Geral da ONU em 1985 para o Ano Internacional da Juventude (PARRA, 2004).

¹²Para a referida comissão tem-se três importantes recortes etários: a) Jovens adolescentes, 15 a 17 anos; jovens, 18 a 20 anos; e jovens adultos, 21 a 24 anos (BORGES, 2012).

¹³Definição reiterada e aprovada pelo 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em Brasília de 10 a 14 de março de 2009 e do Conselho Deliberativo de 11 de junho de 2009, expressas no Estatuto da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG, 2009).

pois nem todos conseguem atingir esses parâmetros no âmbito etário canonicamente estabelecido (SPOSITO, 1996). Destarte, é neste aspecto que é necessário compreendê-las em uma dimensão de *juventudes*, em seu caráter plural, de modo a materializar as diversas condições de ser *jovem existente*, de maneira que possa “[...] articular a noção de juventude à sujeito inserido em determinada realidade social e histórica (DAYREL, 2003, p.4)”.

Frigotto (2004), manifesta sua preocupação com a vulnerabilidade no que concerne a entrada precoce no mundo do trabalho e a precarização da educação. Na lógica do sistema capitalista de produção rígido esses jovens sofrem duras desvantagens, os quais, na dinâmica do trabalho, qualidades das ocupações e o nível de remuneração são forçados a passarem por um processo de “adutilização precoce”, fato presente nos processos de desigualdades (contradições) entre as classes sociais. A esse respeito, Rubens Damasceno Tavares (2016) destaca que

é na juventude que tu vai definir o que tu quer para teu futuro. É o momento da decisão. Tem muita gente dizendo que a vida começa aos 35, mas não é isso, mas é na juventude que tu decide tua vida. Não pra ficar só em casa, esperando nossos pais trabalharem e a gente fazendo despesa pra eles. Tem que trabalhar, ajudar na despesa e ajeitar a nossa vida¹⁴.

Sobre a entrevista concedida pelo jovem sindicalista, tem-se o ideário posto sobre a juventude atual, no que consiste na celeridade de se ter uma profissão, de poder ajudar nas despesas familiares e “ser alguém na sociedade”. Tem-se na hodierna juventude uma fase de grande pressão por uma profissão e entrada no mercado de trabalho. Diante disto, deparam-se com uma realidade marcada por desempregos, dificuldades para concluir os estudos básicos, dificuldades para ingressar em uma universidade pública, bem como a materialidade de uma sociedade que os marginaliza.

Faz-se necessário refletir os jovens em sua amplitude social, cultural e política, pois, o conceito de juventude não pode ser definido por uma linha rígida e atomizada, uma vez que o essencial é levar em consideração a pluralidade e circunstâncias da vida juvenil em seus diferentes contextos, implicando afirmar que “elaborar uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais” (ABRAMO, 1997; SPOSITO, 2009). Nestes termos, para a jovem sindicalista Jaqueline Cristina (2016),

[...] independentemente da idade é ter o espírito juvenil [compreensão indenitária]. Se agente se sente jovem isso é o que importa. Tem muitos jovens de 15 anos, mas que não tem o espírito juvenil. Jovem é ter alegria,

¹⁴Entrevista com Rubens Damasceno Tavares, Secretário do STTR-Cametá, fevereiro de 2016.

ter uma causa pra lutar. Eu posso estar velho, mas eu posso lutar por uma causa¹⁵.

Partindo da compreensão da jovem sindicalista, vê-se que nem sempre a acepção etária e construções institucionalizadas nas relações sociais e políticas são suficientes para defini-la. Há, contudo, uma visão que envolve entusiasmo, energia e pertencimento. Sua compreensão perpassa pelo poder simbólico que o ser jovem se constituiu no tecido histórico das gerações e das sociedades. Se por um lado compreende-se como inexperientes e prematuros, por outro se vê como detentores de energia da vida, de esperança e da continuidade das gerações.

Compreender o jovem inserido no socialmente, de modo atuante nos movimentos sociais, políticos, culturais, educacionais e religiosos revela-se a capacidade dinâmica destes sujeitos presentes em diversos âmbitos participativos, em que, embora se diga ser um momento “transitório”, devido o afã posto acerca da saída do universo infantil e do ‘vir-a-ser’ adulto, buscam firmar suas identidades em um esquema coletivo das relações, período de suas vidas caracterizado por um auto firmar-se no tempo presente (CARRANO, 2008).

A identidade juvenil é tida socialmente por meio de estereótipos e estigmas permeados de contradições, onde os jovens das classes mais pobres são identificados como violentos e marginais, marcados pela ausência de direitos, falta de espaços culturais, desemprego, a certeza de um futuro sem oportunidades e aqueles das camadas mais ricas são os protegidos na sociedade. Estes elementos contraditórios, engendram, positivamente, alternativas no mundo jovem, pois estes sujeitos criam novos territórios de atuações no âmbito cultural (música, teatro, arte), esportivo e político (CARRANO, 2007). Neste sentido, segue imagem de jovens sindicalistas participando da Feira da Produção Familiar da Região Tocantina, no período de 30 de setembro a 03 de outubro de 1990.

¹⁵Entrevista com Jaqueline Cristina, sindicalista no STTR-Cametá, fevereiro de 2016.

Imagem 4 – Jovens sindicalistas participando da Feira da Produção Familiar da Região Tocantina.



Fonte: Arquivos do STTR-Cametá.

Caracterizar o ser jovem, ou mais organicamente falando, as juventudes em seu plano histórico, político, cultural e social remete-se a uma complexa margem de parâmetros e definições. Novaes (2004, p.10), busca justificar as mais diversas idades cronológicas, afirmando que “são arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam em que momento e por meio de quais rituais de passagem se muda de uma fase da vida para outra”. A autora apresenta a concepção da sociedade clássica greco-romana acerca dos parâmetros que definiam o ser jovem para essa civilização. Parte de uma análise etimológica do termo *juvenis*, o qual advém de *aeoum*, o que quer dizer, na referida abordagem, “aquele que está em plena força de idade”. Desvela, ainda, sobre a cultura grega do culto à deusa *juventa*, ritual que marcava a transição do período da adolescência para a juventude e que era sacralizado pela “troca da roupa simples pela toga, tornando-se cidadãos de pleno direito (NOVAES, 2004, pp.10-11)”.

Diríamos que as togas de nossos jovens, são os parâmetros estipulados pelo sistema capitalista de produção, os quais, muito cedo precisam produzir, pois se não constituir família, casa, emprego, condições de possuir bens e luxos, ainda não pode se firmar como sendo um adulto formado, ou mais cartesianamente falando, um sujeito realizado.

Nos diferentes contextos sociais, as juventudes assumem múltiplas faces, as quais representam sujeitos de esperança, de perigo, de vulnerabilidade, de que ainda não chegaram aos seus status de adultilidade na vida. Nestes termos, necessita-se compreender a realidade

da sociedade moderna, das contradições sociais, dos desafios do mercado de trabalho, dos processos políticos que permeiam estes sujeitos.

Dentre muitas correntes de interesse e processo ideológicos, os jovens desde a metade do século XX, em um processo vultoso do mercado capitalista e dos embates políticos sempre estiveram em uma pragmática dualidade, onde de um lado tem-se estes sujeitos como os principais elementos de revolução e, de outro, como alvo do mercado de consumo, ícones de propaganda, fato que toma-se como exemplo uma canção da Banda de Rock brasileira Engenheiros do Hawaii: “a juventude é uma banda, uma propaganda de refrigerante”; ou como expressou o Sr. Luiz Gonzaga (Zé Capina): “os nossos jovens são o futuro político e sindical nosso”. A esse respeito, Ribeiro (2004, p.25) traz a ideia do filósofo Godard, o qual “sintetizou muito bem essas duas vias (...), ao chamar, em seu filme *Made in U.S.A.*, os jovens parisienses dos anos 60 de “filhos de Marx e da Coca-Cola””. Assim para o autor

isso quer dizer que desde a metade do século XX os jovens são disputados por duas forças importantes e mais ou menos antagônicas: por um lado, a ideia de revolução, que se coloca à esquerda dos partidos comunistas, tidos por acomodados e conservadores, e por isso mesmo apela aos ícones mais radicais, ainda que do próprio comunismo, como Guevara, Mao Tse-Tung, Ho Chi Minh; por outro, a publicidade, que constitui a juventude como destinatária por excelência dos anúncios e propagandas (RIBEIRO 2004, p.24).

Em posse da análise de Bourdieu (1983) e Ribeiro (2004), vê-se que a juventude se dá em contextos de lutas, disputas sociais, em tempos e lugares diferentes nas múltiplas culturas. A juventude e os adultos traçam fronteiras de reais disputas nas sociedades. Neste caso, Novaes (2004, p.12) afirma que a juventude consiste no período de maiores ambivalências, onde as razões da emancipação e subordinação são vorazmente presente no contexto de conflitos. Assim, para Bourdieu (1983, p. 113) “(...) a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas”. Nestes termos, segundo depoimento do senhor José Maria Louzada, temos uma dada confirmação dessa questão

em nossa época o PT era de unidade. Se nós decidíssemos que iríamos lutar por uma causa, todos estariam lá, prontos pra batalha. Nós batalhamos muito como colocar o PT em Cametá. Nós organizamos o Sindicato, participávamos das Comunidades e ainda cuidávamos de nossas famílias. Agora tudo mudou! Nesse governo que ta aí, tem uns jovens que não sabe de nada. Não sei quem colocou eles lá. Nós que temos experiências, temos nossas histórias de lutas e fizemos isso acontecer estamos sendo esquecidos.

Melhor nem falar, eles nem lembram da gente. Os jovens não tem liderança, não tem o “tutano” pra segurar os problemas¹⁶.

Tomando como exemplo o conflito entre juventude e adultos, Bourdieu (1983) aponta que esse conflito faz parte de uma materialidade histórica e social da posse do espaço e poder, de uma demarcação territorial da hegemonia dos sujeitos que comandam a dinâmica social, onde a velhice assume o indesejável sentido de declínio social e a juventude desconhecedores das verdades sagradas da sociedade – não aptos a liderar.

Outro elemento de análise de uma compreensão acerca do conceito de juventude é tomar, o que chama-se de confluências históricas ou de gerações, como ponto crucial de análise. Desta forma, as juventudes se manifestam no campo social e histórico de acordo com seus constructos e materialidades sociais. Assim, torna-se frágil conceituá-lo e analisá-lo de forma estática no bloco contemporâneo unicamente, isto é, os elementos deste conceito levam em consideração os diferentes modos de ser jovem na contemporaneidade.

Para Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996), a conceituação e categorização de juventude, partindo do elemento *idade*, não sustenta uma análise precisa, pois é no contexto sociocultural e histórico que se configuram as juventudes. Os autores trazem para a presente discussão a necessidade de não analisá-la somente pelo mencionado elemento, nem mesmo unicamente partindo das análises históricas e sociais. Necessita-se compreendê-la não como conceito unívoco e levá-la em consideração das diversas confluências de fatores apresentados. Para Borges (2012, p.06)

Construir uma noção de juventude na ótica da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento numa perspectiva de totalidade, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado ao se entrar na vida adulta.

Vale ressaltar que apesar de uma compreensão da categoria juventude em termos complexos de idade, processo histórico, contextos sociais, não se pode menosprezar o parâmetro etário, por considerá-lo indispensável nos aspectos científicos, censitários, dentre outros, uma vez que contribui incisivamente para a formação da teia epistemológica de um conceito mais preciso do que venha ser o jovem, ou em termos de sua diversidade, juventudes.

¹⁶Entrevista com José Maria Louzada, primeiro vereador pelo PT em Cametá, líder comunitário e sindical, em 30 de abril de 2016.

Portanto, os diferentes autores trazem como reflexão que a juventude não consiste em parâmetros e concepções cristalizadas. Parte da realidade social e histórica, das posições hegemônicas, contra-hegemônicas, das relações de poder e submissão. Assim, nas perspectivas de Carrano e Dayrell (2002, p.1) não se encerra em fechamentos homogêneos de conceitos sacralizados, mas pauta-se, de forma dialética, na “[...] pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil, exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem”.

2.2 Lutas da juventude em observação

O homem na perspectiva da sociedade comunista consiste em um ser livre do processo de alienação e agressões postas pela divisão do trabalho, apto a desenvolver suas potencialidades de modo a quebrar as barreiras impostas pelo regime capitalista de produção (MARX e ENGELS, 1998). Deste modo, realizar-se-á, nesta seção uma breve reflexão entre o papel do processo sindical do STTR-Cametá e suas juventudes em uma perspectiva materialista histórica enquanto grupo social.

Nesta perspectiva, dá-se como marco central das delineações da compreensão do presente trabalho acerca da materialidade histórica dos jovens sindicalistas do STTR-Cametá os seus principais elementos históricos, como as ações do Estado na região do baixo Tocantins e as diversas formas de enfrentamentos das populações diante das condições impostas. No passo de suas lutas, de suas consciências de classes, o movimento sindical local, tem nas mediações e opressões do Estado o seu maior inimigo, ao mesmo tempo, que esse enfrentamento lhe fortalece enquanto fração de classe.

Além dos desdobramentos políticos internos a fração de classe dos trabalhadores rurais, tem na luta sindical o campo material de suas vidas e (re)existências. Assim como Marx, se indignou com as manobras políticas da burguesia no século XVIII, na 6^o dieta (o parlamento), onde a simples coleta de lenha tornou-se, pela lei consuetudinária feudal, em um crime de furto contra o Estado, assim, nos séculos recentes o movimento sindical, em especial a juventude sindical, guardadas as devidas diferenciações de épocas, une-se em combate e relutância diante dos interesses do capital e do Estado.

Após tantos séculos as lutas permanecem, com novos desafios, diante das mutações do capital e de seus interesses. A exemplo da Amazônia, tem-se a grilagem de terras, mortes de trabalhadores no campo, escolas decadentes e dissonantes à realidade dos jovens do campo, as

lutas por energia elétrica - mesmo esta sendo produzida em terras locais -, a destruição dos rios, exclusão no ensino superior e sucateamento de uma formação humana, com equidade.

Os desafios permanecem postos, a materialidade das lutas se faz em um campo histórico que percorre séculos e as manipulações das novas burguesias se transfiguram em ferozes manipulações e desdobramentos políticos que sucateiam a vida do trabalhador rural.

No mundo do trabalho os jovens rurais vivem em um trânsito vazio de oportunidades. Na região de Cametá o meio rural não consegue representar um lócus sustentável em detrimento da destruição dos recursos naturais, da falta de estrutura no âmbito rural; no contexto urbano são reprimidos às periferias de forma bem definida: a falta de oportunidades no mundo no trabalho, falta de formação digna, humana e as tristes investidas/saídas no âmbito das drogas, prostituições e diversos contextos das criminalidades.

O jovem rurais cametaenses, aquele que pela manhã vem a cidade estudar e a tarde voltam para os suas localidades, salvo aqueles que mudam-se para casa de parentes para ajudarem nos serviços de casa e do trabalho informal, vivem um dilema de extrema indecisão e falta de perspectivas: sonham com um futuro melhor no contexto rural, tentam buscar isso, mas a realidade é forçosamente precária.

No ano de 1843, Marx assume um caráter mais profundo em seu propósito socialista, onde tem uma compreensão mais profunda e clara de que o proletariado consiste na classe mais explorada, mas, concomitantemente vê nesta a mais revolucionária, a única capaz de emancipar-se e emancipar a sociedade da dura divisão das classes, passo, que no entendimento e construções do pensamento marxista recuperaria aos homens a originalidade, a essência da verdadeira vida em comunidade, onde todos pudessem viver suas realizações individuais.

O papel juvenil no processo de manifestações e ações sindicais não fogem a essas premissas. Diria que a própria materialidade da luta sindical consiste neste dialético movimento de lutar, avaliar as lutas, lutar novamente e traçar os planos e pautas da classe trabalhadora rural em evidencia e movimento. De fato, o contexto alienador e ideológico do Estado tem contribuído para a segregação das ações sindicais e isto faz parte de um programa de destruição da luta de classe.

Na história da formação sindical do STTR-Cametá, a igreja Católica, em sua versão da Teologia da Libertação, que de forma um tanto contraditória aos seus fiéis ideais, quanto dialeticamente eficiente na materialidade histórica do sindicalismo em Cametá, assim como em outras regiões do país, segundo Sacramento (2007), tenta unir as vertentes do marxismo ao cristianismo pelos ideais de libertação, realizando um fenômeno sociopolítico de grande

destaque: por um lado coloca Deus no centro das determinações humanas, reconhece e prega isso, por outro coloca o homem no centro de si mesmo, isto é, como aquele oprimido pelo próprio homem, pelo latifúndio e pelo Estado. Desta forma, segundo Marx e Engels (1998), o homem que ora se objetiva em Deus e nele objetiva suas salvaçãoes e qualidades de vidas terrenas, no mesmo movimento de alienação, também se libertava das próprias alienações divinas.

Importante reflexão tem-se na ótica da participação, no caráter do fazer-se parte, estar no movimento. Marx e Engels (1998), na condição de intelectuais orgânicos, imersos no processo da luta operária, passam a ter propriedade e conhecimento concreto das realidades dos proletários, daí constroem suas mais primorosas críticas aos interesses deste movimento. Isso se dá por envolvimento sociopolíticos e lastro com os desdobramentos da luta.

Desta maneira, a participação juvenil tem no STTR-Cametá um de seus maiores legados, isso prova-se pelas grandes lideranças que fizeram e fazem parte do processo de construção, (re)tomadas e fortalecimento do Movimento da Oposição Sindical de Cametá (MOPS-CAMETÁ), as quais dar-se-à destaque em seção específica neste trabalho.

Destaca-se, neste sentido, que o materialismo histórico de Marx e Engels (1998) surge da materialidade das lutas de classe e de suas inserções nesse processo e que proporcionou à sociedade uma revolução na visão das arenas das lutas de classe, de modo a vislumbrar a sua própria transformação.

Se faz necessário discutir o conceito de ideologia, nestas perspectivas, sob o olhar das lutas de classes. Na ótica marxiana, a ideologia pertence ao campo da superestrutura, a qual se apregoa ao longo de sua obra com o caráter de consciência falsa, distorção da realidade. Assim, Marx e Engels (1998), consideravam sua teoria como um reconstruir científico do contexto da realidade social e a expressão dos interesses de classes do proletariado, a qual, para os autores, consiste na única classe capaz de libertar-se das ilusões ideológicas e, ao mesmo tempo, chegar a visão objetiva e concreta da historia humana e da sociedade. (MARX e Engels, 1998).

Vale destacar que dentro da concepção marxista, a ideologia não assume a conotação daquilo que é falso, enganador e burlador em todos os casos. Em outras perspectivas do próprio marxismo, a exemplo de Lênin, que cunhou a expressão *ideologia socialista*, o que notadamente prefigurava-se como sendo sinônimo do marxismo, uma teoria científica revolucionária. Assim, nestas delineações, a ideologia figurava-se somente uma visão falsa da realidade. No exemplo apresentado, tem-se a ideologia da classe operária, uma ideologia real, concreta, definida em seus fundamentos e linhas de ações. No mais, independentemente

dos contornos que as concepções de ideologia assumam no processo historiográfico desse debate, o fato crucial e contribuidor do materialismo histórico, discutido na obra *A Ideologia Alemã*, foi estabelecer uma primeira reflexão e debate sobre o papel e fundamento da ideologia no campo social, em especial nas lutas de classes.

Nas perspectivas gramscianas, esse conceito não é unívoco, portanto complexo, estando ora como instrumento utilizado para mascarar a realidade, e ora como elemento consubstanciador/formador de subjetividades políticas. Tem nela a chave para os grupos sociais darem-se conta de seus papéis, do poder de suas ações e de suas consciências de classe para si. Contrariamente,

[...] Nas mãos da burguesia, que não representa o conjunto da sociedade, a ideologia se torna uma força que mistifica e desagrega as relações sociais pelo fato de apresentar interesses particulares como sendo de toda a sociedade e tentar em vão “conciliar interesses opostos e contraditórios. Por ser arbitrária, é necessário desnudar e combater esta ideologia porque expressão direta de uma hegemonia que visa naturalizar as relações sociais e universalizar a crença na sua inevitabilidade. (SEMERARO, 2006, p.31).

A história do sindicalismo do STTR-Cametá tem indiscutivelmente sua própria identidade e seus próprios contornos. Volta-se, neste instante, para o papel construtor dos indivíduos no processo histórico. São os indivíduos que produzem e pautam as condições de vida, marcados pelo poder de suas organizações. Nisto estão as produções humanas e as formas como as produzem. Assim, a relação das condições materiais e modos produtivos caracterizam os sujeitos, tanto no caráter individual, quanto em grupo, em sociedade – em classe ou fração de classe. Deste processo, compreende-se o papel e definição da consciência individual (MARX e ENGELS, 1998).

No aspecto da divisão social do trabalho e da propriedade, a juventude sindical, os sujeitos sindicais de modo geral, lutam por uma participação com mais equidade, onde não fiquem restrito somente ao trabalho manual, mas como participantes de um processo de construções, também, destas relações. Contrário à visão da história idealista e especulativa de Hegel, Marx os vê como sujeitos-membros e não sujeitos destas relações. Quando um jovem lança-se, em uma condição de transeunte, entre cidade e campo diariamente em busca de melhores condições de formação, este não está renegando a realidade e o orgulho de se viver em sua comunidade, mas buscado as condições que no campo não há. É comum os jovens se

expressarem da seguinte forma: “não quero o futuro de meus pais¹⁷”. Na verdade estes não estão pormenorizando as lutas e o orgulho das conquistas dos pais, mas reconhecem que necessitam participar do modo produtivo, social e ideológico de maneira mais igualitária. O filho do trabalhador do campo pode ser um médico, um engenheiro, um pescador, um arquiteto, um engenheiro de pesca, mas reconhecem as distâncias existentes entre os estágios vivenciados e os seus ideais. Neste sentido, partido das reflexões de Marx e Engels (1998), as condições e os meios ainda extratificam as relações, colocam estes jovens em condições desfavoráveis.

Neste momento, traz-se a figura de Estado apresentada por Marx como sendo aquele que está a serviço das classes dominantes, contrário a visão naturalista de guardião dos sujeitos, da sociedade – na condição de comunidade dos homens. Deste modo, consiste em um coletivo ilusório, uma vez que o Estado, sob seu véu ideológico, está, de fato, ligado historicamente à classe dominante, sendo, desta forma, o principal órgão de dominação (MARX e ENGEL, 1998). Assim, o Estado é Estado da classe dominante, aquela que detém o domínio das idéias e transfigura isso como real aos demais.

Outra reflexão importante a se fazer no âmbito da materialidade histórica e política do movimento sindical no STTR-Cametá centra-se no aspecto da *hegemonia*, o papel que esta categoria possui no contexto da luta sindical. Não é estranho as disputas internas, as conjunturas políticas as quais se inserem os membros do sindicato. Na história do presente sindicato a luta hegemônica desde a década de 1980 com a retomada do sindicato pelos trabalhadores sempre foi intensa, tanto no contexto interno, das formações das chapas, quanto das relações com partidos políticos, ou melhor dizendo, na experiência sindical do STTR-Cametá há uma ligação íntima com o Partido dos Trabalhadores, em detrimento de fatores importantes como o período de surgimento deste partido ter ocorrido no mesmo instante que acontece o Movimento da Oposição Sindical de Cametá (MOPS-CAMETÁ), momento que os objetivos e ideais sindicais se correlacionam com as premissas do citado partido. Neste sentido, trazemos pontos importantes de um informativo sindical intitulado de *Oposição Sindical de Cametá (Lavradores em ação)*, datado de 16 de fevereiro de 1983, onde o Movimento da *Oposição sindical*, expressa preocupação no processo de tomada do sindicato.

Companheiros, vamos nos unir para o fortalecimento da organização do movimento de oposição sindical de Cametá, pois, somente unidos podemos derrotar os diretores do nosso sindicato que sempre defenderam os interesses dos “patrões e do governo”. Lembramos aos companheiros que o ano de

¹⁷Entrevista com Marcelo Pereira de Sousa, filho de agricultora Rural da localidade de Cuxipiarí furo Grande, no município de Cametá, egresso da CFR-Cametá e Agrotécnica de Castanhal, Técnico Agrícola e graduando em Ciências pela UNIASSELVI, janeiro de 2017.

1984 será realizada eleições para eleger nova diretoria do nosso sindicato, e para isso temos que saber escolher companheiros combativos e com prometidos com a luta de libertação do povo oprimido (...)¹⁸.

Portanto, sem querer estabelecer uma reeleitura histórica desta relação, o que se faz importante refletir nesse processo é o interesse de classe revolucionária que toma conta dos ânimos e interesses dos membros sindicais. O objetivo de ser dirigente e hegemônico na condução da política local. Esse movimento traz a reflexão acerca de fundamental tese da teoria política do marxismo gramsciano que consiste na hegemonia do proletariado, o qual coloca-se como dirigente da sociedade, dos mais oprimidos, contra a classe dominante, em uma faceta das lutas políticas. Assim, nas perspectivas do comunismo apregoado por Marx, o homem torna-se total, livre das amarras do capital e das formas de opressões, podendo ser engenheiro, médico, pescador, religioso, professor – sujeito de sua própria história.

2.3. Movimentos sociais e STTR-Cametá

Os Movimentos Sociais (MS) consistem em formas de organizações, tais como Associativismo Voluntário, ONGS, Fundações, Organizações do Terceiro Setor, Conferências nacionais, Conselhos gestores, Ouvidorias públicas, Estruturas colegiadas e Redes sociais. O interesse aqui não consiste em realizar um profundo estudo sobre estas formas de articulações e organizações da sociedade, nem mesmo desdobrar sobre os múltiplos debates concernentes sobre movimentos sociais.

Não se pode negar a importância dos movimentos sociais, pois estes encontram-se nas ordens dos debates atuais, em detrimento a importância que estes ganharam diante das muitas manifestações sociais. Nas perspectivas de Gohn (2008), podemos compreendê-los como lutas complexas, que tem como pontos centrais as metas e objetivos de determinados grupos, a exemplo, questões das mulheres, índios, afrodescendentes e juventudes. Para a autora,

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio de solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p. 13)

¹⁸Informativo do Movimento da Oposição Sindical, Cametá, 16 de fevereiro de 1983.

Faz-se necessário compreender a dinâmica dos movimentos sociais não como algo estático ao tempo. Diria que assim como a sociedade e seus contornos políticos e organizacionais se transformam, eles também seguem este mesmo pulsar. Não é estranho nos debates sindicais ouvir-se dizer que os movimentos sociais das décadas anteriores eram mais consistentes e mais atuantes, a exemplo do *modus operandi* das décadas de 80 e 90. Para Moisés Libório, Secretário de Juventude da FETAGRI-PA,

a questão muitas das vezes está em nós, enquanto sindicalista. Nós falhamos com nosso papel, porque nós não trabalhamos na juventude uma consciência das principais conquistas que tivemos, principalmente nos governos dos companheiros Lula e Dilma. Por exemplo, o PROUNI, REUNI, Ciências sem fronteiras, etc, essas ações foram bandeiras de lutas de nossos pais e que muitos não entenderam que nós temos que lutar para permanecerem e até ampliarem. Nós temos, também, falhas na forma de como chegar a estes jovens, porque a linguagem é outra, os meios não são só as reuniões para formação das pautas e dos planos. Hoje tem aí o facebook, whatsapp, instagran, blogs meios que ainda a gente pouco usa. Isso, companheiro, também precisa entrar na cabeça da “terceira idade”, dos companheiros mais velhos. É uma verdade que os mais velhos, na maior parte, pensam que os jovens de hoje não querem nada com nada, mas não é bem assim. Em nossas formações a gente vê que a gurizada tem entendido que temos que sair pras ruas de novo contra o golpe e pelas Diretas já¹⁹.

De acordo com o jovem sindicalista, em análise do pensamento de Semeraro (2006), sobre o papel de reinventar-se os movimentos sociais em suas práticas e métodos diante das metamorfoses do modo de produção e das relações sociais, faz-se necessário repensar as novas práticas diante do velho “inimigo”, mas que se renova em sua forma de produções e relações. Destarte,

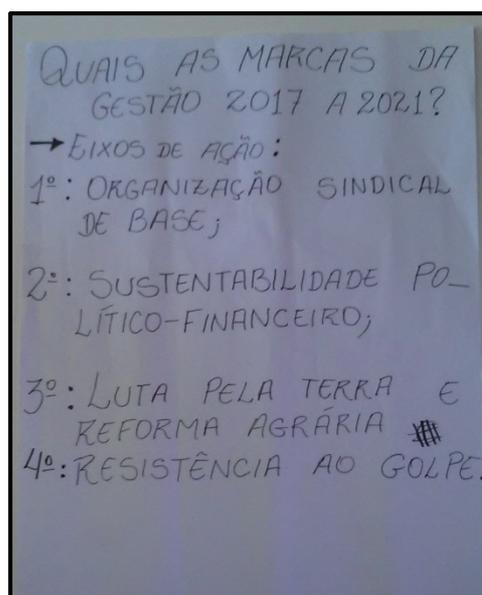
no Brasil, particularmente, depois de derrotar a ditadura militar e instaurar o Estado democrático de direito, as lutas populares precisam agora enfrentar e superar o neoliberalismo na economia, o pragmatismo na política e o pós-moderno na cultura e na educação (SEMERARO, 2006, p.13).

Os movimentos sociais são produtores de conhecimentos, que produzem saberes e que tem suas demandas definidas. Neste sentido, a construção histórica do STTR-Cametá tem em suas experiências adquiridas a formulação de suas demandas e lutas constantes por melhorias em diversos âmbitos, tais como melhores condições no campo, educação de qualidade e consonante com a realidade local, as lutas por espaços dignos das mulheres no campo, melhores condições de estradas e financiamento de linha de créditos para os agricultores. Estes exemplos, elencados se consubstanciaram ao longo de um processo de maturação sindical, ao longo de uma evolução e readequação às realidades sociopolíticas e

¹⁹Entrevista com Moisés Libório, Secretário de Juventude da FETAGRI-PA, maio de 2017.

culturais. Desta forma, nos dias 29 e 30 de maio de 2017, ocorreu na Casa Familiar Rural de Cametá o Planejamento da gestão 2017 a 2021 da FETAGRI, a qual tem como associado o STTR-Cametá. Nestes dias foram pautados pelos STTRs da Federação as prioridades para o mencionado período. Tem-se a seguir imagem do quadro-síntese das socializações das metas expostas pelos participantes.

Imagem 5 - Metas expostas pelos representantes dos STTRs da FETAGRI-PA.



Fonte: arquivos do autor, 2017.

Essas demandas partem de matrizes que no debate sindical se constroem e se projetam em “bandeiras de lutas” e proposições para a formulação e implementação de políticas públicas. Destarte, existe nos movimentos sociais

[...] uma resignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é resignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania (GOHN, 2011, pp. 336-337).

Aqui destaco o caráter educativo dos movimentos sociais, onde, na busca coletiva se levantam elementos para a sociedade, *para si* e para os governos. Assim, os movimentos sociais constituem-se de sujeitos que edificam o ente *sociopolítico* fundamental para a dinâmica política e social.

Partindo das perspectivas do STTR-Cametá como movimento social, destaco a existência e clareza de sua identidade sindical e sua capacidade de dialogar com outras formas

de organizações sociais locais. Para Gohn (2011), a partir da década de 2010 os movimentos sociais ganharam novas dimensões, novos desafios que os instigaram a utilizarem-se de novos meios e novas estratégias de ações. Os movimentos sociais, neste aspecto, sempre tiveram um opositor, contra quem se faz as demandas. Diria que na arena das disputas por consolidações de determinadas políticas públicas, o grande desafio consiste na efetivação dos projetos construídos e pautados por essa coletividade que reivindica para o seu bem estar social e político um modelo de sociedade de acordo com suas necessidades e utopias. Destaca-se, no contexto, a crítica traçada pela jovem Jaqueline.

O Sindicato em Cametá, parece que parou no tempo. Eu mesma participei de muitas manifestações e ações contra o governo, mas o que parece é que tudo está bem, que temos tudo que queremos. Em setembro fomos em uma passeata, promovida pela Pastoral da Juventude, que veio da vila de Juaba para cidade e só porque criticamos o governo sobre falta de saúde decente e melhorias para nossa cidade, algumas pessoas nos criticaram por isso. Muitos nos chamaram de jovens baderneiros e que nós não tínhamos do que reclamar. A secretaria de Juventude do sindicato precisa acordar pra isso porque muitas das coisas que o governo atual, que a gente, de alguma forma ajudou a eleger, prometeu para a juventude nada fez. Eu pergunto: cadê a secretaria de Juventude do Município?²⁰.

Partindo do relato da mencionada jovem o reflexo da necessidade de transformação que naturalmente perpassa os movimentos sociais, os novos modos de se fazer movimento e manifestação prefiguram-se como necessários a própria vida do STTR-Cametá, pois o tempo presente exige novas articulações e estratégias para assim, consolidar-se nas tão almejadas políticas públicas construídas pelos sujeitos sociais.

Nestas perspectivas, partindo de uma assertiva materialista histórica, digo que os aspectos de continuidade, permanência, lutas, processos de contradição e (re)afirmação do STTR-Cametá como um movimento social se dão em um campo dialético das relações internas do presente sindicato. E, os jovens, nesse processo, tem importante papel. Partindo do entendimento de Tourane, diante dos problemas e contradições sociais, os movimentos sociais, para Gohn (2008, p.4), “[...] são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos”.

²⁰Entrevista com Jaqueline Cristina, sindicalista no STTR-Cametá, fevereiro de 2016.

2.4 Juventude em movimento

A atuação política das juventudes rurais sindicalistas no STTR-Cametá se dá de modo a lutar por seus direitos, pautar a legitimidade de seu espaço no lócus sindical e, na luta de classes, reivindicar melhores condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Deste modo, quando coloca-se em um plano material da existência e da posse dos espaços políticos e sociais, necessita-se analisá-la no plano da *práxis juvenil Sindical*, categoria que perpassa o tecido histórico do referido sindicato, dos conformismos, das reivindicações, das articulações, dos processos hegemônicos e contra-hegemônicos da formação e tomada sindical.

Nestes termos, partindo da acepção marxista, a atuação do jovens no sindicato se dá no plano de atividades de modo livre, dentro de uma lógica do criar, recriar e transformar-se. Assim, para Vázquez (1977, p.10), “a consciência comum pensa os atos práticos, mas não faz da práxis – como atividade social transformadora – seu objeto; não produz – nem pode produzir, como veremos uma teoria da práxis”. A ela recai a prática de forma aceitável e originária, porém nem todas as atividades configuram a práxis.

Na relação com o campo social, os homens transformam a natureza, bem como se transformam. O ato político, a sua construção se faz e se refaz nesta lógica. Se afirmar que somente a prática não consiste cabalmente na definição da práxis, tão pouco somente a teoria não é possível firmá-la. Neste aspecto, tendo a práxis como prática social transformadora, torna-se mister concebê-la sob os sustentáculos indissociáveis da teoria e prática. Deste modo,

se a consciência se mostrar ativa ao longo de todo processo prático. Resulta daí que é certo que a atividade prática, sobretudo como práxis individual, é inseparável dos fins que a consciência traça, estes fins não se apresentam como produtos acabados, mas sim num processo que só termina quando a finalidade do resultado ideal, depois de sofrer as mudanças impostas pelo processo prático, já é um produto real (VAZQUEZ, 1977, p.243).

A atuação dos jovens no sindicato, em análise do processo histórico e do nível de participação, se dá pela capacidade das juventudes assumirem suas condições de transformadores da realidade. O nível de participação se alargou à medida que estes sujeitos tomam posse dos níveis de consciência de sua classe, das ações coletivas, dos processos contraditórios da construção sociopolítica de sua realidade. Nestes termos, o nível de participação e atuação política das juventudes em questão se dá perante um processo de movimento, onde concebe o homem como construtor de sua própria história, que ao interagir com a materialidade histórica e social, transforma o processo político de sua classe. Neste sentido Konder (1992, p. 92) atribui a Gramsci o primeiro formulador explícito do homem,

enquanto sujeito da práxis, um ser-construtor-de-si. Assim, “[...] não tem muito sentido o referido questionamento: quem é o homem? O homem não é; seu ser consiste num tornar-se. O que cabe indagar, então, é: *o que o homem pode se tornar?* [...] Esse tornar-se é a práxis, é a história”.

A atuação dos jovens se dá de modo conflitante e permanente – esta é sua principal característica. Compreender a *práxis* distante da materialidade das lutas de classes se torna delicado, pois, segundo Konder (1992, p.103), “[...] o conceito de práxis no pensamento de Marx só pôde ser elaborado depois que o filósofo encontrou no proletariado o portador material da revolução capaz de superar a sociedade burguesa”.

A práxis, construída sob as bases práticas, teóricas e conscientes dos sujeitos em relação a materialidade social, segundo Vázquez (1977), pode ser categorizada em diferentes níveis, de acordo com os graus de consciências dos homens nesse processo, em *práxis criadora*, *práxis reiterativa*, *práxis espontânea* e *práxis reflexiva*.

Neste sentido a *práxis criadora* se dá em uma dimensão dialética da recriação de soluções, reconfigurando as dimensões dos problemas e, conseqüentemente, estabelece uma profunda relação entre os campos subjetivos e objetivos, onde os aspectos práticos da ação humana nascem do ato pensado, consciente. Esta dimensão conta com um grau de consciência elevadíssimo. Assim, esta práxis se forma no âmbito do diálogo permanente entre os polos dos problemas e das soluções.

Outra dimensão é a *práxis reiterativa/imitativa*, que contraditoriamente a *criadora*, baseia-se na repetição, no ato de imitar. Os polos construtores e básicos de uma práxis transformadora (planejamento e execução) são rompidos, dando ênfase na repetição mecânica, no copiar a realidade estática, sem possibilidades de reinventá-las. Consiste em um nível que não possibilita as mudanças necessárias a um processo revolucionário, onde o grau de consciência perde importância.

Ademais, em uma perspectiva dialética, Vázquez (1977), compreende a existência de níveis de consciência reflexiva na *práxis reiterativa/imitativa*, isto é, por envolver determinado nível de consciência pode levar a um processo de transformação. E no caso da *práxis espontânea*, esta tem como característica o baixo nível de consciência, não possibilita uma transformação.

A *práxis juvenil SindicaldoSTTR-Cametá*, da qual nos ocupamos aqui, tem sua matriz na força da organização da classe trabalhadora, no poder de sua criação e reflexão diante das realidades existenciais. Perante várias investidas do capital, a exemplo, o projeto de desenvolvimento para a Amazônia na época dos militares -, tais como a Usina Hidrelétrica de

Tucuruí, a abertura para os grandes proprietários de Terras, as aberturas de estradas e instalações de grandes empresas de exploração de minérios -, os trabalhadores, nas delineações de Vázquez (1977) tem na *práxis criadora* as possibilidades reais de transformações de suas realidades. Neste caso específico, a participação juvenil se dá de modo a recriar/ressignificar os espaços políticos segundo os interesses dos trabalhadores de sua fração de classe.

O processo formador de um sindicato mais consciente, reivindicativo e transformador perpassam pelas diversas realidades que o capital lhes impõem, pelo processo contraditório que isto estabelece, de tal modo que, partindo da matriz de luta de classes, os homens moldam seu pensar, as dimensões da consciência desta classe (MARX & ENGELS, 2007). A juventude sindical tem na relutância dos aspectos conformistas da realidade uma forma combativa à *práxis espontânea*, onde a aceitação das imposições materiais não tem valor na luta de classe. Assim,

Em termos políticos, partindo das características objetiva, subjetiva e transformadora do trabalho humano, os homens, enquanto classe trabalhadora, têm necessidades de melhorar suas condições de vida, planejando a satisfação dessas necessidades por meio das relações sociais permeadas pelo trabalho, buscando um amoldar-se coletivamente, enquanto objetos da natureza, em torno de projetos humanizantes de existência, o que pode consubstanciar-se em luta de classe e, por extensão, organização social (RODRIGUES, 2012, p.57).

A *práxis juvenil Sindical* no STTR-Cametá, constrói-se dialeticamente no plano das relações de classes, das lutas de classes, em uma perspectiva contra-hegemônica de uma identidade sindical marcada pela inquietude, insatisfação da realidade concreta. O ato de negar a realidade e condições materiais sindicais, pressupõe a busca de um sindicalismo ainda não alcançado, precisa-se recriá-lo, ressignificá-lo – este é o caminho histórico das juventudes sindicalistas no interior do referido sindicato.

A construção formativa sindical, a qual tem por base, no caso cametaense, a relação com Prelazia de Cametá/STTR-Cametá, constitui meio fundamental para uma tomada de consciência dos trabalhadores. A exemplo, as formações sociopolíticas estabelecidas nos encontros da Pastoral da juventude e as plenárias voltadas para as juventudes sindicais no sindicato consubstanciam a formação de uma *práxis revolucionária*, a qual na conscientização da classe para si molda-se em um sindicalismo condizente à realidade concreta das necessidades e anseios das juventudes rurais deste sindicato (RODRIGUES, 2012).

Para Rodrigues (2012, p.65), há uma *práxis* em que o homem é o sujeito e o objeto dela, consiste na “[...] *práxis social*, a qual compreende todas as ações humanas que visam

propiciar a transformação do homem como ser social, mudando-lhe tanto as relações econômicas quanto as político-sociais, de modo a garantir sua emancipação”. Nestes termos, configura-se aí, um processo de transformação hegemônica, que segundo Gramsci (1999) pressupõe o domínio do consenso, da cultura do campo político-ideológico de uma classe ou fração de classes sobre as demais.

As lutas libertárias devem partir de um campo reflexivo constante, a qual possibilite à classe trabalhadora uma percepção da realidade e dos contextos históricos a qual está inserida. Somente é possível construir o projeto social e político no momento em que os sujeitos sejam capazes de perceber as contradições existentes, de modo a superá-las por meio de seu projeto revolucionário de sociedade. Desta forma, segundo Semeraro (2006, p.9), [...] o “oprimido” precisa organizar-se para “tornar-se dirigente” da própria história por meio de uma criadora práxis filosófica-política, instituidora de sujeitos autônomos e associados, fundadora de novos Estados que democratizem o conhecimento e socializam o poder.

Há no cerne da epistemologia que fundamenta a práxis das lutas de classes, em especial a do STTR-Cametá, uma filosofia, a *Filosofia da práxis* e esta, para Semeraro (2006, p.33), em fundamento Gramsciano, “[...] nada mais é se não o nexos “orgânico entre as várias partes do real, o conhecimento da própria história nas suas dinâmicas, nas suas contradições e criações”. É o passado, enquanto bases reais, (re)criação do presente elementos concretos para o futuro. Parte das atividades concretas e históricas dos homens, permeadas por relações marcadas por processos contraditórios e dialéticos entre estes e os meios naturais, as condições humanas, os contextos políticos, econômico e culturais. Para o autor,

[...] Gramsci destaca que o ponto crucial de todas as questões em torno da filosofia da práxis é a formação de sujeitos críticos, a capacidade cognitiva e o espírito de iniciativa a serem despertados naqueles que sofrem a ação dos dominantes e a passividade frente às estruturas existentes (SEMERARO, 2006, p.34).

A práxis sociopolítica da classe trabalhadora, em perspectivas Gramscianas, deve primar pela unidade e organização dos trabalhadores. Não podem ter como bases entusiasmos frívolos e fugazes, mas necessitam, firmar-se na formação de sujeitos que cunham a história, que tenham iniciativas, que ajam politicamente. Não bastas ter demasiada paixão e ações desvinculadas de um projeto de sociedade maior em sintonia com o coletivo. Desta forma,

[...] É nesta contraposição-superação, na passagem do assalariado e do subalterno para a condição de “produtor” e “dirigente” que consiste o cerne de todo marxismo, a única possibilidade de superar a concepção de sociedade capitalista-burguesa (SEMERARO, 2006, p.49).

Em um processo de construção hegemônica da classe trabalhadora, deve-se buscar uma profunda transformação pessoal e social, as quais sejam capazes de revolucionar as formas de dominação, em um campo coletivo, marcado pela participação popular, substancialmente democrática.

Nas delineações do pensador Italiano, o seu maior problema consistia na forma de como construir uma hegemonia da classe trabalhadora diante de um capitalismo voraz e avassalador. Concomitantemente, a este pensamento, também carregava consigo a convicção de que “[...] nada há de esmagador e de inexorável no mundo que não possa ser enfrentado pela ação conjunta dos homens (SEMERARO, 2006, p. 56).

Os líderes políticos representantes da classe dos trabalhadores sindicais se constituem no campo das disputas, se fazem nesta construção. Não se toma a dianteira da hegemonia, nem mesmo se forma sujeitos conscientes de suas históricas de forma fantasmagórica e milagrosa, como a descida dos céus à Terra, mas sim pela luta, pela formação permanente, pela reflexão constante de suas estratégias e linhas de ações. Deste modo,

É a práxis política o verdadeiro lugar de formações de subjetividades, de culturas, de valores, de estruturas e instituições verdadeiramente democráticas, sempre históricas e, portanto, superáveis. E esta forma de pensar e agir é uma conquista difícil, feita em conjunto, a ser renovada todos os dias, pois visa formar “dirigentes” não para ocupar o lugar da burguesia e continuar seus métodos em formas mais ou menos renovadas, mas para inaugurar uma “hegemonia” que em Gramsci, em uma das mais originais contribuições ao pensamento político, assume a conotação peculiar de direção radicalmente democrática, popular, coletiva do poder (SEMERARO, 2006, p.58).

A práxis sociopolítica aqui remetida, tem na construção hegemônica a superação histórica de dominadores e dominados, governos e governados – estabelece-se em uma proposição revolucionária, a qual rompe-se com as formas binárias desta relação e coloca o homem em condições totais, plenas de sua formação e relação social. Esta práxis vislumbra uma nova concepção de hegemonia, onde se dá em uma perspectiva de autogoverno, estabelecida pelas relações de conflitos e reciprocidades, o que para o autor, [...] é necessariamente uma relação pedagógica e se realiza não apenas no âmbito de uma nação, entre diferentes forças que a formam, mas no inteiro campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (SEMERARO, 2006, p.59)”.

A filosofia da práxis rege o cerne, é o coração do materialismo histórico, consiste na ação sociopolítica e sócio-histórica dos grupos “dominados”, “subalternos” que constroem, em um projeto coletivo, “[...] uma visão global de mundo e um programa preciso de ação

dentro do contexto em que vivem, com os meios que tem à disposição, visando construir um projeto hegemônico alternativo de sociedade (SEMERARO, 2006, p.69)”. Nestas perspectivas, o autor, caracteriza, segundo Martteli (1996) a filosofia da práxis em três aspectos interligados: 1. Técnico-produtiva; 2. Científico-experimental; e 3. Histórico-produtiva, os quais sintetizamos em um quadro-síntese a seguir:

Quadro 1 – Características e abrangências da filosofia da práxis

Aspectos	Características de abrangências
Técnico-produtiva	“[...] faz do trabalho a “célula ‘histórica’ elementar”, na formação de si mesmos, na mediação ativa que nós temos com a natureza e com os outros trabalhos”.
Científico-experimental	“[...] atividade pública de reflexão e pesquisa em vista da construção de um conhecimento e de uma ciência voltados para a humanização do mundo e a expansão da democracia (...). “o cientista-experimentador é um trabalhador, não um puro pensador, e o seu pensamento é continuamente controlado pela prática e vice-versa, até se formar a unidade perfeita de teoria e prática”.
Histórico-produtiva	“[...] atividade que opera a mediação entre “vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica”, entre o “Estado e a sociedade civil, entre histórias locais e o contexto global dos grupos subalternos, que, ao buscar a libertação, criam um novo modo de agir e de pensar, uma nova visão de mundo, uma filosofia que lança as bases para uma nova civilização”.”

Fonte: Semeraro (2006, p. 69). **Elaborado pelo autor.**

A práxis juvenil Sindical, em especial aquela vinculada ao STTR-Cametá, as quais delineiam-se nas perspectivas das lutas da classe trabalhadora, rumo ao preparo, consciência de si, para a condição do autogoverno, de uma nova civilização. Tem na superação das condições desumanizadoras das classes elitizadas sua principal conquista, as quais, pela capacidade (re)criadora dos subalternos possui as condições necessários em se tornar, de fato, hegemonia.

Portanto, nos aspectos históricos e políticos das estratégias de ações da juventude do STTR-Cametá, vê-se uma forte ligação com uma práxis libertadora, fundamentada em princípios reativos, combativos, onde pelo enfrentamento, organização e formação permanente se colocam na condição de líderes e potenciais dirigentes da sociedade. Suas práticas são regidas pela organização de suas pautas, movimentos e perspectivas a médio e longo prazo, se processam, nas linhas gramscianas, como formadores de si, que em uma

dinâmica coletiva se personificam na figura unitária do sindicato como o ente representante de sua fração de classe.

2.5 Formação política no STTR-Cametá

Para discutir o papel do STTR-Cametá como ente formador da Juventude sindical, parte-se da premissa “[...] que o objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana (MÉSZÁROS, 2008, p.15). Parte do enfrentamento político e das organizações nas bases para a conquista do modo formativo condizente à realidade do campo.

Esta visão tem a educação como elemento de criação e recriação humana, necessariamente voltada para a vida dos sujeitos em sua totalidade, e não instrumentos de mercadoria e negócio. Pensa a sociedade colocando o homem no centro, de modo a superar a lógica estratificadora do capital, a qual os coloca em condições de disputas em campos produtivos.

A tese da formação sindical pauta-se na superação do *homo fabere homo sapiens*, volta-se para o sentido mais puro e real da educação, como engendrada de canais emancipatórios, criativos e alternativos. Concebe a educação em sua totalidade, não restringindo-se ao campo da pedagogia, mas que leve em consideração os saberes produzidos nas mais diversas manifestações sociais, culturais e políticas – tê-la como materialização de uma via criativa e coletiva da sociedade, em suas mais vastas organizações sociais. Mira-se na construção de um mundo novo, que tem os homens como sujeitos de suas histórias – capazes de ressignificar, transformar suas realidades socioeconômicas e socioculturais (MÉSZÁROS, 2008). Visa o homem em sua dimensão omnilateral, descrita na superação da divisão do trabalho. Nisto, a omnilateralidade, é, pois,

[...] o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidades e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e gozo, em que se deve considerar sobretudo o usufruir dos bens espirituais, além dos materiais de que o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (GADOTTI, 1983, p.58).

A formação é tida nesse processo como elemento intrínseco ao homem em movimento, onde, partindo de uma práxis social, valoriza os mais diversos espaços e momentos de produção de conhecimento, considerando, assim, a transmissão dos valores, a história e a cultura regional dos jovens do campo, uma vez que esta se dá tanto nos ambientes escolares, quanto fora dele (CALDART, 2009; VÁZQUEZ, 1977; GOHN, 2010). Nestes termos, as perspectivas de formação política, as quais norteiam o processo sociopolítico da

juventude sindical e fundamentam o projeto político-educativo do STTR-Cametá, partindo de uma ótica emancipatória do homem, que leve em consideração sua totalidade, se dá no instante em que os agricultores tomam para si o desejo de ser dirigentes, da tomada do sindicato dos trabalhadores, momento marcado pelo Movimento da Oposição Sindical de Cametá (MOPS-CAMETÁ), o qual abordar-se-á de modo mais detalhado a seguir. Neste sentido, faz-se necessário compreendê-la no âmbito de uma pedagogia de formação própria, onde o debate e enfrentamento político são indissociáveis e indispensáveis ao modelo de sujeito que se pretende formar, diante de uma realidade concreta, que os fere e que os oprime, – libertar-se, faz-se necessário – o processo de emancipação passa a se materializar pela via de uma *práxis criadora*. Neste sentido,

[...] A profunda ligação com os problemas reais do mundo, a descoberta das suas contradições e as tentativas de superá-las politicamente constituem a base sobre a qual os subalternos podem vir a construir a formação da própria subjetividade, adquirir uma outra integridade do real e se utilizar de um “espírito crítico” que recuse qualquer princípio de autoridade, desconfie do que está dado e naturalizado e crie as condições para os projetos alternativos de sociedade (SEMERARO, 2006, p. 18).

Os saberes tem neste campo de formação grande importância, partem da realidade das juventudes, das condições que esses sujeitos estão inseridos. A formação sindical leva em consideração estes elementos centrais, de maneira a respeitá-los em suas singularidades, o que para Semeraro (2006, p.18), “[...] mesmo na sua desorganicidade e fragmentariedade, sem, contudo, deixar de ter uma posição crítica frente às opiniões e às “crenças” disseminadas no “senso comum”.

O jovem sindicalista, principal sujeito desta formação, forma-se em uma totalidade, tornando-se em personalidade unitária, que represente os interesses da classe e as defenda diante de seus “opressores”. Esta formação deve-se, em consideração o domínio das ciências, considerá-la como fundamental no processo de organização os conhecimentos dispersos da classe trabalhadora. Nisto, segundo o autor (SEMERARO, 2006, p.23), tem-se, que é preciso “[...] reconhecer que o conhecimento é fruto de um movimento coletivo, é processual e conflituoso, como a arte política.

Os objetivos da formação e luta de classe, não devem partir de interesses unívocos e imediatistas, tais como as reivindicações econômicas, o modo de participação na produção e o modo de participação no consumo material, mas precisam representar valores e modos de participação que protagonizem conhecimentos partilhados, marcados por uma democracia que envolva a coletividade e não exclua a participação dos sujeitos. Destarte,

[...] Gramsci sustenta que é possível e necessário para as classes trabalhadoras elaborar, aberta e conscientemente, uma ideologia própria que permita unificar suas lutas e dar visibilidade ao seu projeto de sociedade, tornando-se “expressão destas classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte de governar e que tem interesse em conhecer todas as verdades, até as desagradáveis e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e ainda de si mesma (SEMERARO, 2006, p.32).

A formação sindical, a qual tem por base, o socialismo, tem nas reflexões gramscianas a compreensão de que esta se dá em um processo contínuo e não aligeirado, pois as experiências das sucessivas derrotas do movimento operário na Europa, trouxe como exemplo, que é preciso formar a classe trabalhadora, criar seus dirigentes, para, em um movimento de disputa de classes, tomar a hegemonia – uma conquista construída coletivamente e em permanente ação-reflexão-ação. Nestas perspectivas,

[...] O marxismo, de fato, para Gramsci tinha diante de si duas grandes tarefas: a) “*combater as ideologias modernas nas suas formas mais sofisticadas, constituindo o próprio grupo de intelectuais independentes... sintonizados com o novo grupo social de cuja concepção de mundo eram portadoras* (grifo meu); b) educar as massas populares”, elevando-as intelectual e moralmente à capacidade de se autogovernar (SEMERARO, 2006, p.43).

Gohn (2011), apresenta importante debate sobre as diversas áreas da educação, das quais destaca *a formal*, que tem nas escolas o seu lócus de atuação, *não formal*, marcadas pelas práticas educativas com perspectivas de formação direcionadas aos objetivos centrados na cidadania e *a informal*, aquela orgânica, que ocorre no seio familiar, meio originário de cada indivíduo.

Partindo desta pertinente classificação, é necessário refletir os Movimentos e articulações por uma educação do campo (o qual trataremos detalhadamente a seguir) condizente com às realidades das juventudes das mais diversas localidades do município de Cametá. Essa pauta se faz presente na história do STTR-Cametá desde as mencionadas parcerias entre Prelazia de Cametá, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), onde as lideranças sindicais requeriam uma educação mais cidadã, igualitária e inclusiva. Nestas perspectivas, o sindicato por ser uma entidade também produtora de saberes, requer na construção curricular, no modo de se fazer educação suas impressões, seus interesses prescritos e exequíveis no processo das políticas públicas educacionais. Não nega a escola formal, porém, deseja-se ser contemplado em seu caráter identitário e regional. Desta forma,

Quando as classes subjugadas se organizam, se apropriam da política e se educam para criar uma nova concepção de hegemonia, baseada na condução

democrática e popular do poder, ocorre uma revolução ético-política na sociedade (SEMERARO, 2006, p.32).

Partindo da própria história nacional brasileira, tem-se os registros das marcas de relutâncias dos Movimentos Sociais do Campo diante do Estado em defesa de uma educação pautada à luz dos interesses *libertários* e *políticos* nos anos 1960, a exemplo, tem-se as Ligas Camponesas e a experiência do método Paulo freire²¹. Conforme Gohn (2011, p.15), essa relação é bem mais forte nos anos 1970 e 1980, período em que as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs) realizavam o importante papel de formadora de uma educação não formal “[...] que naquela época também buscava formar politicamente seus participantes, dando-lhes instrumentos para uma visão crítica do mundo”.

O STTR-Cametá, tem na década de 1980 o ponto crucial de suas lutas como Movimentos Sociais. Nesse momento ganha-se novos direcionamentos o papel identitário do sindicalismo local. Desta forma, na referente década

[...] a relação educação e movimentos sociais se acentua, por meio de trabalhos de educação popular, lutas pelas Diretas Já, organização de propostas para a constituinte e a Constituição propriamente dita. Os movimentos passaram a pautar uma nova agenda de demandas, e uma nova cultura política também é construída, alterando as políticas públicas vigentes. Conselhos e delegacias das mulheres, temas étnico-raciais, ambientais etc. passaram a fazer parte do cotidiano na transição do regime militar para a fase da redemocratização. Paulatinamente, foram sendo construídas redes de movimentos sociais temáticos (GOHN, 2011, p.15).

Gohn (2011), chama atenção para a importância da educação fora dos ambientes escolares, destacando, desta forma os processos de aprendizagens e produção de saberes nos ambientes não formais. Nestes termos, compreender o papel formador do STTR-Cametá e as Juventudes sindicalistas necessita-se trabalhar na amplitude dos diversos campos do conhecimento, a exemplo os fóruns, plenárias, seminários, manifestações, conferências, cursos livres de formação, protestos e ações coletivas que produzem saberes. Destaca-se, também, o papel fundamental dos jovens que participam, pois é neste ato que ocorre o fenômeno do sentimento de pertencimento e formação da identidade sindical. Assim,

[...] Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram

²¹O Método Paulo Freire tem por base uma proposta para a alfabetização de adultos. Essa experiência teve em Paulo Freire, no ano de 1962, então diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife, seu criador, o qual formou um grupo para testar o método na cidade de Angicos, RN onde alfabetizou 300 cortadores de cana em apenas 45 dias. Freire criticava o sistema tradicional, o qual utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensinar da leitura e da escrita (FEITOSA, 1999).

excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (GOHN, 2011, p.4).

Em importante estudo sobre formação política de lideranças no sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no município de Cametá das décadas de 1970 a 1990, Wanzeler (2015) destaca o processo histórico e o papel formador da luta popular deste sindicato na Amazônia Cametaense.

A formação política é tida nesse processo como ações organizadas, com finalidades bem definidas de modo a objetivar a formação de lideranças, tendo como métodos e meios de formação os mutirões comunitários, encontros, manifestações, seminários e palestras (FAVACHO, 1984).

Tem-se na figura dos jovens o ponto central desta compreensão sobre formação sindical, os quais tem papel fundamental no processo de identidade e lideranças sindicais. Destaca-se, nesta ótica a tríade conceitual apresentada por Gohn (2009), acerca do perfil formador de lideranças. No caso, Participação, Identidade e Autonomia. Pelo viés da participação os sujeitos materializam-se no movimento, de modo a participarem das articulações, ações e avaliações do *modus operandi* sindical; o campo identitário da luta sindical corresponde como pertencimento e seu reconhecimento no grupo e/ou movimento – os jovens sentem-se sujeitos de sua história, o que para Marx e Engels (1998), resultam de uma participação libertadora, desalienadora, ligada a identidade de classe, os sujeitos que diante das forças dominantes pautam e reagem às opressões e desigualdades sociais; e o processo de autonomia prefigura na condição de sujeitos dotados de uma práxis libertadora, conscientes de seu movimento e articuladores e líderes dos rumos sindicais (GOHN, 2009; MARX & ENGELS, 1998).

A luta sindical, compreendida como um processo de luta por hegemonia política, tem-se na dinâmica de suas ações o cerne de formar-se, dar-se conta de seu papel na construção e tomada desta hegemonia (GRAMSCI, 1988). Os projetos e ações de formação, neste âmbito, tem o sentido de armas à combater e se embasar no processo de disputa e edificação de novos líderes sociais (BOURDIEU, 1977).

Os líderes sindicais, nestas perspectivas, são tidos como os intelectuais orgânicos²², que defendem os interesses de seus grupos, de sua classe. Tem papel crucial na formação de

²²A questão dos intelectuais ocupa uma posição estratégica nos escritos do comunista sardo. Ela é tratada, no desenvolvimento de suas análises, em relação aos processos de formação da hegemonia e ao conceito de Estado. Em Gramsci, os intelectuais e sua função no âmbito da vida social não são conceituados como sujeitos e ações distantes das determinações do mundo real, como um grupo “autônomo e independente”. Em contraposição às teorias que, na sua época, separavam a política da ciência (Weber, 1993) ou que concebiam os intelectuais como

novos líderes e no processo de continuidade da vida sindical. Bourdieu (2009), apresenta a caracterização dos elementos e potencialidades que este líder necessita apreender em sua trajetória política e sindical, o que, em síntese, consiste no domínio do diálogo político com forças contrárias, nortear os processos e contensões internas, isto é, o líder sindical reúne um *capital político* capaz de estar à frente dos interesses coletivos, advindos das realidades da classe dos trabalhadores.

Os conteúdos discutidos nos processos de formação seguem por temáticas vividas pelos sindicalistas, que surgem das necessidades das lutas, as quais os nortearão sobre quais estratégias adotar e posicionamento a assumir.

A década de 1980 representa para o STTR-Cametá período de profunda dinâmica de formação, onde os jovens tem papel central neste processo. Estes sujeitos foram postos como membros dos *frointse* das ações de manifestações. Muitos jovens, como exemplo, à época, *Paulo Damasceno (in memoriam)*, *Moreno, Bitinho, Rozi do Sindicato e Zé Maria* representam a importância e o papel de suas lideranças no interior do STTR-Cametá. Neste sentido,

A história do STTR de Cametá nos permite perceber que ela buscou elaborar representações do mundo na direção de obter a adesão dos trabalhadores do campo, bem como de influenciar nas instituições do Estado no sentido de assegurar-se enquanto representante destes trabalhadores. O direito de falar em nome de um grupo e “deter” sua força é medido pelo “valor de verdade” – capacidade de naturalizar as representações em histórias – que estas lideranças têm (BOURDIEU, 1977). A capacidade de se forjar como liderança implica, portanto, é expressar o “valor de verdade” para o grupo a que representa, o que significa compreender e apreender os interesses e saber construir representações onde estes estão expostos e são compreendidos pelos liderados (WANZELER, 2015, p.15).

Os rumos historiográficos e políticos no debate acerca do sindicato enquanto um espaço firmado na representação da classe trabalhadora do campo e defensora dos seus interesses se firmam pelo seu poder articulador, formador e reivindicativo construído historicamente.

Destaca-se, em perspectivas historiográficas, o papel reformador, inovador e relutante das juventudes no que se refere aos movimentos sindicais, em especial as juventudes sindicalistas a nível nacional na década de 1960. O processo de transformações políticas ocorridas no âmbito da Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil (JEC) Católica convergiram nas Ações Populares (AP), as quais tiveram papel central na formação

uma camada social independente (Mannheim, 1986), Gramsci desenvolve uma interpretação original da função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas (DURIGUETTO, 2014, p. 267).

dos STTRs pelo Brasil (PAULON, 2005)²³. Nestes termos, com a virada da década de 1960 a 1970 o cerne ideológico e reivindicativo ganha novas dimensões, diante do Concílio Vaticano II, que cria a Teologia da Libertação (TDL), momento que marca os movimentos, em especial os sindicatos, à uma perspectiva mais transformista e materialista da realidade (TAVARES, 1992).

A formação sindical ganha na década de 1980 enfoque centrado nas lutas pela redemocratização do país, os quais tem seus conteúdos e estratégias debatidos em conformidade com as temáticas voltadas ao movimento pelas *Diretas já*, anistia política, e convocação da assembleia nacional constituinte. As ações do estado, sob o afã desenvolvimentista, tem como reação dos movimentos sociais a configuração de novas categorias de lutas, tais como os Sem Terra, os seringueiros e os atingidos por barragens.

2.6 Juventude e dados socioeconômicos

A presente sessão traz um conjunto de dados, os quais tem como objetivo contextualizar, mesmo que de modo pontual, elementos concernentes as juventudes em suas diversas realidades, em um caráter global e local, os quais apontam importantes reflexões para o presente trabalho. Assim, estes dados se fazem necessário, uma vez que eles apontam os parâmetros quantitativos e trazem evidências dos contextos socioeconômicas e sociopolíticas de realidades intrinsecamente ligadas ao universo juvenil.

2.6.1 Dados internacionais, nacionais e regionais

Segundo Relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2014), o Brasil vive situação demográfica favorável em relação as últimas cinco décadas no que se refere a sua população jovem. Isso se dá ao Bônus demográfico²⁴, dado que conta com mais de 51 milhões de jovens. O bônus demográfico ocorre em 59 países, dentre os quais o Brasil. Para a citada Organização, o mundo atingiu seu auge no número de jovens, com uma população mundial de 1,8 bilhões²⁵, destes, 87% concentram-se em países em desenvolvimento.

²³Para um estudo mais aprofundado do contexto de formação das Ações Populares (AP), ver os trabalhos de: PAULON, 2005; MEDEIROS, 1989 e WANZELER (2015).

²⁴Ocorre quando há, proporcionalmente, um maior número de pessoas em idade ativa aptas a trabalhar (UNFPA, 2014).

²⁵Se faz necessário esclarecer que a concepção de jovem adotada no Brasil compreende-se dos 15 aos 29 anos, portanto os levantamentos e panoramas apontados pelo Relatório da UNFPA precisam ser analisados de forma a compreender cada contexto e as convenções adotadas por cada país e órgãos. No caso brasileiro, como já demonstrado, tem-se mais de 51 milhões de jovens seguindo os critérios da convenção nacional, o que vale ressaltar que difere de muitos órgãos não-governamentais.

Esse crescimento da faixa etária jovem teve seu início na década de 2010 e terá seu auge na década de 2020. Isso resulta-se da redução da taxa de fecundidade das famílias associada a diminuição da mortalidade da população, o que aumenta a expectativa de pessoas em idade de trabalhar em relação à população dependente, no caso as crianças e os idosos.

O Relatório ainda aponta que do montante de 1,8 bilhões de jovens, a cada dez, um vive em país pobre. No caso de países em desenvolvimento metade da população tem menos de 18 anos de idade. Demonstra-se na tabela a seguir um breve *ranking* dos países com maior concentração de jovens.

Tabela 1 – Países que lideram em número de jovens

N	País	Jovens
1º	Índia	356 milhões
2º	China	269 milhões
3º	Indonésia	67 milhões
4º	EUA	65 milhões
5º	Paquistão	59 milhões
6º	Nigéria	57 milhões
7º	Brasil	51 milhões

Fonte: UNFPA, 2014

As principais causas de morte consistem no suicídio e o HIV, o qual atinge 2 milhões de adolescentes com idade entre 10 e 18 anos. Ao que concerne suas realidades socioeconômicas: 500 milhões vivem com menos de 2 dólares; 160 milhões, com idades entre 15 e 24 anos, estão desnutridos; 130 milhões passam apenas 4 anos na escola e 175 milhões não conseguem ler minimamente uma frase completa (UNFPA, 2014).

Dá-se, nos dados apresentados, uma análise global da realidade de adolescentes e jovens, contextos relevantes em uma dinâmica marcada pelo crescimento das desigualdades sociais. Vê-se que a nível mundial tem-se que os jovens encontram-se, em sua maioria, em condições de subsistências, distante das oportunidades e pouca expressão em um mundo que pouco se tem feito pelo acesso a efetivas políticas públicas para as juventudes. Ainda é lamentável compreender que existam jovens passando por problemas de profunda miséria, tais como viver com apenas dois dólares, sofrer por desnutrição e ser dizimado por HIV, doença que se pode prevenir e combater por meio de campanhas, fornecimento de tratamentos adequados e formação. O suicídio dos jovens, tem neste caso, lugar resultante de (o)pressão, fato social, que segundo Durkheim, ocorre por diversas vertentes. Neste caso, subjuga-se, o

mais recorrente às condições deploráveis das juventudes diante dos desafios e falta de oportunidades²⁶.

O Brasil possui uma população de 190.732.694 pessoas²⁷. Destes 160.925.792 vivem nas cidades e 279.830007 no campo. Tem uma população jovem de 51.340.473, sendo 25.650.090 homens e 25.690.383 mulheres, correspondendo, assim, a 21% da população nacional. Nestes termos, segue tabela que descreve a disposição populacional dos jovens brasileiros.

Tabela 2 – População Jovem Brasileira de 15 a 29 anos

Jovem/Gênero	N
Homens	25.650,090
Mulheres	25.690,383
Total	51.340.473

Fonte: IBGE, 2010.

Nota-se que a população brasileira centra-se nos meios urbanos, o que conta com 15,7% vivendo em meios rurais e 84,3% nos meios urbanos. No caso da realidade juvenil há uma conformidade com os dados mencionados, o que demonstra uma população de jovens concentrados nos meios urbanos, havendo um equilíbrio dos dados por sexo, sendo aproximadamente 51% mulheres e aproximadamente 50% homens.

De acordo com a pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros, realizada no ano de 2013 pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), faz-se necessário compreender as faixas etárias internas do segmento juvenil brasileiro, pois com um país de dimensões continentais como o Brasil os dados desvelados auxiliam nas tomadas de decisões e estratégias a serem efetivadas. Nestes termos, a tabela a seguir dispõe o segmento juvenil brasileiro em três faixas etárias, sendo dos 15 a 17 anos com 20%; 18 a 24 anos com 47%; e 25 a 29 anos com 33% (BRASIL, 2013).

²⁶O suicídio na ótica durkeiminiana é resultante direta ou indiretamente de um ato negativo ou positivo no campo social – um fato social. Dentre os três tipos de suicídio levantados pelo autor: *Suicídio Egoísta*, *Suicídio Altruísta* e *Suicídio Anômico*. Destaca-se este último, o qual ocorre em uma situação de *anomia* social, ou seja, em uma situação de crise econômica, por exemplo, completa desregulação das regras normais da sociedade, inferioridade social (DURKEIM, 2000).

²⁷ Conforme projeção do IBGE, conta com uma população de 207.534.405. Dados retirados do sit: < <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>.

Tabela 3 - Disposição por faixa etária dos Jovens Brasileiros

Faixa Etária	%
15 a 17 anos	20
18 a 24 anos	47
25 a 29 anos	33
Total	100

Fonte: BRASIL, 2013.

Ao que concerne a aspectos de atuação/atividade no mercado de trabalho e estudos, segundo dados do PNAD 2012, 21,6% somente estudam; 13,6% trabalham e estudam; 45,2% somente trabalham; e 19,6% não trabalham, nem estudam, conforme tabela a seguir.

Tabela 4 –Atividades dos jovens de 15 a 29 anos

Faixa etária	%
Somente estudam	21,6
Trabalham e estudam	13,6
Somente trabalham	45,2
Não trabalham, nem estudam	19,6
Total	100

PNAD, 2012.

De acordo com estudos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), os jovens brasileiros são em sua maioria trabalhadores, os quais combinam trabalho e estudo cotidianamente. Esses dados evidenciam as contradições sociais nas condições de trabalho, o que mostram o caráter de participação juvenil nesse processo de forma aligeirada. Nestes termos, os jovens com condições de renda melhores estão mais bem situados, enquanto os da classe mais pobre amargam em maior número o desemprego. Os jovens negros e mulheres são aqueles que mais sofrem neste sentido, restando sua inserção pela via do trabalho informal devido suas baixas escolaridades (BRASIL, 2013).

Para melhor contribuir na questão levantada, traz-se os trabalhos de Alves e Araújo (2017) que analisam a inserção social da(s) juventude(s) de origem trabalhadora no estado do Pará, mediante sua condição de Classe. Discutem as condições de classes dos jovens paraenses, desdobrando particularidades das juventudes amazônidas nos aspectos de suas materialidades sociopolíticas e socioculturais, refletindo, deste modo, as condições de trabalho, educação e demais dimensões humanas. Apresentam, de modo geral, singularidades destas juventudes relacionadas a uma realidade periférica em seus aspectos regionais e nacionais com graves problemas que necessitam de soluções urgentes e transformadoras.

Destacam o caráter da complexa sociobiodiversidade amazônica, que são constituídas por matas, diversos rios, diversas faunas e floras, todas constituintes de múltiplos lócus das muitas populações, com suas identidades culturais e tradições diversificadas. Neste complexo regional e identitário as juventudes constituem a amalgama vital e indissociável desta totalidade.

No recorte das juventudes da Amazônia paraense, tem-se que o estado do Pará possui uma população de 7.581.051, sendo 2.243.780 com a faixa etária de 15 a 29 anos. Desta população de 15 a 29 anos, 1.566.371, (69%), residem na zona urbana e 677.409, (31%), residem na zona rural. Ao defini-la conforme o sexo, da população total de jovens de 15 a 29 anos, 1.125.354 são homens e 1.118.426 são mulheres (ARAÚJO, 2013). Assim, detalha-se na tabela a seguir a população e localização das Juventudes do Estado do Pará.

Tabela 5 - População e localização das Juventudes do Estado do Pará

Localização	N	%
Urbano	1.566.371	69
Rural	677.409	31
Total Geral	2.243.780	100

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>.

De modo, específico, em termos da relação trabalho/emprego e rendimentos Alves e Araújo (2017), trazem dados preocupantes do contexto juvenil paraense, onde prefigura-se em um quadro hostil e diretamente relacionado a péssima qualidade social destes sujeitos. A tabela 6 traz uma síntese, partindo dos estados da região norte e do cenário nacional, dos percentuais de jovens ocupados por classe de rendimento mensal dos trabalhos.

Tabela 6 - Jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo estados da região Norte e do Brasil, 2012

Brasil, Região Norte e Estados e Região Metropolitana de Belém	Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (%)			
	Até ½ salário mínimo	Mais de ½ a 2 salários mínimos	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Brasil	15,7	23,9	39,9	18,2
Norte	26,4	31,0	30,4	11,0
Rondônia	20,4	25,2	36,7	16,7
Acre	32,8	26,4	28,0	11,9
Amazonas	23,8	30,8	31,6	12,3
Roraima	15,0	36,4	32,2	16,0
Pará	30,4	32,2	27,6	8,2
Região				

Metropolitana de Belém (RMB)	9,6	38,3	34,2	11,5
Amapá	9,9	32,2	43,3	14,5
Tocantins	24,1	32,8	30,7	11,7

Fonte: Alves & Araújo (2017).

Nestes termos, a realidade da inserção dos jovens paraenses no mercado de trabalho ocorre em uma via de precariedade, informalidade e sem qualificação. Revela-nos que o estado paraense situa-se com o segundo maior índice de jovens com rendimento mensal de até ½ salário mínimo, o que corresponde aproximadamente o dobro do índice nacional. Assim, para os autores (ALVES & ARAÚJO, 2017, p.244), o “[...] Pará apresenta o pior índice, com apenas 8,6% dos jovens com rendimentos superiores a dois salários mínimos”. Infere-se, nestas delineações, que estes jovens são forçados a assumirem desde muito cedo a necessária inserção no mercado de trabalho, de forma, já mencionada, precoce, desqualificada e à quem de rendimentos dignos. Esse contexto de inserção no mercado de trabalho precoce, com baixa qualificação vislumbra um elemento mais central desta análise: a exclusão social das juventudes. Para os autores,

Gentili (2009) destaca que o problema da exclusão e da pobreza é estrutural, no qual três fatores contribuem para produzir a universalização sem direitos e a expansão da educação de forma regulada. São eles: a) a combinação e articulação de condições de pobreza e desigualdade vividas por um significativo número de pessoas em nossas sociedades; b) o desenvolvimento fragmentado dos sistemas escolares e os enormes diferenciais de oportunidades que as escolas oferecem e c) a promoção de uma cultura política sobre os direitos humanos – e particularmente sobre o direito à educação – marcada por uma concepção privatista e economicista que, longe de ampliar, restringe as fronteiras desse direito às oportunidades de acesso e permanência no mercado de trabalho (Ibidem, p. 244).

Tem-se, assim, um quadro onde, por um lado, os jovens necessitam partir para o trabalho precocemente, e por outro, a situação de uma formação incipiente, despreparada, mediante às exigências do mercado de trabalho. A educação recebe importante destaque neste aspecto, pois a qualidade e condições das escolas não consubstanciam na permanência dos jovens nestes espaços educacionais, tendo que muito cedo abandonar seus estudos para ajudar na família e sustentar-se. A tabela a seguir expressa as taxas de aprovação, reprovação e abandono dos alunos no ensino médio no estado do Pará.

Tabela 7 – Taxa de rendimento no nível médio, segundo localização, na rede pública de ensino, no município de Belém, Região Norte, estado do Pará, em 2015

Abrangência/Localização	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	79,8	12,4	7,8
Norte	75,7	10,2	14,1
Pará/Total	70,4	11,0	18,6
Pará/Urbana	70,4	11,1	18,5
Pará/Rural	71,3	9,4	19,3
Belém	67,7	15,5	16,8

Alves & Araújo (2017)

A respeito da população jovem conforme a questão racial, Araújo (2013), de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010, p. 3) define como “população negra” o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, bem como brancas as que se autodeclaram brancas e amarelas.

A população jovem em dados raciais no estado do Pará totalizam 2.243.780 e distribui-se da seguinte forma: brancas 508.498; pretas 283.823; amarela 23.403; parda 1.410.050; indígena 17.783 e sem declaração 223 (ARAÚJO, 2013).

Tabela 8 – População jovem de 15 a 29 anos, segundo etnia no estado do Pará, 2010

Etnia	N	%
Branca	508.498	22,6
Preta	283.823	12,6
Amarela	23.403	1
Parda	1.410.050	64
Indígena	17.783	0,8
Sem declaração	223	0,1
Total	2.243.780	100

Fonte: Araújo (2013).

Depreende-se que a maioria dos jovens paraenses são negros e que ao unirem-se os dados referentes as declarações “preto” e “pardos” tem-se uma expressiva maioria negra, o que contraria algumas pesquisas que demonstram um equilíbrio entre o número populacional entre brancos e negros. Importante apontamento, concerne à negação da identidade indígena pelos jovens paraenses. Assim, tem-se na tabela a seguir o presente quadro.

Tabela 9 – Dados aglutinados das etnias “Branco/Amarela” e “Preta/Parda” da População jovem de 15 a 29 anos, segundo etnia no estado do Pará, 2010

Etnia	N	%	≈
Branca/Amarela	531.901	23,	24
Preta/Parda	1.693.873	75,5	75
Indígena	17.783	0,8	1
Sem declaração	223	0,009	-
Total	2.243.780	100	

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>.

O estudo ainda aponta as condições de moradias dos jovens no estado do Pará. Volta-se, neste caso, para a relação do êxodo rural e das condições deploráveis que vivem os jovens paraenses. No caso Cametaense, grande parte dos jovens que estudam o ensino médio estudam na cidade, pela manhã, e voltam, pela tarde, para suas casas. Essas formas sociais de moradia não prefiguram em dados oficiais. Desta forma, para uma compreensão panorâmica das condições de moradias das juventudes paraenses, de acordo com os autores, tem-se a seguinte tabela.

Tabela 10 - Condição de moradia de jovens de 15 a 29 anos, alfabetizados, residentes em domicílios particulares ocupados no estado do Pará, 2010

Pessoas alfabetizadas residentes em domicílios particulares ocupados – 15 a 29 anos – 2012	N	%
Jovens residentes em AGLOMERADOS SUBNORMAIS ²⁸ (favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros)	373.880	40,4
Jovens residentes na zona URBANA	455.229	49,2
Jovens residentes na zona RURAL	96.704	10,4
Total	925.813	100

Fonte: Araújo (2013)

2.6.2 Dados locais

De uma população de 120.896²⁹ habitantes, Cametá, possui um total de 36.572 jovens, o que corresponde a um percentual de 23% da população. Destes 17.669 são mulheres e 18.903 são homens. O contexto rural configura-se da seguinte forma, de um total de 68.050 habitantes, 32.178 são mulheres e 35.880 são homens. Os jovens correspondem a 19.704,

²⁸O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991. Possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros (ARAÚJO, 2013).

²⁹Destes 62.016 são homens e 58.880 mulheres (IBGE, 2010)

consistindo em 22% desta população. No caso da disposição por sexo, 10.482 homens e 9.223 mulheres, conforme gráfico a seguir³⁰.

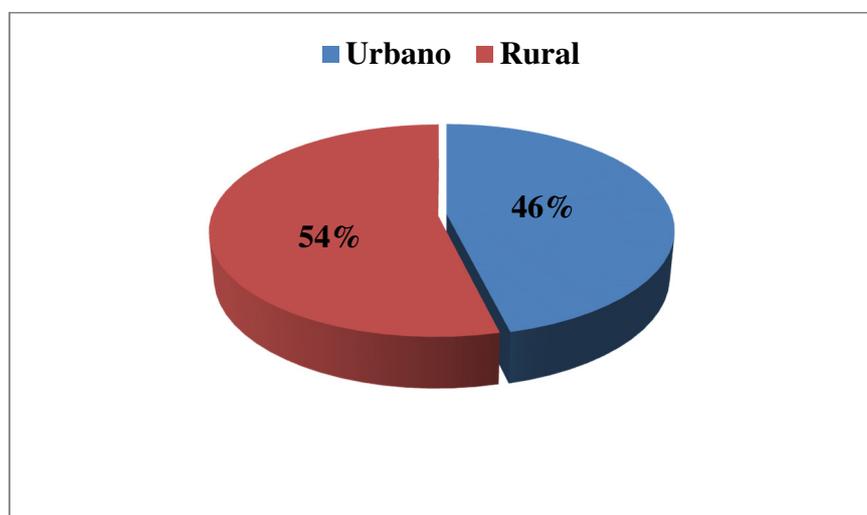
Tabela 11 - População Jovem do Município de Cametá-PA

Localização	N
<i>Urbano</i>	16.868
Mulheres/Urbano	8.446
Homens/Urbano	8.421
<i>Rural</i>	19.704
Mulheres/Rural	9.223
Homens/Rural	10.482
Mulheres/Total	17.669
Homens/ Total	18.902
Total Geral	36.572

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>.

De modo a sintetizar as informações apresentadas na tabela acima, apresenta-se a seguir Gráfico de setor que representa em percentuais os dados descritos acima.

Gráfico 1 – População Jovem do Município de Cametá entre Urbano e Rural



Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>.

A relação educação e trabalho apersentam importantes análises no contexto cametaense, devido a sua intima relação com as realidades socioeducacioanis e socioeducativas destes sujeitos. Deste modo, na relação de dados presentes no Censno 2010,

³⁰Dados retirados do site <http://cidades.ibge.gov.br/>

os jovens economicamente ativos e não ativos³¹ do município de Cametá computam um total de 40.008 jovens, dos quais 19.497 são Economicamente Ativos e 20.511 Não Economicamente Ativos.

Tabela 12 - Jovens economicamente ativos e Não ativos no Município de Cametá

Categoria	N
Economicamente ativos	19.497
Não economicamente ativos	20.511
Total	40.008

Fonte: IBGE, 2010.

Acerca dos Rendimentos de Trabalhos ocupados na semana, os jovens Cametaenses tem uma média de R\$ 365,36, valor que expressa seus rendimentos mensais. Em comparação com os jovens belenenses, os quais tem média aproximada de 758,31. Obviamente que muitos fatores e elementos podem contribuir para essa comparação, mas o fiz por uma critica que tenho acerca do comercio local, de uma cultura de oportunidade extremamente marcada por desigualdades a respeito dos jovens. Não há iniciativas de primeiro emprego, nem mesmo incentivo pelos poderes públicos e privados neste sentido. No caso da capital, é mais notório, e não menos drásticos, iniciativas de primeiro emprego às juventudes nos setores privados. No mais, em caráter de uma breve análise os jovens do campo puxam para baixo este cenário da relação rendimentos e trabalho.

Tabela 13 – Rendimento de Trabalhos ocupados na Semana de Referência

Faixas etárias	Cametá	Belém
15-19	251,35	468,98
20-24	371,21	761,04
25-29	473,52	1.044,90
Média	365,36	758,3067

Fonte: IBGE, 2010.

³¹Para o IBGE, **População Economicamente Ativa**, compreende-se o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: *população ocupada*- aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) e *população desocupada* - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). No caso da **População Não-Ativa**, consistem naquelas que não são classificadas como ocupadas ou desocupadas, isto é, não podem ser classificadas nem como empregadas nem como desempregadas. Ver em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>.

Outro elemento de grande importância para esta análise tem-se no contexto do Rendimento por nível de instrução dos Jovens Cametaenses, onde observa-se que o baixo nível de instrução tem direta relação com o rendimento destes sujeitos. Assim, tendo por base quatro classificações: 1. Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto; 2. Fundamental completo e Médio incompleto; 3. Médio Completo e Superior Incompleto; Superior Completo; e Não determinado, tem-se os seguintes rendimentos, expressos na tabela a seguir.

Tabela 14 – Rendimento por nível de Instrução

Nível de instrução	Rendimento
Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto	364,62
Fundamental completo e Médio incompleto	458,22
Médio Completo e Superior Incompleto	795,41
Superior Completo	2.140,86
Não determinado	359,01

Fonte: IBGE, 2010.

Acerca do número de Jovens alfabetizados no município de Cametá, tem-se a seguinte realidade: a) 13.468, dos 15 aos 19; b) 11.911 dos 20 aos 22 anos; e c) 9.933 dos 25 aos 29 anos de idade, totalizando, deste modo, em 35.312, conforme tabela a seguir.

Tabela 15 – Jovens Alfabetizados

Faixas etárias	Cametá
15-19	13.468
20-24	11.911
25-29	9.933
Total	35.312

Fonte: IBGE, 2010.

E ao que tange os dados sobre frequência escolar, tem-se aqueles que freqüentam em um total de 15.523, os que não freqüentam, mas que já freqüentaram, num total de 20.654 e os que nunca freqüentaram, os quais totalizam 396, de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 16 – Dados sobre frequência Escolar.

Frequência	N
Freqüentam Escola	15.523
Não freqüentam Escola, mas já freqüentaram	20.654
Nunca Freqüentaram	396

Fonte: IBGE, 2010.

O contexto da educação do campo no município de Cametá, configura-se-se em uma realidade marcada por profundas contradições sociais, onde, diante de uma região de extensões continentais, compreende culturas e identidades diversas. As unidades escolares se distribuem, em mais de 120 localidades, situadas em ilhas: rios e igarapés; terra firme: estradas e ramais; e aquelas, diríamos *híbridas*, que situam-se às margens dos rios e das estradas, a exemplo da Escola Municipal de Capiri, dentre outras.

Destas escolas muitas funcionam em barracões, casas de moradores e prédios próprios. Em sua maioria em condições precárias de funcionamento, onde os alunos ainda padecem pela falta de água potável, de professores, de materiais didáticos, de alimentação escolar e infimo número de transporte escolar. Nestes termos, ao que refere-se a rede Municipal de Ensino, tem-se dados que evidenciam uma realidade educacional eminentemente do campo. Desta forma, de um total de 212 unidades escolares, apenas 19 (9%) estão na cidade e 193 (91%) no campo; de um total de 34.442 alunos, 9.058 (26%) estão na cidade e 25.384 (74%) no campo; e, no que refere-se ao transporte escolar, 814 (5%) alunos são atendidos na cidade e 14.946 (95%) no campo, conforme tabela a seguir. (SEMED/DEECE, 2016).

Tabela 17 – Número de alunos, unidades escolares e alunos atendidos por transportes escolares na Rede Municipal de ensino de Cametá por localidade no ano de 2016.

Localização	Alunos	Unidades Escolas	Transporte/alunos
Cametá-Rural	3.728	35	2.868
Cametá-Urbano	9.058	19	814
Carapajó	2.907	17	1.338
Curuçambaba	3.884	29	1.910
Joana Coelis	3.527	24	2.788
Juaba	4.617	42	2.680
Porto Grande	2.087	12	1.379
Torres	852	8	600
Vila do Carmo	3.782	26	1.383
Total	34.442	212	15.760

Fonte: SEMED/DEECE, 2016.

Conota-se, ainda, que as condições dos jovens rurais brasileiros ainda representam uma realidade permeada por numerosas assimetrias sociais, pois os espaços rurais necessitam de ressignificação como um meio de acesso ao desenvolvimento sustentável. A dicotomia campo/cidade ainda representa a indubitável confirmação dos preconceitos e ausência de políticas efetivas de Estado voltadas para a referida realidade, onde se respeite e valorize suas peculiaridades sociais e culturais (CALDART, 2009).

Assim, em uma breve análise e reflexão dos contextos das juventudes em suas mais diversas realidades pelo mundo, sem perder de vista a relação com a realidade local, tem-se que em um planeta de jovens muito pouco se tem firmado em políticas de estado que de fato e de direito os proporcionem condições marcadas por igualdade social e reconhecimento de suas identidades.

A realidade amazônica, e aqui volta-se para o contexto cametaense, em especial as juventudes sindicalistas do STTR-Cametá, é colocada como um desafio para toda a sociedade. O caso da violência; precarização da educação, das oportunidades de esporte e lazer; a inclusão desqualificada; a desvalorização do campo; e a adutilização precoce dos jovens se despontam como problemáticas a serem superadas e que se materializem nas construções, implementações e monitoramentos de políticas públicas para as juventudes.

Observa-se, partindo do conjunto de dados apresentados, que a realidade da juventude amazônica, em especial a cametaense, difere enormemente das disposições e realidades das demais juventudes de outras regiões brasileiras. Estes ainda concentram-se, no caso cametaense, grande maioria no campo, realidade que deixa mais claro as contradições das políticas públicas e sociais para essa região. Nestes termos, as juventudes rurais na região de Cametá são obrigadas a buscarem até a sede do município e, em algumas situações, aos centros das vilas para terem acesso a escolas de ensino médio, ensino fundamental, postos de saúde, dentre outros serviços públicos.

CAPÍTULO 3: O STTR-CAMETÁ: ELEMENTOS HISTÓRICOS

O presente capítulo, trata-se de aspectos históricos e formadores do STTR-Cametá, analisando as conjunturas nacionais e locais do sindicalismo rural. Reflete, também, as ações desenvolvimentistas do Estado totalitário para a Amazônia, no caso as instalações da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e o caso da luta por terra no emblemático caso Anilzinho. No mais, desvela sobre o papel dos jovens nessa conjuntura histórica e as ações sindicais e políticas no baixo Tocantins.

3.1 O Sindicato Assistencialista

A fundação do STTR-Cametá se dá em um momento em que se nota a instalação dos sindicatos por todo o país. Isso ocorre pelos incentivos dado pelo governo Vargas, de modo estratégico, à sua adequação ao modo industrial e controle dos sindicatos. Neste sentido, os sindicatos foram criados sob uma lógica assistencialista, que tinha por intuito o atrelamento e domínio destes ao Estado, coibindo, assim, qualquer manifestação contrária as decisões do governo. As participações se davam pelos interesses assistencialistas. Portanto, os trabalhadores se associavam aos sindicatos pelos benefícios que este poderia oferecê-los, isto é, a ação sindical era voltada para um conformismo de seus dirigentes e obediências ao governo (PETIT,1996, p. 53).

A participação juvenil se dava, neste momento, na mesma lógica que todos os demais associados, objetiva-se essencialmente o acesso aos serviços de assistências que era proporcionado aos sindicalizados. Nestes termos, segundo entrevista de “Zé Capina”,

A participação era muito pelo o que a gente se ouvia falar. A gente procurava o sindicato pelos serviços que a gente podia ter acesso. Ia atrás de um médico, por exemplo. Não era pela consciência mesmo, tinha muito de haver com a vida desgraçada que a gente tinha. Depois, que a gente veio ter a consciência do que era o sindicato. Nessa época tudo estava bem e ninguém podia falar nada contra os políticos. Era uma elite que comandava o sindicato e não tinha nenhuma preocupação em formar os jovens rurais³².

Neste sentido, destaca-se importantes linhas de ações assistencialistas para cooptar os sindicatos e suas presidências aos interesses do governo. A este exemplo, tem-se o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Essas linhas de ações atingiram dois importantes objetivos do governo: o primeiro a criação de muitos sindicatos pelo país, de modo a atender seus interesses e o segundo condicionar, tipificar o *modus operandi* destes sindicatos.

³²Entrevista com o sr Luiz Gonzaga da Cruz (Zé Capina), liderança sindical, do partido dos trabalhadores (PT). Ex-presidente do sindicato (1997-2000) e Vereador pelo PT (2001-2005), maio de 2016.

Estes fatores contribuíram para o surgimento dos sindicatos e a forma de sindicalismo que se pretendia, ou seja, um sindicalismo “pelego³³”, omissivo e em consonância com as diretrizes governamentais. Para Pantoja (2009, p.47), a “[...] fundação de um STR tornou-se, (...) extremamente atrativo”. Assim sendo, no período 1971-1980 houve o maior número de fundações de sindicatos de trabalhadores rurais na história brasileira: 1.209 novos STRs (IBGE, 1996)”.

Para os militantes de esquerdas e opositores políticos do regime, essas ações tinham única e exclusivamente o interesse assistencialista, de modo a manter um sindicato condizente e acomodado com a realidade do Estado. Contrário a esta reflexão, os dirigentes, que eram acusados de “pelegos” alegavam que esses serviços eram positivos à classe trabalhadora, pois antes não desfrutavam de nenhum tipo de auxílio do governo.

O Ministério do Trabalho, o qual lhes concedia o poder de atuação, tinha a função prática de um atrelamento e submissão dos sindicatos às estruturas do Estado. Por meio da Divisão de Assuntos Sindicais das Delegacias Regionais do Trabalho havia uma minuciosa prestação de contas e controle dos processos eleitorais. Devido a esse processo burocrático e controlador o STTR-Cametá teve sua carta sindical um ano após a sua fundação, pois somente a partir do ano de 1975 é que passa-se a efetivar-se oficialmente perante o Ministério do Trabalho. Nestes termos, segundo estudos realizados por Pantoja (2009), o ano de 1974, período de sua fundação, não se encontra documentações que comprovem atividades oficiais no referido sindicato. Partindo do exposto, tem-se a informação de que a primeira equipe dirigente do STTR-Cametá teve caráter provisório, o que posteriormente foi elevada à condição oficial no ano de 1975.

Os sindicatos no Brasil, de acordo com Boito Júnior (1991), exerciam uma função tipicamente de Estado. O governo militar além de coibir as ações dos sindicatos, com seu aparato coercitivo e opressor, tornava estes em instâncias do Estado. Os sindicatos assumiam papéis sociais que fugiam dos domínios reivindicativos, voltando-se, especificamente, para o assistencialismo na área de saúde, aposentadorias etc.

No contexto cametaense, era comum os políticos locais terem total influência no interior do sindicato. Os primeiros dirigentes tinham, em sua maioria, ligações diretas com

³³O termo pelego foi popularizado durante a era Vargas, nos anos 1930. Imitando a Carta Del Lavoro, do fascista italiano Mussolini, Getúlio decretou a Lei de Sindicalização em 1931, submetendo os estatutos dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Pelego era o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Décadas depois, o termo voltou à tona com a ditadura militar. "Pelego" passou a ser o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado "sindicalismo marrom". A palavra que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões (INFORMAL, 2016).

estes sujeitos. Segundo Pantoja (2009), em Cametá, a figura de Gerson Peres surge com grande destaque na condição de político que buscava controlar os dirigentes. Para isso proporcionava condições às diretorias ou membros destas e lhes possibilitava certos privilégios, como uma lancha, avião, dentre outros. No caso da gestão de Domingos da Silva Furtado (o Curaua), foi concedido uma ambulância, a qual após o final de sua direção deixou de atender o sindicato. Neste sentido, segundo Luiz Gonzaga da Cruz (Zé Capina)

O que a gente via era uma presidência acovardada. Recebia uma ambulância de um político, daí dava obediência a ele. Os interesses dos trabalhadores era deixado de lado. Mas eles achavam que era pra sempre assim. Muitas vezes a gente era chamado de comunistas. Lá vem esses comunistas fazer barulho. Eu mesmo fui preso porque ia pra frente das coisas³⁴.

Esse era o sentimento que os militantes mais aguerridos tinham da realidade política e sindical local. Não encontravam legitimidade representativa dos seus dirigentes nas bandeiras de lutas. O poder reivindicativo e consciente do sindicalismo era mórbido em detrimento ao momento histórico da política brasileira, bem como um nexos de conformismo com as “benesses” recebidas pelo governo.

A juventude, nesse processo, era tida como toda a classe trabalhadora rural – espectadores de um sindicalismo que não tinha o interesse na formação e fortalecimento da classe trabalhadora. Os jovens eram tidos como sujeitos sem experiências e sem espaço na conjuntura sindical. Segundo o Sr. José Domingos

Não restava muita coisa para os jovens. O que se via era umas ações muito fracas, mais na Igreja. Nessa época os jovens rurais além de não ter espaço no sindicato, nem na política não tinha muito o que sonhar de melhor pra suas vidas. Era ajudar na família, estudar, quando podia, até 3º série e pronto, tava feito pra vida³⁵.

Neste momento, faz-se uma inflexão. Se por um lado havia um certo comodismo e peleguismo, como eram acusados os primeiros dirigentes, por outro nota-se que havia uma conjuntura opressora do governo diante dos sindicatos. Em Cametá as próprias reuniões sindicais eram acompanhadas pelos representantes do governo, no caso membros da Delegacia Regional do Trabalho. Como forma de saída a estas opressões, muitas reuniões ocorriam nos interiores, de tal modo que se tornavam bem mais produtivas e mais livres.

³⁴Entrevista com o sr Luiz Gonzaga da Cruz (Zé Capina), liderança sindical, do partido dos trabalhadores (PT). Ex-presidente do sindicato (1997-2000) e Vereador pelo PT (2001-2005), maio de 2016.

³⁵Entrevista com o sr Manoel domingos valente (Dominguinhos), membro das comunidades cristãs, líder sindical e um dos fundadores do PT em Cametá, fevereiro de 2016.

Depreende-se que as primeiras diretorias, tidas como pelegas dentro do processo histórico do STTR-Cametá, não deixavam de ter preocupação com a causa dos trabalhadores. Seus interesses e ações giravam em torno de práticas e objetivos assistencialistas. Eram fiéis a esta lógica. O tecido ideológico e repressivo que os cercavam lhes caracterizavam como pacíficos, acomodados diante de um regime que pouco os proporcionava aberturas para reivindicações e questionamentos mais radicais.

No aspecto ideológico e indenitário do sindicalismo, isto se dava de forma bastante confusa, isto é, para uma grande parte dos associados, a função do sindicato deveria situar-se sob as ações assistencialistas; para outros deveria representar uma instituição livre dos condicionamentos do Estado, de cunho reivindicativo, atuante contra as contradições políticas, econômicas e sociais que envolvem a classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (PANTOJA, 2009).

Embora nosso objetivo não seja discutir essencialmente as bases históricas dos movimentos sociais no Brasil, é necessário analisar as principais conjunturas que envolvem as lutas dos trabalhadores em organizações sindicais. Compreende-se que as estruturas sindicais fortalecem-se em um campo dialético entre trabalhadores e o Estado Capitalista no país no período da Era Vargas, o qual simboliza o ápice da organização dos sindicatos, bem como as estratégias de dominação do *modus operandi* desta organização.

Nestas perspectivas, o período que vai da Era Vargas, Estado Novo, Redemocratização e golpe Civil-Militar traz um movimento de avanços e retrocessos no âmbito sindical brasileiro. Os direitos conquistados foram remodelados de acordo com as características totalitárias do governo dos militares. A exemplo, as greves e qualquer forma de manifestação popular de cunho reivindicativo foram duramente proibidas. Por meio de interventores, o governo totalitário condicionou à ilegalidades muitos sindicatos e seus líderes presos, perseguidos e expulsos do país (BOITO JÚNIOR, 1991).

Assim, vê-se que os jovens não faziam parte das prioridades políticas e sociais do STTR-Cametá nestes primeiros momentos de sua história. Obviamente que o mencionado período é propício a um fechamento para a democratização dos associados e com isso as juventudes rurais sindicalizadas não figuravam espaço significativo no tecido sociopolítico.

3.2 Baixo Tocantins entre lutas sociais e formação política

O período militar representa para a Amazônia um momento de muitas mudanças, que, sob a lógica do desenvolvimento e integração nacional, ver nesta região um campo promissor para a exploração dos recursos naturais, arraigada pelos interesses do capital. As

propagandas e os incentivos governamentais para a exploração de uma Amazônia rica e “vazia” eram intensificadas no galgar “de uma nova era” para o Brasil.

As populações da região, tais como quilombolas, índios, ribeirinhos e trabalhadores rurais sofreram uma transformação em suas realidades, em suas culturas e nos seus modos de viver. Foi um complexo de ações, que de certa forma, ressignificou o espírito amazônico. Apesar da Amazônia, desde as primeiras expedições europeias, ter passado por outras ações de exploração, nada se compara com as distorções ocasionadas pela carga dos interesses e implementações de projetos voltados para essa região durante os governos militares (PEREIRA, 2014; RODRIGUES, 2012; SILVA, 2012). A esse respeito, encontra-se em um dos livros de Cânticos da Prelazia de Cametá, um canto que expressa cabalmente o referido momento.

AMAZÔNIA

Me disseram que viesse pra Amazônia/ pra ficar rico e fazer o país crescer. /
Aqui chegando eu só encontrei miséria/ e nada disso se viu acontecer. / Meu
Deus do céu, o pobre vive explorado/ pelo patrão que só pensa em capital. /
E quando o povo abre a boca pra falar, / vai pra cova, / pra cadeia ou leva
pau.

Amazônia, você é rica demais. / Mas em ti só tem valor/ o patrão e o
capataz. / Amazônia, este teu povo sofrido/ já está desiludido/ sem poder
voltar atrás.

A solução para a classe oprimida/ libertar-se desta grande escravidão, / está
no povo que procura organizar-se/ em revenda, sindicato e mutirão. / Meu
Deus do céu, dê coragem a este povo/ pra se unir em cada comunidade/ que
nascerá a nova sociedade (COMUNIDADE CANTA, s/d, pp. 8-9).

O canto intitulado de “Amazônia”, traz em suas harmonias o cantar que se podia entoar pelos trabalhadores, devido as suas situações de subjugados. As promessas de uma nova nação e de uma integração nacional intensificaram a miséria e a pobreza. Trouxeram, de modo visceral, as contradições do sistema capitalista de produção e exploração dos trabalhadores. As populações da região ficaram fadadas à marginalização de suas condições de vida. E, por fim, no enredo deste cantar, a solução se apresenta no espírito que envolveu as populações amazônicas: a organização popular por meio dos mutirões, reivindicações, tomadas dos sindicatos e fortalecimento dos trabalhadores.

No caso do município de Cametá, o ano de 1975 carrega consigo as aberturas da Rodovia Transcametá, PA 156, atual BR 422, a qual interligaria os municípios de Cametá, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará e Tucuruí. Teria como justificativa o escoamento da produção de produtos naturais, bem como a ligação desta região ao progresso regional (PANTOJA, 2009).

Essas transformações, dentre muitos impactos, intensificaram a concentração de terras. Os empresários e latifundiários se apropriavam das terras apregoadas como “vazias” e expropriavam as famílias e comunidades inteiras para o uso exploratório de seus recursos. Ademais, exploravam, também, as forças de trabalhos destes sujeitos, isto é, aqueles que antes eram os donos das terras e tinham afetos por elas, passaram à condição de escravos dos novos donos das terras. Desta forma,

Desesperados em face da apropriação das terras das quais tiravam seu sustento e de sua família, índios e camponeses passaram a lutar em prol da defesa de seus territórios, tornando-se alvo da violência promovida pelo Estado ditador que buscavam impedir sua organização, sendo que as políticas praticadas pelo governo federal no decorrer dos anos vão favorecer o aumento da prática da violência, especialmente no meio rural (PANTOJA, 2009, p.26).

As juventudes desprovidas de políticas públicas, sem espaços no mercado de trabalho local e formação, tem nos projetos desenvolvimentistas para a região amazônica mais um elemento de exploração e segregação social. Os jovens da região, mediante a perda das terras e “oportunidades” de trabalho nas instalações da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, passaram à condição extremamente difíceis, uma vez que não tinham formação e habilidades mínimas para atuarem nos trabalhos dos canteiros de obras. A esse respeito o Sr. José Maria Louzada destaca que

[...] os jovens da região, se tinham condições deploráveis, ficaram ainda mais sem condições de sobrevivência, porque com os impactos da Hidrelétricas até os peixes foram se acabando. Isso foi se lastrando uma miséria só. Sem escola, sem trabalho, o que resta a eles? Nada. As instalações da Hidrelétrica fez crescer a miséria que já era grande. Os jovens, era muito raro a gente ouvir dizer que um filho de lavrador tinha tido um sucesso na vida a não ser a mesma vida dos pais³⁶.

A política de integração Nacional, colocou as populações nativas em condições de marginalizados. A justiça, orquestrada pelo setor jurídico elitista e defensora dos interesses do Estado, dava inescrupulosamente os ganhos de causas aos latifúndios e grandes empresários. Neste instante a prelazia de Cametá, sai em defesa das populações que sofrem pela exploração e marginalização dos “novos donos das terras”. Esse envolvimento da Igreja Católica, traz como resultado um embate mais consciente, ideológico, participativo das populações locais afetadas pelas arbitrariedades e contradições do governo militar (FAVACHO, 1984). Assim,

Diante do volume sempre crescente de conflitos e de solicitação de apoio por parte dos pobres, a Prelazia criou a CPT local, que passou a dispor de um

³⁶Entrevista com o Sr. José Maria Louzada, primeiro vereador pelo PT em Cametá, líder comunitário e sindical nas décadas de 1970, 1980 e 1990, em abril de 2016.

advogado, um agrônomo e uma educadora para o trabalho de assessoria jurídica, educacional e agrícola aos lavradores (Ibidem, p.103).

Nestes aspectos, pontua-se na presente abordagem dois elementos fundamentais para as transformações ocorridas no sistema político, cultural e produtivo na região do baixo Tocantins. Primeiro a implementação da barragem de Tucuruí, ponto de muitas reivindicações e impactos na vida dos ribeirinhos dos municípios desta região e segundo os conflitos por terra, gerados pelos incentivos do governo aos grandes empresários e latifúndios de outras regiões – representada de modo emblemático pelo caso Anilzinho.

Ressalta-se que, embora as fontes e bibliografias não destaquem especificamente as juventudes, depreende-se que nas famílias desabrigadas, afetadas pelas substâncias químicas atiradas nas florestas e rios e escassez dos pescados, lá se encontram os jovens, membros centrais destes núcleos familiares, que, de forma direta, sofrem as consequências socioeconômicas, sociopolíticas e socioculturais.

Destaca-se, também, que as literaturas e preocupações voltadas para as juventudes especificamente tem um marco histórico recente em nosso país. Se dá após a abertura do ano mundial da Juventude, em meados da década de 1980, que tinha como debate central os problemas e atenção voltados para a mocidade.

3.2.1 Construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí

A região Tocantina ultimamente vem sendo marcada pelas consequências dos grandes projetos, em particular a barragem de Tucuruí. Este último projeto, além de causar a desapropriação de milhares de moradores na área do futuro lago da hidrelétrica, ameaça a cultura e a vida do povo ribeirinho do Tocantins com o fechamento das adufas da barragem³⁷.

O processo de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), representa uma cisão na história da vida de milhares de jovens trabalhadores no baixo Tocantins. Representa a força dos projetos capitalistas sobre a dignidade e cultura destas populações. A vida destes povos tinha o seu próprio curso cultural, produtivo e social de acordo com suas disposições naturais. As cidades e vilas com seus ritmos tranquilos e sem badalações (PEREIRA, 2014; MANYARI, 2007). A imagem a seguir apresenta foto da instalação da 2º etapa das obras da UHT, construída no rio Tocantins na microrregião do Baixo Tocantins, Estado do Pará.

³⁷Texto publicado pela CPT intitulado de “As Lutas Populares”, em Jornalzinho “Comunidade Cristã” da Prelazia de Cametá, nº 112, Julho de 1984, p. 19 (Arquivos da Diocese de Cametá).

Imagem 6 – Construção da UHT, no Estado do Pará (1976-1984).



Fonte: <http://cidadedetucuruui.com/>

Sob a decisão totalitária e de acordo com os projetos do capital para a Amazônia o Estado totalitário realiza a partir da década de 1970 uma radical transformação. Milhares de famílias são forçadas a deixarem suas localidades, suas culturas e se adequarem a um novo contexto social, a uma nova dinâmica cultural, econômica e produtiva.

Muitos jovens, lançaram-se nas periferias das cidades, em novas perspectivas de vidas, buscando, deste modo, uma nova sorte em terras desconhecidas, o que representa na vida de muitos jovens e seus familiares os efeitos de uma guerra civil, além dos impactos desastrosos para a vida destes sujeitos. Neste sentido, tem-se um trecho de um caso, igual a muitos outros pela Amazônia nessa época:

Mudamos do interior no ano de 1980, em razão de uma grande cheia do rio Tocantins, agravada pelo recente barramento do rio Tocantins pela Usina Hidrelétrica construída em Tucuruí (UHT), e em razão dos demais impactos que esta causou em todo território do baixo curso do rio Tocantins. (PEREIRA, 2014, p. 20).

Com a chegada de grandes empresas japonesas, vindas após a crise do petróleo na década de 1970 e o acordo com o governo militar, se instauraria um verdadeiro parque de exploração do minério presente nesta extensão territorial. Não foram realizados estudos de impactos e não se reconheciam estes até os anos de 2000. Nestas perspectivas, a dimensão destes impactos são múltiplos e complexos, pois vão da poluição dos rios (por mercúrios e outras substâncias químicas), desaparecimento de vilas e cidades inteiras, sumiço do pescado, desequilíbrio ambiental, bem como distorções ocasionadas no modo de vida produtiva e cultural destas populações.

Segundo Pereira (2014), fazem mais 33 anos (1984-2017) que o rio Tocantins foi fechado pela barragem de Tucuruí. Este processo engendra, além dos monumentais impactos,

importantes manifestações das organizações e movimentos sociais. A sociedade se organiza diante de tantas violações dos direitos humanos dos povos da Amazônia Tocantina paraense. Assim, para o autor,

[...] A década de 1980, por isso mesmo, pode ser compreendida como a década dos Movimentos de Resistência no baixo Tocantins, em geral no enfrentamento de todas as transformações e problemas gerados e/ou agravados com a construção da UHT (Ibidem, p.105).

É neste instante que nota-se uma maior participação juvenil nas lutas por melhorias da classe trabalhadora e por toda a região do baixo Tocantins. Neste sentido, relata o sr. Dominginhos,

No ano de 1983 fomos, umas vinte a trinta pessoas, para Tucuruí para reivindicarmos melhorias e lutarmos contra as maldades trazidas pela Barragem. Tinha uns jovens que animavam e estavam na luta pelas suas comunidades. Eram representantes de nossas comunidades. A maioria era a mesma do sindicato. Era, meu irmão, coisa bonita de se vê³⁸.

A esse respeito, o jornalzinho da Prelazia do ano de 1984, destacava:

Várias foram as vezes que escrevemos neste Jornalzinho um assunto que era diretamente ligado aos problemas da Barragem de Tucuruí.

Por outro lado já ouvimos falar que as comunidades de Anilzinho, Belos Prazeres, Nova América, Carapina e Porto De Oeiras (no rio Jacundá), sofreram e sofrem problemas de terra.

[...] Por isto também resolvemos ir para Tucuruí no dia 29 de janeiro de 1983 para participar com eles dos seus sofrimentos e dar nosso apoio.

Viajamos de Cametá, umas 33 pessoas numa viagem que durou 18 horas de ida e 12 de volta. Em Tucuruí participamos de um “Ato Público” em baixo de uma chuva, mas tudo isto valeu a pena. A empresa Eletronorte novamente se sentiu numa situação que achou por bem “sentar numa mesa junto com os lavradores e discutir o caso”.

Quando voltamos para Cametá depois de conferir o que acontece por Tucuruí, resolvemos comunicar para vocês o que está acontecendo por lá porque não fomos em nosso nome próprio, mas em nome de todas as comunidades da prelazia de Cametá³⁹

Essas manifestações não se davam de forma tranquila, sempre contavam com a repressão policial, que cumpria o papel de mantenedora da “ordem social”. Os manifestantes, no intuito de receberem respostas as suas pautas enfrentavam as forças políticas e policiais em uma lógica de vida ou morte. Neste sentido, tem-se imagem cedida pelo Sr. Bernardo Krommendijk, engenheiro agrônomo da Prelazia de Cametá no referido período.

³⁸Entrevista com o Sr. Manoel domingos valente (Dominginhos), membro das comunidades cristãs, líder sindical e um dos fundadores do PT em Cametá, em 02 de fevereiro de 2016.

³⁹Texto publicado pela CPT, em Jornalzinho “Comunidade Cristã” da Prelazia de Cametá, n° 105, Março de 1983, pp. 15-16 (Arquivos da Diocese de Cametá).

Imagem 7 - Ato público das populações do baixo Tocantins contra a Barragem de Tucuruí



Fonte: Arquivos pessoais em vídeo do Sr. Bernardo Krommendijk, 2016.

No campo produtivo e alimentar, os impactos na área do pescado e da pesca foram um dos maiores e mais sentidos prejuízos que essas populações sofreram. Neste aspecto, o autor elenca uma série de impactos neste setor, os quais sintetiza-se da seguinte maneira: 1. redução e escassez de pescado; 2. redução e extinção de muitas espécies de peixes; 3. mudanças no ciclo reprodutivo das espécies; 4. distorções na propriedade da água (salinização); 5. alterações no ciclo da maré; 6. redução da qualidade dos nutrientes da água; e 7. a produção do mercado pesqueiro regional sofreu grande redução, necessitando, desta forma, ser abastecido por pescados vindos de outras regiões (PEREIRA, 2014).

Dentre muitas formas de reconfiguração de suas vidas, as populações do baixo Tocantins se organizam politicamente e traçaram suas reivindicações diante de tal realidade. Para o autor, isto contribuiu para a formação de uma identidade política e combativa. Neste instante, criam-se canais e ações de manifestações perante as contradições geradas pelas ações do capital. Nestes termos, o jornalzinho da Prelazia de Cametá trazia como destaque o questionamento acerca do progresso que se implantava: “Progresso? Para quem?”⁴⁰.

Dom José Elias, bispo da Prelazia de Cametá, foi um dos agentes mais combativos acerca dos impactos da construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí na região do baixo Tocantins. Por meio das paróquias, agentes pastorais e denúncias em órgãos oficiais buscou

⁴⁰Jornalzinho “Comunidade Cristã” da Prelazia de Cametá, n° 111, junho de 1984, capa (Arquivos da Diocese de Cametá).

responsabilizar o governo pelos impactos, por ora, não admitidos pela Eletronorte e os governantes. Desta forma, descreve-se, a seguir o texto a todos os comunitários da Prelazia de Cametá.

Prezados Comunitários,

A missão integral do Bispo é muito complexa. A palavra significa vigilante, entre outras coisas. É vigilante em todos os sentidos, em vista ao caminhar tranquilo do rebanho que lhe foi confiado. O vigilante tem que alertar para os perigos do caminho, prever os males e lutar pela superação dos obstáculos...

Por isso, como bispo da Prelazia de Cametá, eu faltaria o meu dever e missão, se me calasse ou omitisse diante das graves ameaças e danos que para todo o nosso vale do Tocantins representa o próximo fechamento da Barragem de Tucuruí, estando a região do futuro reservatório contaminado com venenos violentíssimos, e sem que se tenham dado às populações ribeirinhas garantias sobre as consequências que advirão.

A nossa Prelazia já começou com o trabalho de conscientização do nosso povo e vem organizando comissões de defesa civil, e vai tentar juridicamente impedir o fechamento da barragem, até que se limpe dos venenos a área do futuro reservatório e se deem verdadeiras garantias às populações ribeirinhas.

Infelizmente ainda há gente que não acordou para os perigos iminentes. E pior ainda, há pessoas (e até “representantes do povo”) que procura desacreditar o nosso trabalho de alerta e prevenção, querendo fazer acreditar que somos alarmistas e que não há perigo.

Aos nossos comunitários queremos agora dizer que este trabalho de alerta conta com a iniciativa e apoio oficial de nossa Prelazia. Não somos contra o progresso e a barragem de Tucuruí, mas temos obrigação de procurar defender e proteger o nosso povo, como nestes últimos quatro anos temos feito com relação aos desapropriados da barragem.

Aqui fica portanto nosso brado de alerta. Conclamamos os nosso comunitários a que se unam todos em torno desta causa que visa o bem comum de todos.

“O povo unido jamais será vencido!”

Cametá, 30 de maio de 1984.

+José Elias Chaves – Bispo de Cametá⁴¹.

Neste aspecto reforça-se que a década de 1980, é a década das articulações coletivas, dos encontros comunitários, das manifestações sindicais, do fortalecimento dos movimentos sociais. Daí decorre e fortalece-se os encontros de uma formação sindical mais aguerrida e combativa. Os encontros do Anilzinho alavancaram, propulsionaram um vigor energizado politicamente em defesas das pautas das mais diversas frações da classe trabalhadora do baixo Tocantins. Deste modo,

Em Anilzinho convergiram anseios e insatisfações acumuladas e foram geradas formas de pensar e de lutar, formularam-se as principais diretrizes e estratégias de lutas sociais que ainda hoje perduram na região como

⁴¹Jornalzinho “Comunidade Cristã” da Prelazia de Cametá, n° 111, junho de 1984, (Arquivos da Diocese de Cametá).

coordenadas dos movimentos, organizações, lutas sociais, acrescentando-se novas demandas (PEREIRA, 2014, p.111).

Nestes momentos de articulação e ação política, os jovens tem fundamental destaque. As animações, as místicas, momentos de debates sempre tiveram forte participação. Segundo Zé Capina,

Era nesses momentos, que a gente via a vontade dos jovens em quererem um futuro melhor. Particularmente faço destaque a muitos jovens, mas em especial ao Paulo Damasceno, que foi meu companheiro por muitos anos e expressa uma juventude nascente dessa cultura de luta e reivindicação. Temos, dessa época, muitos que assumem hoje importantes cargos na sociedade, tanto na política sindical, partidária, quanto em cargos públicos⁴².

Nestes termos, tem-se que os desastrosos impactos causados pelas instalações da Usina Hidrelétrica de Tucuruí tem historicamente uma importante influencia na transformação e resistência dos jovens do baixo Tocantins, em especial, as juventudes sindicalistas do sindicato. Diante das transformações políticas, ambientais, sociais e culturais ocorridas, as juventudes, também, se posicionam e buscam (com muita luta) reconfigurar suas realidades, de modo a serem sujeitos de suas próprias realidades e história – pautam, assim, uma sociedade que os considere como sujeitos visíveis e de direitos.

3.2.2 Lutas por terras: o caso Anilzinho

Discutir a luta por terras na região do baixo Tocantins, significa tratar do lócus de existência e da produtividade de milhares de famílias que delas extraem seus sustentos e nelas, também, vivem suas culturas e materialidades históricas e sociais. Neste sentido, tem-se outro ponto de intensos conflitos e múltiplos contrastes para a vida de milhares de jovens no baixo Tocantins.

O final da década de 1970 e início de 1980, em especial 1977 a 1982, configura-se como um período de intensos conflitos na região do baixo Tocantins. Segundo Silva (2014, p.06), a historiografia não tem dado tanta importância ao contexto histórico dos conflitos pela terra nesta região, o que no entender da autora, “(...) não consolidou ainda um debate sobre conflitos agrários nessa microrregião”.

Na região do baixo Tocantins, em especial, Baião, registra-se um emblemático processo de embate na luta pelas terras, o I Encontro “Anilzinho”, ocorrido nos dias 10 e 11 do mês de julho de 1980, no perímetro conhecido como “curva do Anilzinho”, o qual trazia

⁴²Entrevista com o sr Luiz Gonzaga da Cruz (Zé Capina), liderança sindical, do partido dos trabalhadores (PT). Ex-presidente do sindicato (1997-2000) e Vereador pelo PT (2001-2005), em maio de 2016.

como tema “Terra para quem nela trabalha”. Este encontro gerou a conhecida “Lei dos posseiros”, símbolo da unidade na luta dos povos da região contra os grileiros.

Segundo a autora, este momento foi marcado pela tensão e receio de conflitos armados, uma vez que, os ânimos eram marcados pela intolerância daqueles que queriam expropriar os posseiros. Nestas perspectivas outros encontros ocorreram, no intuito de tornar a luta por melhores condições de vida no campo uma bandeira a ser defendida continuamente. A este exemplo, tem-se o II Encontro Anilzinho, ocorrido no período de 6 a 8 de novembro de 1981, na mesma localidade com o tema “A questão da posse da terra”. Nestas perspectivas, traz-se o canto “Anilzinho”, amplamente cantado nos cultos dominicais nas CC’s, encontros e manifestações.

ANILZINHO

Ai, ai, meus companheiros (Bis)

Tenho pena daquele povo/ De Anilzinho e Ipaú, / joana Peres e Varginha. /
Está sofrendo a mesma dor. / Lá está o fazendeiro/ expulsando o lavrador. /
Ah! Meus companheiros, / veja em que ponto chegou (Bis).

Tocou fogo em onze casas, / suas plantações tomou, / Levou porco e galinha,
/ água do poço envenenou. / Botou os pobres no seu carro/ Em Tucuruí
soltou. / Ah! meus companheiros, / Veja o que nossos irmãos passou (Bis)

Isto está acontecendo/ no nosso país inteiro:/ os pobres não tem direito. / só
quem tem é o fazendeiro. / Ah! meus companheiros/ este é um ponto
verdadeiro (Bis).

É uma falta de respeito. / Me escute, preste atenção:/ Pro pobre já acabou a
lei/ dentro desta nação. / Ah! meus companheiros, / que triste situação (Bis).

Perde terra, perde vida, / perde tudo o que o pobre tem. / Se ele procura o
direito, / é o que o pobre não tem. / Ah! meus companheiros, / não se
acredita em ninguém (Bis).

Se o pistoleiro mata um pobre, / pra ele não acontece nada. / Mas se mata um
pistoleiro, / o pobre é condenado. / Ah! meus companheiros, / que situação
danada (Bis). (COMUNIDADE CANTA, s/d, pp. 11-12).

Novamente tem-se um cântico entoado nos momentos de fé e organizações sociais, o qual expressa um dos epicentros dos conflitos na região do baixo Tocantins, as lutas pela terra na localidade de Anilzinho e adjacências. O canto revela as ações truculentas dos agressores e o conluio jurídico articulado para extirpar os trabalhadores das terras. Não restava esperança aos expropriados além de se unirem em classe e combaterem tamanhas injustiças.

Segundo Silva (2014), após a formulação da lei Anilzinho se sucederam 10 encontros, os quais tinham como objetivos criar maior organização dos trabalhadores em torno da conscientização de seus direitos e luta pela terra. A seguir tem-se quadro-síntese dos encontros do Anilzinho e suas respectivas localidades e anos de realização.

Quadro 2 – Relação dos Encontros Anilzinho

ENCONTROS DO ANILZINHO			
Nº	Ano	Localidade	Tema
1º	1980	Baião/Anilzinho	Terra para quem nela trabalha
2º	1981	Baião/Anilzinho	A questão da posse da terra
3º	1982	Nova América	-
4º	1983	Nova América	-
5º	1985	Livramento	-
6º	1986	Aranquembaua	-
7º	1987	Mupi Torrão	-
8º	1989	Município de Pacajá	-
9º	1990	Limoeiro do Ajuru	-
10º	1991	Tuerê-Pacajá	-

Fonte: SILVA (2014, 2015). **Elaborado pelo autor.**

Os referidos encontros e a mencionada “lei” simbolizam as lutas e conflitos agrários, bem como a resistência das populações do baixo Tocantins às injustiças ocorridas no campo. Segundo Silva (2015, p. 10), “[...] a lei Anilzinho é um código de regras de resistência na luta da terra, porque havia um conjunto de intervenções sociais que derivava do grande projeto da barragem de Tucuruí, mas que tinha também relação com a abertura das estradas (...)”.

Nos debates ocorridos durante o II Encontro Anilzinho foi latente a cobrança dos participantes acerca de um sindicato desprendido da elite, reivindicativo. Daí surge a ideia de um fortalecimento mais partilhado dos sindicatos, fato que culminou com os Encontros Intersindicais, novo elemento de unidade nas lutas sindicais. Nestes termos, os encontros Anilzinho, tiveram fundamental papel nas bases de formação de um Movimento de Oposição Sindical (MOPS) com bases nas causas dos trabalhadores rurais. Daí decorre a emblemática “chapa 02”, que representa mudanças significativas no comportamento sindical dos associados, bem como de seus dirigentes. Dá-se, então, o início ao pleito eleitoral que resultaria na tomada do sindicato pelos trabalhadores, isto é, a formação de uma direção mais condizente com os anseios de luta e mudanças dos trabalhadores rurais.

Os jovens, que representavam suas comunidades e delegacias sindicais partiam para os encontros levando suas bolsas e poucos pertences no intuito de fortalecer o movimento sindical e a luta por terra. Muitos desses eventos ocorriam sob o olhar dos “novos donos das terras” e eram considerados como momentos de tensões. Para Zé Capina

[...] Nos encontros do Anilzinho a gente via aquele monte de gente lutando pela terra. Depois de um dia inteiro de debates, vinha a noite e a gente ficava meio com medo do que podia acontecer. A juventude das muitas comunidades animavam com pandeiros e violas. A gente, com nossas encenações deixava nosso recado e também animava aquele povão. Os

encontros passava a semana e era rede trançada uma sobre a outra. Era muita gente parceiro!⁴³

A este respeito, traz-se um trecho do Jornalzinho da Prelazia do ano de 1983, o qual relata detalhes do IV Encontro Anilzinho, realizado na localidade de Nova América, no município de Cametá nos dias 20 a 24 de outubro de 1983:

ANILZINHO IV

Realizou-se nos dias 20 a 24 de outubro de 1983 o IV Encontro do Anilzinho na CC de Nova América (PA 156 – KM 57 da Transcametá).

Contou com a presença de 402 pessoas vindas de 119 comunidades.

Poderíamos dizer que houve um grande proveito para todos os companheiros que discutiram os 3 itens da pauta, a saber: 1. Levantamentos dos Conflitos atuais (...); 2. Formas de resistência na Terra (...); e 3. Avaliação dos estudos intersindicais (...).⁴⁴

Nestas perspectivas, a luta por terras discutidas nos encontros Anilzinho reflete-se como uma reação às ações desenvolvimentistas projetadas para Amazônia. Deste modo, tanto as ações faraônicas envolvendo as instalações da Barragem de Tucuruí e as promessas de Terras para os latifúndios e expropriadores de Terras causaram imensas distorções na vida das populações do baixo Tocantins.

O jovem sindicalista é percebido como agente importante nesse processo, trazido pelos relatos de trabalhadores e lideranças sindicais que fizeram e fazem parte das lutas históricas dessa região. Ao estarem nas manifestações, mobilizando suas comunidades e desenvolvendo papel de lideranças no contexto sindical se destacam muito mais que espectadores dos acontecimentos políticos e sociais, se revelam como sujeitos de ações e que lutam por melhores perspectivas sociais para a classe trabalhadora rural.

3.3 Juventude e organização sindical no STTR-Cametá

Atualmente o STTR-Cametá possui aproximadamente 12.000 membros vinculados, abrangendo em torno de 120 localidades do município de Cametá. Possui 08 diretorias e 120 delegados sindicais. No campo de suas propostas formativas, vem desenvolvendo o projeto “elevação da escolaridade”, o qual tem por objetivo proporcionar aos jovens uma formação voltada para sua emancipação social, de modo a combater o abandono escolar e elevar os

⁴³Entrevista com o sr Luiz Gonzaga da Cruz (Zé Capina), liderança sindical, do partido dos trabalhadores (PT). Ex-presidente do sindicato (1997-2000) e Vereador pelo PT (2001-2005), em maio de 2016.

⁴⁴Texto publicado pela CPT, seção “Caso Anilzinho IV”, em Jornalzinho “Comunidade Cristã” da Prelazia de Cametá, n° 108, outubro de 1983, p. 20 (Arquivos da Diocese de Cametá).

níveis de suas escolaridades, bem como vem desenvolvendo por meio de parcerias cursinhos populares para os jovens que pleiteiam vagas nas universidades (STR-CAMETÁ, 2015).

De acordo com a Secretaria de Juventude Rural do STTR-Cametá (2015), a fundação desta secretaria se deu no ano de 2006 pelas discussões do VI Congresso dos trabalhadores. O atual secretário, Enéas de Oliveira Maciel, é o segundo jovem responsável por este segmento e está em seu segundo mandato. Os critérios etários utilizados seguem as descritas no Estatuto da CONTAG, o que estabelece a juventude sindical como aquela compreendida dos 18 aos 32 anos. Atualmente o STTR-Cametá tem uma estimativa de 1.500 jovens, distribuídos nas supramencionadas localidades (SECRETARIA DE JUVENTUDE/STTR-CAMETÁ, 2015). Vale destacar que esse montante de jovens se forem levados em consideração os parâmetros etários do Estatuto da Juventude são bem maiores, em torno de 2.500.

A história do STTR-Cametá mostra que a maioria de seus dirigentes, nas duas últimas décadas (1990 a 2010), a exemplo de *Bitinho, Rozi, Moreno, Paulo Dmasceno (in memoriam), Zé Maria e Zé Capina*, todos tem algo em comum: começaram desde muito cedo suas trajetórias sindicais e participaram das formações sindicais, das mais diversas reivindicações do movimento sindical na região. Isso revela um caráter formador das bases do presente sindicato.

As formações políticas e sindicais tem alcançado seus objetivos ao que concerne o caráter pedagógico da formação dos jovens militantes neste período. Diria-se que estes sujeitos participaram de um momento histórico da vida do sindicato marcado por muitas manifestações e reivindicações para a região do baixo Tocantins, como as lutas contra as instalações das usinas hidrelétricas, energia elétrica para todas as populações da região, construções de ramais e manutenções de estradas, luta por créditos na agricultura, dentre outros. Estes momentos tem como característica um processo concreto de formação das militâncias. São nesses momentos que se formam os líderes sindicais. Eles possuem suas gramáticas próprias, suas identidades se formam em um processo contínuo das lutas. Desta forma, para “Rozi” do Sindicato,

Todos nós se sentimos jovens. Quando entrei no sindicato era muito jovem, construí família, me sentia jovem, hoje já bem maduro me sinto um jovem. Acho que pra gente que tá nessa luta desde muito cedo, nunca deixaremos de ser jovem. Tem uma coisa, companheiro, nessa coisa de luta social que é a gente se sentir com energia e vigor sempre pelas nossas causas. Muitas conquistas já fizemos, muitas precisam avançar, mas hoje o jovem tem melhores espaços, mesmo que a gente saiba que ainda não é o que sempre sonhamos. Pra dizer a verdade não sei quando me sentirei velho, porque nisso

que a gente acredita acho que vamos ser jovens pra sempre. É o prazer que o sindicato tem nos dado⁴⁵.

A atuação juvenil Sindical no STTR-Cametá, materializa-se em seus líderes e liderados uma ligação vital, um pertencimento dialético na forma da construção de suas identidades sindicais. A própria história do Sindicato vislumbra os contornos de uma contínua luta em função de um modelo de sociedade pautado em seus princípios construídos no amplo debate enquanto fração de classe.

Os jovens sindicalistas do STTR-Cametá, “[...] tem “rostos definidos” (FRIGOTTO, 2004, p.181): pertencem a classe trabalhadora rural do município de Cametá, os quais, dentre outras funções sociais, atuam na agricultura familiar, participam na vida ativa de suas comunidades e estudam. São vinculados ao Sindicato, residem, em sua maioria, no campo, onde funcionam as delegacias sindicais, distribuídas em comunidades rurais do município cametaense. Neste sentido, tem-se o depoimento do jovem Rubens Damasceno Tavares (2016),

O jovem do campo é aquele que está diretamente no campo, em sua localidade. Lá em minha comunidade os jovens que fazem o ensino médio se deslocam, mas voltam todos os dias. (...) Muitas coisas em nossa vida é diferente, enquanto muitos jovens só fazem estudar, nós temos que ajudar na roça. É lá que a gente garante o que comer e vestir.

[...] O jovem sindicalista é aquele sócio, que é liderança, que participa das atividades do sindicato e que defende as bandeiras de lutas dos trabalhadores rurais. Também, tem aqueles que ainda não se associaram, mas que estão também na luta, por isso não podem ser esquecidos. Eles já tem a consciência que é importante está no sindicato, mas ainda não se associaram. Temos muitas dificuldades hoje na hora da filiação, muitos querem só se filiar perto de se aposentar, muitos jovens estão na luta com a gente, mas preferem se filiar na Colônia por causa do seguro defeso. Eu queria ver se nós do Sindicato tivesse o nosso “seguro-defeso”, como que era?

Nas palavras do entrevistado percebe-se a sua íntima relação com a “terra”, sua localidade natal e o orgulho de pertencer ao movimento social que o representa. Traz um dado importante sobre a preocupação de estar na propriedade, cuidando dos negócios e produções da família, mesmo expressando que, para ter melhores condições de vida, necessite sair diariamente em busca de trabalho assalariado e estudo. Outro elemento revelador volta-se para aqueles jovens que apesar de participarem das lutas, das organizações sindicais ainda não

⁴⁵Entrevista com o sr. Roseli Pinto Cruz (Rozi), ex-presidente do STTR-Cametá-PA, liderança política do PT-Cametá e coordenador na área da secretaria Municipal de Saúde, fevereiro de 2016.

se vincularam ao STTR-Cametá, pois muitos preferem à Colônia de Pescadores Z-16, APAMUC, dentre outros, que são entes representativos da fração de classe dos Pescadores Artesanais. Nisto nota-se uma distorção, inversão de valores e de consciência de classe para-si em função do seguro defeso conquistado pelos pescadores. Nota-se que parte dos que se autodeclararam pescadores artesanais, na realidade são trabalhadores rurais e que, historicamente, seus pais fazem parte do sindicato. Neste sentido, há situações em que os pais são vinculados no STTR-Cametá e os filhos nas entidades representes dos pescadores artesanais. Não se pode negar que a conquista do seguro-defeso ganhe também um efeito convidativo, atrativo aos jovens em vincularem-se às entidades representantes dos pescadores artesanais. Neste sentido, é possível, de acordo com reflexões do entrevistado que haja um processo de migração, em termos de filiação sindical. Contudo, é possível que se tenham jovens que, em termos oficiais se intitulem pescadores artesanais, mas que na prática vivem em condições de trabalhadores rurais – o elemento identitário sofre um fenômeno disfarsante em função do seguro-defeso.

Destacamos, também, os jovens que são sindicalistas, militantes em suas comunidades, mas que por razões de buscas de trabalhos assalariados (já mencionados), e estudos necessitam morar nas sedes das vilas ou do município. Nestes termos, é comum estes sujeitos abrirem mão de estarem em suas comunidades e meio familiar para buscarem melhores condições e perspectivas de vida. No geral, estes jovens sentem o desejo de poder regressar às suas localidades e contribuir com o desenvolvimento social e político de suas comunidades, mas dificilmente voltam. Neste sentido, Enéas de Oliveira Maciel, secretário de Juventude do STTR-Cametá, nos relata

Primeiro, pra eu dar continuidade aos meus estudos, tive que sair do seio de minha família, uma coisa muito comum pros que querem dar sequência nos estudos, sair dos confortos dos pais, largar a base de minha cultura. Isso é uma coisa muito sofrida. Por exemplo, no meu ensino médio sai pra outra localidade pra terminar. Mas a minha maior formação é aqui, é na PJ, foi onde eu aprendi os valores, o respeito ao próximo e as questões de minha comunidade e de minha categoria. O êxodo rural pra mim é uma perda, mas algo necessário, porque as estruturas de nossas sociedades são urbanocêntricas. As universidades, os empregos, melhores condições estão na cidade. Mas isso sim é doloroso, porque a gente larga a nossa propriedade, nossa família por um ideal. Agora é muito difícil esses jovens que saem eles voltarem, porque essa volta depende de uma certa estrutura e um nível de consciência elevada⁴⁶.

⁴⁶Entrevista com Eneas de Oliveira Maciel, Secretário de Juventude do STTR e alunos do curso de agronomia na UFPA, em 07 de maio de 2016.

Partindo das reflexões feita pelo Secretario de juventude do STTR-Cametá, tem-se o grande dilema dos jovens do campo: entre sair e ficar, fica a saudade e a memória de uma identidade deixada para trás. Como já se viu em reflexões anteriores realizadas por autores como Abramo (1997), Sposito (2001, 2002, 2003), Carrano (2008, 2015) e Caldart (2008, 2009), a realidade dos jovens do Campo são marcadas pelas contradições que a história nacional carrega, pela separação entre campo e cidade, onde o campo não representa lugar nas galerias das políticas públicas de modo efetivo. No acaso da Amazônia, em especial, do município de Cametá, esse contexto ainda é muito mais intenso, pois na imensa territorialidade dos jovens (terra firme e ilhas), as condições são extremamente precárias, não restando, de fato, outra alternativa a estes jovens a não ser sair. Para Ezequiel Barros Pereira,

Me chamo Ezequiel Barros Pereira, tenho 27 anos, sou filho de Eliete Barros Pereira, delegada Sindical, moro com minha tina na cidade, no bairro novo, mas passo maior parte de minha vida em lugares diferentes. Nas férias vou para Mocajuba estudar o curso de Educação do Campo e no tempo regular faço pedagogia na UNIASSELVI que já fazia antes de passar no vestibular. Sempre gostei de morar no Cuxipiarí Furo Grande, gosto de lá. Sempre quando tenho tempo vou para ajudar meus pais. Infelizmente agora não estou podendo fazer isso porque estou na fase dos projetos de pesquisa na pedagogia, mas a saudade é grande. Foi uma barra me acostumar na cidade, sempre morei na ilha, tinha um tipo de vida lá e aqui tive que me adaptar rápido. Muitos dos meus amigos e primos vieram pra cidade, mas pararam de estudar e estão alguns nas drogas, outros arranjaram família e fazem alguma venda ou trabalham em algum comércio pra sustentar a família. Meu sonho é sempre conquistar o melhor, concluir meus estudos, passar em um concurso e ajudar minha família. Infelizmente, na ilha não tinha condições de prosseguir nos estudos. O máximo que tem por lá é o ensino modular (SOME), que é um estudo péssimo, porque funcionam de uma maneira precária e os professores faltam muito. Graças a Deus, estou dando continuidade aos meus estudos e não tive a necessidade de me meter em coisas ruins, no caso com as drogas e criminalidade. Me sinto feliz por cada dia estar vencendo, mesmo que seja longe dos meus familiares e do lugar que nasci.

Historicamente os jovens do campo do município de Cametá tem suas iniciações no contexto social através da pastoral da juventude, das atividades comunitárias e, concomitantemente a isto, o ingresso nos movimentos sociais e políticos. A relação entre a Igreja e os movimentos sociais se dão de forma complementar. Neste sentido, segundo Jaqueline Cristina

Na minha comunidade, a gente discute questões de melhorias para a sociedade e para a juventude. Um exemplo disso é quando temos encontros da Pastoral da Juventude (PJ), nestas ocasiões sempre discutimos fé e política, políticas públicas para juventude, questões de gênero e outras coisas mais. Então as causas dos movimentos sociais tem muito a ver com o que discutimos na base comunitária. Em nossas marchas sempre estamos juntos. Recentemente estivemos no 7 de setembro onde reivindicamos melhorias

para a juventude e respeito dos governos por nós. Nós não pedimos só para a nossa cidade, mas também para toda região. No mês de março iremos para Oeiras realizar um gesto concreto sobre o meio ambiente, um assunto que tanto requer nossa luta e empenho. Em nossas reuniões ampliadas discutimos assuntos que falam da realidade da região, dos nossos problemas sociais⁴⁷.

Neste aspecto, são nos finais de semana, após os cultos/celebrações/missas que estes sujeitos, junto de toda sua comunidade, organizam a vida política, religiosa, cultural e social. Esse modelo de organização social, decorre na região, e especificamente, no município de Cametá, a partir da década de 1960 com as primeiras organizações das comunidades eclesiais de Base (CEB's), dinâmica que se fortalece, em termos sociopolíticos na década de 1980 com a chegada de D. José Elias Chaves, o qual, tendo por princípio o fortalecimento social e defensor assíduo das classes trabalhadoras rurais, investe maciçamente nas formações de lideranças, chamados de *Animadores das comunidades*, sujeitos responsáveis pelas organizações religiosas e sociopolíticas nas comunidades distribuídas na paróquia São João Batista da então Prelazia de Cametá⁴⁸.

Nestes encontros era comum a participação efetiva dos jovens, os quais animavam os eventos e atuavam de modo veemente nos debates acerca das pautas e bandeiras sociais para a classe dos trabalhadores rurais. Neste instante, os ideais por melhores condições de vida, no âmbito do trabalho, saúde, educação, justiça, agricultura e financiamento se coadunavam com os ideais traçados pela Teologia da Libertação, a qual apresentava um “Cristo inquieto”, sedento pela “nova Terra prometa”⁴⁹. Essas correntes ideológicas dominavam a ação religiosa, a qual se complementava com os anseios políticos das classes trabalhadoras rurais daquela época. Assim, para o Sr. Manoel Domingos Valente (Dominguinhos),

Os encontros tinham vida. Os padres tratavam da vida sofrida da gente. A gente rezava, mas também discutia as dificuldades do povo de Deus, que não era pouca não. Os jovens que iam de suas comunidades eram selecionados para repassar o que era discutido. Eram muito animados, a gente se sentia no movimento e na luta. A gente ia com a família toda. Hoje muitas coisas mudaram.

⁴⁷Entrevista com Jaqueline Cristina, membro do STTR-Cametá-PA, em 12 de fevereiro de 2016.

⁴⁸A então Prelazia de Cametá-PA, criada em 29 de novembro de 1952 por meio da Constituição Apostólica *Providentissimi Consilium*, do Papa Pio XII, compreendia as Paróquias São João Batista (Cametá), Santa Ana (Igarapé-Miri), Imaculada Conceição (Limoeiro do Ajurú), Nossa Senhora da Assunção (Oeiras do Pará), Nossa Senhora da Conceição (Mocajuba), Santo Antônio (Baião), São José (Tucuruí), São Sebastião (Breu Branco), Cristo Rei (Pacajá), São Francisco de Assis (Novo Repartimento). Ressalta-se que no dia 05 de maio de 2013 esta foi elevada à condição de Diocese. (SECRETARIA DA CÚRIA DIOCESANA DE CAMETÁ-PA, 2016).

⁴⁹Essa lógica perpassou todo o período áureo das manifestações na década de 1980, a exemplo os Encontros do Anilzinho, eles traziam essa mística como incentivo diante das lutas pela terra para o povo da Amazônia. A 1º Romaria da Terra, por ocasião do VIII Encontro Anilzinho, na cidade de Pacajá, Transamazônia, trazia o trecho bíblico de Josué 13, 7 como incentivo e coragem aos posseiros: “Agora por tanto ocupa esta terra, para que ela seja a herança do povo”.

Dentre as múltiplas formas dos jovens se relacionarem no âmbito social, foca-se, nesta abordagem, o modo militante das juventudes sindicalistas do STTR-Cametá, os quais atribuem a essa organização social o meio pelo qual suas manifestações e reivindicações sociais podem se articular em classe e pautar ao Estado suas demandas, reconfigurando, desta forma, a política em uma perspectiva contra-hegemônica.

A história social nos mostra que os jovens são em maior número aqueles que se lançam nas dianteiras dos movimentos sociais por melhorias e transformações no âmbito das relações na sociedade. Muitas das vezes estiveram à frente de seus tempos, como, por exemplo, a juventude na década de 1960, 1970 e 1980 no Brasil, instantes históricos que revelam os homens e mulheres dos *frints*, que realizaram mobilizações por um país democrático e contra o poder centralizador (GOHN, 2014). Nestas perspectivas, voltar-se para a história política de participação e transformação social das juventudes rurais no interior do STTR-Cametá revela, também, a própria ossatura da construção histórica e política do município de Cametá, bem como a da região do baixo Tocantins, uma vez que este município, segundo Nunes (2009) desde o século XVIII representa o centro político da referida região.

No município de Cametá o papel dos jovens sindicalistas do STTR-Cametá é de grande importância para a formação da identidade política e sindical. Voltando-se especificamente para os jovens, em uma perspectiva de classe, a classe trabalhadora, nota-se, por meio de seus líderes o quanto a participação juvenil, representa o sustentáculo da vida deste sindicato. A própria tomada do STTR-Cametá pelos trabalhadores na década de 1980, os processos formativos instaurados pela Igreja Católica na região, por meio das ações articuladas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), linha firme da Teologia da Libertação, bem como a formação do partido dos Trabalhadores (PT) na região, materializam sua práxis sindical. A esse respeito a Sra.Ladia Maria Contente Nogueira expressa-se:

A gente ia para as passeatas, algumas vezes nem comíamos, mas a gente tava animando a luta. A gente tinha aqui um grupo, o do zé capina, o pinga fogo, que a gente apresentava umas encenações. Nisso a gente ria, fazia todo mundo rir. O ator principal era o Zé Capina, que cantava e era o homem do sindicato na peça. Olha meu pai (um dos principais membros da oposição sindical), pegava a gente pelo braço e lá a gente ia. A gente tinha muitas dificuldades, mas a gente lutava com a alegria⁵⁰.

A entrevistada revela um momento, diria-se, construtor/formador de uma identidade sindical fortalecida, que tomou para-si a criação e recriação de suas ações, por meio de

⁵⁰Entrevista com a SraLadia Maria Contente Nogueira, em fevereiro de 2017.

metodologias criativas em seus encontros e organizações sindicais. Esses momentos eram marcados pela alegria revelada no cantar, no dançar, no rezar, no contar piadas e causos e na arte de encenar. Se uniam na luta, debates de suas demandas e formação de suas pautas de manifestações. Consistia em um período de poucas conquistas, período marcado por muitas desigualdades. Muitas das conquistas já alcançadas nos tempos atuais decorrem dessas ações organizadas.

Outro elemento que merece destaque na fala da depoente é a criação de figuras, nomes representativos de uma realidade de luta, de um sujeito “ator”, com identidade coletiva, criada e pensada por todos os participantes. A exemplo, da criação do emblemático *Zé Capina*, um personagem da luta, que junto de sua criação e encenação carrega a simbologia das necessidades e realidades coletivas dos trabalhadores do campo. A luta sindical, neste caso, cria e forma seus líderes políticos em uma práxis levantada partindo de diversas vozes, de diversas angustias e anseios sociais. A seguir tem-se a imagem do “personagem Zé Capina”, em charge, na publicação do Movimento da Oposição Sindical na década de 1980.

Imagem 8 – Charge do Personagem “Zé Capina” em publicação do Movimento da Oposição Sindical na década de 1980.



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá

Ressalta-se, também, a memória, segundo o depoente Zé Capina, de uma das figuras mais inteligentes e criativas das organizações sindicais do STTR-Cametá à época, o sindicalista Francisco de Assis Contente, o *Chicão*, homem simples, que vivia para a luta, tinha os desafios do povo do campo como elemento que sustentava sua vida. A história das

lutas de formação e organização sindical, em sua versão, reivindicativa, portanto “não pelega”, tem suas marcas originais cunhadas por seu poder criativo: foi um exímio compositor das canções sindicais, articulador de encontros e manifestações, criador de metodologias que atraíssem o interesse dos participantes e um habilidoso político na arte de compreendê-la como luta hegemônica – um, sobretudo, intelectual orgânico da classe trabalhadora do STTR-Cametá.

Imagem 9 - Sindicalista “Chicão”, em pronunciamento do dia 25 de julho em Cametá, 1984



Fonte: Wanzeler (2015)

Se há vertentes que apregoam os jovens rurais, membros do STTR-Cametá como não construtores da história sindical e política na região da Amazônia Tocantina, certamente não se pode negar seu papel como agentes magnos desse complexo processo permeado por conflitos, manifestações, retaliações e resistências. Eles pautam, historicamente, seus espaços e exigem as condições plenas de cidadania, embora as contradições sociais e políticas permaneçam, sobretudo, vivas em suas realidades. A esse respeito Roseli Pinto Cruz, o *Rozi do Sindicato*, relata

(...) A história de participação do jovem no Sindicato também tem marcas de muita luta, por exemplo a minha liderança e a do finando Paulo Damasceno não foi uma coisa fácil. Tivemos que ir pro embate, mas essa mentalidade começou a mudar quando o sindicato começou a debater essa importância. Pra ti ver, a gente chegou a direção do sindicato. Eu fui presidente, trabalhei em outras funções também. O Paulo Damasceno foi um dos maiores líderes jovens se não o maior, que nosso movimento sindical já teve. Ele chegou a assumir muitos cargos e assumiu com propriedade. Então parceiro, nada foi com muita tranquilidade, porque as vezes as portas não se abre para os jovens tão fácil, mas tem o espaço.

Atualmente o entrevistado é vereador do município de Cametá, tem sua militância toda construída na vida sindical. Foi presidente do STTR-Cametá e desenvolveu diversos papéis na direção sindical. Sua fala traz à tona outra figura, quiçá a mais importante liderança jovem do STTR-Cametá como fruto deste processo histórico formador, Paulo Gonçalves Damasceno (in memoriam), jovem que assumiu muito cedo funções estratégicas no interior do sindicato, chegando a assumir a direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA) e cargos importantes no governo do PT a nível de estado e município. A seguir tem-se imagem desta importante figura política e sindical.

Imagem 10 - Líder Sindical do STTR-Cametá Paulo Gonçalves Damasceno



Fonte: arquivos do STTR-Cametá.

Uma de suas primeiras atividades desenvolvidas no interior do STTR-Cametá pelo jovem sindicalista Paulo *Damasceno*, foi a de secretário, o qual associou seu desempenho técnico às suas habilidades políticas. Faz-se necessário, extrair uma de suas correspondências datada de agosto de 1992, direcionada ao Sr. Jan Glissenaar:

Estamos escrevendo para dar continuidade na troca de informações que vinhamos fazendo, porém inicialmente seria importante para nós, sabermos se você recebeu nossa carta dando as informações que nos fora pedidas por você anteriormente, inclusive sobre a copiadora. Sobre nossas atividades:

- estamos realizando nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro de 1992, um encontro de planejamento de nossas ações, qual enviaremos resultados logo que for possível. Também estamos trabalhando para conseguir crédito do FNO, que foi negociado com o BASA (Agenda Financeira que garante o fundo), para duas associações de 50 produtores cada, porém só está previsto saírem os recursos a partir de julho, para o calendário agrícola 93/94.
- Também, estamos nos organizando para participar do “Grito da Amazônia”, que será um grande movimento dos trabalhadores rurais

urbanos, ligados a CUT (Central única dos Trabalhadores), onde deveremos reivindicar melhores condições de vida para nossos trabalhadores.

- Criamos o coletivo de formação do sindicato, formado por trinta pessoas, o qual tem o objetivo de formar pessoas para ajudarem no trabalho de conscientização.

- Fizemos também, o aluguel da máquina copiadora com a proposta de compra, e até o momento a mesma está nos ajudando muito a desenvolver nossa atividades e ao mesmo tempo estamos conseguindo contribuir bastante com os demais sindicatos de nossa região. Através da venda de cópias estamos conseguindo pagar boa parte dos recursos necessários para cobrir as mensalidades.

Para o momento, é que temos de informações, porém, esperamos informar muito mais sobre nossas atividades, após o encontro de planejamento.

Despedimo-nos desejando muita paz e Felicidades a todos os irmãos da comunidade de Base 't STICHT⁵¹

Dos irmãos do Sindicato dos trabalhadores rurais de Cametá⁵².

Deste modo, Paulo Damasceno representa, assim como muitos outros jovens que não tem suas histórias em evidências, uma geração formada na luta contra um modelo de sindicato, como eles mesmo chamavam “pelego”, jovens que lutaram por direitos básicos e que, mesmo de forma incipiente, vê-se que suas conquistas são resultados de décadas de lutas. Os enfrentamentos políticos tiveram duplo sentido em suas histórias e vidas: de um lado o desgastar de suas energias por ideais libertários e emancipatórios e de outro um autoformar-se na luta, construção de saberes originários das peculiaridades que somente a práxis sindical poderia lhes proporcionar em um tempo escasso de direitos e oportunidades. Obviamente que os desafios atuais não são menores, mas tem na história exemplos de líderes e liderados que não se permitiram as condições de subjugados do sistema capitalista de produção e de suas relações.

Outra reflexão que merece destaque neste estudo é o processo de aceitação dos jovens pelos mais velhos como líderes, sujeitos aptos a assumirem as principais funções sindicais, como agente social e político (CARRANO, 2008). Essa questão também ultrapassa as relações do STTR-Cametá, da mesma forma que se dá em outras instancias sociais. Fato que, nas delineações de Gohn (2014, p.11) coloca os jovens na distribuição das decisões e debates mais profundos, no âmbito interno, à margem das distribuições administrativas e de poder na organização sindical, sujeitos “historicamente excluídos das arenas de participação (...)”. Nestas perspectivas, tem-se o relato do jovem Enéas Maciel

⁵¹Grupo Brasil das Comunidades de base 't Stich ZG Montfoort, Holanda. Consistia em organizações internacionais que cooperavam e ajudavam os movimentos sociais na região, possivelmente trazidos por influência de Dom José Elias Chaves.

⁵² Carta do STTR-Cametá direcionada a organização Europeia Base 't STICHT.

Bom, existem os espaços dentro do sindicato. Essa relação sempre é arisca, porque, como diz “a juventude é uma ameaça para os chamados veteranos”. Então uma vez eu ouvi uma fala aqui dentro do movimento político sindical de um determinado diretor que disse: “não iria dar espaço pra juventude porque não iria criar cobra pra comer ele”. É muito difícil se tornar um líder, sendo jovem, nesse município. E isso o sindicato também se enquadra. Olha tenho andado em alguns municípios e onde vejo ser mais difícil de se relacionar com a juventude é em Cametá. Então, vejo que isso precisa melhorar, avançar mesmo. Mas precisa de uma consciência coletiva sobre a importância da juventude para a vida do sindicato.

Nas perspectivas de Gohn (2014), procurou-se investigar o jovem na sociologia do movimento sindical no STTR-Cametá, partindo de um olhar de significados importantes acerca destes sujeitos, onde, em uma relação dialética, constroem suas identidades sindicais e mantém viva as demandas e manifestações políticas, culturais e sociais de sua classe (KONDER, 2004). Mesmo em uma dinâmica de afirmação, lutas por cidadania e garantia de seus direitos os jovens também pautam seus espaços e legitimação no interior do STTR-Cametá.

A organização sindical no STTR-Cametá custou a reconhecer o jovem como agente de transformação, embora, estes sempre tivessem presentes nos momentos mais cruciais de sua história. O reconhecimento de que o mencionado sindicato precisava ter sua Secretaria de Juventude segue os mesmos preceitos que muitos setores da sociedade tem acerca dos jovens, o de que a juventude não tinha o poder de decisão, pois isso era coisa para os mais velhos. Em entrevista a Moisés Libório, líder da juventude da FETAGRI-PA, relata o seguinte:

Companheiro, essa luta da juventude ser reconhecida dentro do sindicato ela não é nova, vem de anos, mas temos que concordar que já avançamos. É claro que se a gente olha pra participação da juventude ocupando espaços importante dentro do movimento a gente fica feliz, mas isso é uma coisa muito nova. Eu sempre digo que a gente olha como um ser humano em crescimento, ainda é uma criança. No meu caso e da Camila, hoje a gente ocupa espaços importantes dentro da FETAGRI porque a companheirada começou a mudar suas ideias. A Camila é representante das mulheres e eu da juventude⁵³.

Embora a Secretaria de Juventude do Sindicato dos Trabalhadores tenha pouco mais de uma década de existência esta se desponta como um dos setores que necessita avançar no nível de prioridades e dinâmica interna, de modo a proporcionar aos jovens sindicalistas um espaço legítimo e concreto no ditame de suas ações. Nestes termos, segue a relação dos secretários/as de juventudes do STTR-Cametá desde sua implementação.

⁵³Entrevista com Moisés Libório, Secretário de Juventude da FETAGRI-PA, maio de 2017.

Quadro 3 - Relação de Secretários de Juventude do STTR-Cametá

SECRETÁRIO/A	PERÍODO
Rosielma do Carmo Pantoja	2006 a 2008
Eneas de Oliveira Maciel	2010 a 2014
Eneas de Oliveira Maciel	2014 a 2018

Fonte: Secretária de Juventude do STTR-Cametá, 2016.

Elemento indispensável de análise acerca da tabela acima, é o grau de espaços oficiais que os jovens ocupam historicamente no STTR-Cametá. Embora já tenha-se aludido sobre isso, ressalta-se que a juventude no sindicato tem sido pouco reconhecida no que concerne seu papel e valorização dentro do processo de luta sindical. A valorização juvenil precisa muito avançar neste aspecto. Assim, o sindicato de Cametá, com mais de quarenta anos de existência somente veio a possuir sua primeira secretaria de juventude em 2006.

Também é válido refletir que durante o seu percurso histórico o sindicato passou por muitos períodos, diria-se, totalitários, o que inviabilizou qualquer modo mais participativo dos jovens. Somente é possível denotar maior abertura à participação dos trabalhadores a partir da tomada do sindicato pelos trabalhadores, com a vitória da chapa 02 no ano de 1985, que trazia os ideais do Movimento de Oposição Sindical.

Hodiernamente a realidade juvenil, ao que se refere sua participação e o poder nas decisões, ainda estão muito aquém dos ideais democráticos do processo político sindical. A juventude ainda não tomou as pautas de prioridades. Tudo ainda centra em um espírito do discurso, dos bordões⁵⁴ “a juventude é importante”, “os jovens são o futuro do movimento sindical”. Neste sentido, segundo Eneas Maciel

Dentro de uma direção, de uma entidade que não é tão acostumada com o trabalho da juventude, dificilmente a juventude leva muita vantagem. Nós ainda estamos dentro do grupo das minorias que são juventude, mulheres e terceira idade. Essas três secretarias existem aqui dentro, mas nós somos considerados minorias.

Portanto, segundo Ribeiro (2004, p.19), “[...] hoje a juventude está em alta e a política, em baixa”. Toma-se de modo ilustrativo a expressão provocativa do autor que leva a uma reflexão sobre o vigor juvenil na participação política e sindical. Tomando como ponto de partida Thomas Hobbes, no *Leviatã* (1651), mostra que a relação política, seja ela no interior do sindicato ou em outros espaços, perpassa por um processo de participação e que esta não se dá de modo harmônico, mas em um campo de persuasão, de consentimento. Deste

⁵⁴Expressão comumente repetida por alguém, ou algo, sempre em uma determinada situação.

modo, os jovens não se conformam em se adaptar as estruturas sociais, querem, de fato e de direito, transformá-las.

3.4 STTR-Cametá da gênese ao Movimento de Oposição Sindical (MOPS)

O STTR-Cametá surge em um tempo de necessárias organizações sindicais na região do baixo Tocantins, como já proferido neste trabalho. No município Cametaense, as primeiras ações de organizações sindicais, cultivo mecânico da terra, formação na agricultura familiar e incentivo à produção e economia solidária se dá pelos esforços dos missionários holandeses, padres advindos da Congregação da Missão, os Lazaristas, os quais contribuíram forçosamente para as estruturações das cidades do baixo Tocantins, tanto nos aspectos sociais, quanto na formação e organização política dos trabalhadores (FAVACHO, 1984).

Neste sentido, a organização sindical perpassa por essas linhas de ações incentivadas por estes missionários. A esse exemplo, no município de Cametá, figura conhecida e memorável foi o Padre José Geraldo, responsável ideológico e fomentador da organização produtiva e da gênese de uma organização política na região na década de 1960 e início dos anos 1970. Assim, nas palavras de Manoel Domingos Valente

Me lembro que o padre Geraldinho nos chamou, nós os membros e líderes das primeiras comunidades aqui em Cametá e nos alertou pra gente se organizar em sindicato. Ele falava que a gente era muito parado e que precisava se organizar. Ele nos ajudou com dinheiro e pra muita gente ele doou terras, sementes, materiais para a agricultura. O primeiro encontro de organização do sindicato que aconteceu em baião ele motivou a gente para ir nesse encontro. Quando voltamos ele tornou a nos motivar para fazer o nosso encontro e montar nosso sindicato.⁵⁵

Os missionários Holandeses, em especial, no município de Cametá, Pe. Geraldinho, além de terem uma preocupação com as organizações produtivas e sociais dos núcleos familiares, tinham nos jovens a esperança de um futuro mais organizado no campo. Neste sentido, segundo o depoente, havia um grupo de jovens que eram destinados a aprender tratar da terra e conhecimentos gerais na paróquia. Havia um esforço de capacitar tanto a mexer com as coisas da agricultura quanto com a manutenção de maquinários, isto é, pensava-se, nesse projeto formador, em uma formação ampla: racionalizar a produção e as relações socioeconômicas deste processo.

⁵⁵Entrevista com o sr Manoel domingos valente (Dominginhos), membro das comunidades cristãs, líder sindical e um dos fundadores do PT em Cametá, em fevereiro de 2016.

Diante de uma preocupação voltada para a formação dos agricultores, destaca-se o papel de importantes instituições e organizações pastorais da igreja Católica no processo de conscientização e formação dos trabalhadores do campo para a consolidação sindical. A esse respeito, destaca-se a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) e Prelazia de Cametá.

Na região do Baixo Tocantins, a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) e Prelazia de Cametá realizaram no município de Baião, no ano de 1973 um curso voltado para a capacitação e formação de lideranças sindicais no intuito dos trabalhadores organizarem-se em sindicato. Nesta ocasião foram destinados cinco participantes representantes de Cametá na intenção de formar uma base de discussão e líderes para o sindicato que se pensava fundar (SOUSA, 2002).

Após o evento no município de Baião, ocorreu, no dia 06 de novembro de 1973, no seminário São Vicente de Paulo, atual bairro da aldeia, no município de Cametá, um curso com 26 participantes, o qual teve como finalidade a escolha de lideranças de diversas localidades e a fundação do STTR-Cametá. Neste encontro discutiu-se questões voltadas para a reforma agrária, a importância e necessidade da organização sindical da classe trabalhadora rural.

Foram muitos os desafios elencados pelos participantes em torno da fundação do STTR-Cametá. Um dos mais debatidos foi a condição de remuneração de cada membro do possível sindicato. Isto acabou criando um certo desânimo entre os participantes, chegando ao ponto de alguns a pensarem em desistir de sua criação. De acordo com o José Maria Louzada,

[...] embora a gente tivesse o amor pela causa e isso a gente via na entrega dos companheiros que largavam suas famílias pela luta. Mas, na hora lá se falou na remuneração da presidência. Como era uma coisa que estava iniciando as condições financeiras não motivava muito. Mas mesmo assim as coisas foram se ajeitando.⁵⁶

Esse processo não se dá em um plano harmonioso das relações entre os participantes, instantaneamente revela os típicos conflitos ideológicos inerentes ao processo político da construção sindical. Desta forma,

Há muita desconfiança com relação a entrada do primeiro presidente Orlando de Jesus Rodrigues, pois havia outras pessoas interessadas em assumir, principalmente os membros que participaram do encontro em Baião, como o Pedro Xavier Borges, Ezequiel Pompeu da Cruz e Domingos da Silva Furtado (Curaua), que se consideravam mais aptos para o cargo,

⁵⁶Entrevista com o sr José Maria Louzada, primeiro vereador pelo PT em Cametá, líder comunitário e sindical nas décadas de 1970, 1980 e 1990, em abril de 2016.

nutrindo assim alguma desconfiança com relação a esse contexto (PANTOJA, 2009, p.42).

Com o golpe de 1964 os sindicatos reduziram-se especificamente a políticas assistencialistas e meros mediadores do governo, e com isso a liberdade do protesto, de reivindicar condições mais dignas ao campo e aos trabalhadores rurais reduziram-se a um processo assombroso de imobilidade política.

A década de 1980, mesmo sendo um período de tênues aberturas para a redemocratização no Brasil é marcada por intensos embates no interior dos sindicatos. Tem-se de um lado as direções pelegas, como eram tidas as lideranças sindicais neste momento e de outro sindicalistas que faziam oposição a forma e posicionamento dos dirigentes sindicais.

Neste raiar da redemocratização do Brasil, tem-se situações adversas nos sindicatos. Intensifica-se arenas políticas, críticas às direções hegemônicas e organizações pela tomada do sindicato. Nestes termos, surge a oposição sindical com o propósito da tomada do sindicato voltado para um espaço legítimo das reivindicações da classe trabalhadora do campo. A nível estadual, essas lutas resultaram na tomada da FETAGRI⁵⁷ no ano de 1987, acontecimento que revela uma virada política no movimento sindical paraense. A esse respeito,

Pode-se dizer que durante toda a década de 1980, o Pará esteve envolvido em disputas por direções de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A prova mais precisa de que os STRs como ficaram conhecidos, só conseguiram ter uma completa organização se deu no ano de 1987, quando representantes dessas instituições tomaram a entidade de maior representação no estado, a FETAGRI, em março de 1987, quase no final da década (SACRAMENTO, 2007, p.64).

Registra-se um vultoso ritmo de manifestações sindicais no Pará. Foram numerosas manifestações, de diferentes ordens e exigências, as “bandeiras de lutas” se intensificaram (MATOS, 2003). A este exemplo, nos dias 27, 28 e 29 de outubro do ano de 1980 acontece em Belém o I Encontro de Trabalhadores Rurais do Pará, o qual contou com uma passeata culminando na praça da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. O referido evento trazia como temas centrais, a Reforma Agrária, organização sindical e dignidade à vida no campo (PANTOJA, 2009). A participação juvenil no referido evento se dá de modo importante, tendo destaque a delegação cametaense nos debates realizados durante o mencionado evento. Nestes termos, segue a imagem dos participantes cametaenses no supramencionado evento.

⁵⁷Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará-Amapá.

Imagem 11 - I Encontro dos Trabalhadores Rurais do Pará: 27 a 29/10/1980 em Belém do Pará.



Fonte: Arquivos do STTR-Cametá.

Ganhava, neste momento, uma nova reconfiguração reivindicativa os sindicatos. A característica antes assistencialista, burocrática e administrativa dava lugar a efervescências políticas por meio de reivindicações. A semântica de um novo sindicalismo toma conta dos ânimos de muitas lideranças. Com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no ano de 1983, “o novo sindicalismo” se tonifica e ganha as ruas em todo país.

A oposição sindical, surgida a partir da década de 1970 e início dos anos 1980, ganha força com elementares transformações por todo Brasil. Este movimento se dá de modo peculiar em cada região. Nestes termos, distante de discutir as diferenças regionais da Oposição Sindical, aponta-se as análises realizadas por Assis (2007), que apresenta importantes elementos para o fortalecimento deste movimento, os quais vão dos debates políticos inerentes à constituinte, fortalecimento da democracia; as transformações já mencionadas no aspecto ideológico e prático da pastoral da Igreja Católica Progressista e os embates acerca dos retrocessos sociais e políticos do período da ditadura civil-militar.

Por meio de o Movimento Oposição Sindical (MOPS), o STTR-Cametá iniciou, em meados da década de 1980, com o apoio da Prelazia de Cametá, sua organização e estabelecimento de uma frente reivindicativa que, de fato, fizesse oposição ao poder público por melhores condições de vida no meio rural e a tomada da direção sindical pelos trabalhadores rurais, que estava sob o domínio de pessoas ligadas aos governos vigentes. Segundo Luiz Gonzaga da Cruz (Zé Capina)

Tomar o sindicato da mão dos pelegos não foi tarefa fácil. Eles tinham o apoio dos políticos que mandavam e desmandavam aqui em Cametá. Tinha

um pessoal do Gerson Peres, meu irmão... Fizemos muitos movimentos nas comunidades. Organizamos os encontros e montamos uma oposição forte, mas eles tinham muito jeito de quebrar a gente. Me sinto feliz em fazer parte de uma história que teve como resultado a nossa vitória. Dava gosto de ver! Quando a gente ganhou, isso trouxe uma esperança pra gente, porque sentar na mesa com os que mandavam e desmandavam era o nosso maior desgosto contra os que estavam lá⁵⁸.

O movimento de oposição sindical contou com uma significativa participação da juventude nos eventos e articulações nas comunidades. Esse espírito de renovação e esperança para o sindicalismo na região assolou os mais diversos jovens de diferentes grupos. Neste sentido, em um dos encontros de formação foi criado um personagem que iria marcar a história do STTR-Cametá e a de Luiz Gonzaga da Cruz, um dos mais ilustres membros do sindicalismo cametaense: o Zé Capina. A esse respeito, o próprio líder sindical relata:

No início da década de 1980 nós começamos a fazer oposição, porque eles não se posicionavam a gosto dos trabalhadores. Nós começamos a se organizar nas comunidades, buscando a juventude, que teve um papel muito grande nessa corrida pela tomada do nosso sindicato. Inclusive nessa época tinha um amigo nosso, O Paulo Damasceno – jovem de garra. Nesse momento a gente tava articulando pra que a juventude tomasse o sindicato. A gente queria ver a juventude na frente do negócio. Era Paulo, era Caquinho, era uma turma de companheiros jovens. Eles tinham de 15, 16, 18 até uns 25 anos, até mais que isso. Fizemos naquela época um grupo de jovem aqui na estrada que era muito forte. Dava gosto de ver, sabe. E isso deu marcha pra que a gente incluísse a juventude na organização. [...] fizemos um grupo folclórico, isso com a ajuda da CPT. O Raul deu essa ideia, ele era nosso assessor. Antes tinha um pessoal que nos ajudaram na organização da tomada do sindicato, que era a FASE. Tinha uma advogada, chamada Dra. Vera, mais outro companheiro que não lembro o nome. Eles eram da FASE. Eles foram muito prestativos nessa época. Depois teve um confronto entre a Prelazia com a FASE. Eles foram deposto daqui, por questões particulares que não vou esclarecer que eu não sei bem o motivo. Nós, os trabalhadores, sentimos isso, porque eles nos organizavam bem aqui. Daí ficou só a CPT e Prelazia, que nos ajudaram a formar a chapa de oposição, era a chapa 02. Daí a gente fez a formação do pessoal. Era reuniões, cursos.. Eles deram muito apoio. O companheiro Raul Couto foi um camarada muito prestativo aqui. Na época ele era da CPT, depois ele foi pra FASE. Foi o Raul Couto que deu a ideia que a gente criasse o Grupo Folclórico Zé Capina (“Pinga fogo!”). Era tipo uma banda, a gente animava as festas e os movimentos. A juventude que participava no pinga fogo era do clube de jovem. Essa juventude tava junto. Nesse encontro lá no seminário, o Raul escreveu um desenho na parede o que representasse nossa luta. Quando a gente viu, o Raul escreveu um trabalhador rural no quadro, com a boca torta e escreveu as letras “ZP”. Na hora, como ele era o assessor, ele pensou em um nome de impacto pra montagem da chapa. Daí ficou: “Chapa 2, lavradores em ação – Zé Capina”. Daí o Raul perguntou quem era o Zé Capina? Como deveria ser esse Zé Capina? Então, eu falei: olha tem que ser um homem desembaraçado, pra cima. Com a inchada no ombro e paneiro na

⁵⁸Entrevista com o sr Luiz Gonzaga da Cruz (Zé Capina), liderança sindical, do partido dos trabalhadores (PT). Ex-presidente do sindicato (1997-2000) e Vereador pelo PT (2001-2005), em maio de 2015.

costa. Então a gente definiu o papel do personagem. Seria um homem da roça, que soubesse tudo sobre o sindicato, que tirasse as dúvidas, que falasse das lutas, mas que era muito engraçado, que era pra alegrar as pessoas. Isso deu muito certo, porque daí a gente não parou mais, até por Belém a gente foi apresentar a peça do Zé Capina. Num dia no menino Deus a gente fez uma votação para escolher quem ia ser o Zé Capina. Eu queria que fosse o Chicão, porque era ele que fazia as músicas e animava os encontros. Então pra mim era a pessoa mais inteligente, ele e o Manoel Maria pra escrever. Mas o Chicão era quase analfabeto, mas ele escrevia do jeito dele, falava muito bem, tinha o poder com as palavras... Era uma das pessoas mais inteligente que a gente tinha no movimento. Eu mesmo dei uma proposta pra ser uma das três pessoas: o Chicão, Meracomba e Espalha brasa. Eram pessoas alegres. Mas o que eles fizeram, votaram em mim. Tentei me sair, mas eles votaram em mim. Esse encontro no menino Deus, tinha mais de 60 pessoas. Isso era pra organizar a campanha. Então eu falei que tava tudo bem já que sou eu o Zé Capina, eu quero usar uma máscara por causa da ditadura. Nessa época já tava pipocando os conflitos no Anilzinho. Com isso o chicão preparou as músicas. Eu entrava e falava: *“Escute meus companheiros, que zé capina vai falar. Eu concorri a chapa da oposição sindical. Quem for lavrador me siga, que agora o pau vai torar!”*. E em seguida a gente cantava: *“Escute meus companheiros, que zé capina vai falar. Eu concorri a chapa da oposição sindical. Quem for lavrador me siga, que agora o pau vai torar! Zé capina pegou a inchada, pra sua mulher falou: agora vocês vão ver a força do lavrador. É lá na boca da urna, que o povo tem seu valor. Quem for lavrador me siga, que agora o pau vai torar”*⁵⁹.

Vê-se que o processo de tomada do sindicato revela um momento de grandes avanços na consciência dos trabalhadores, o que na visão marxiana, chama-se de classe para si (MARX, 1982a.), o entendimento dos trabalhadores de que era necessário tomar a direção sindical para discutir e reivindicar seus direitos. Esse processo se dá em um campo de disputas pela hegemonia, onde tem nos representantes das comunidades, núcleos de base, dentre outros meios coletivos a formação dessa identidade sindical voltada para a autonomia política e social.

Neste sentido, o Relatório do X Encontro de Lavradores⁶⁰, ocorrido nos dias 24 a 28 de abril de 1990, no município de Cametá, no Seminário São Vicente de Paulo, bairro da Aldeia, traz como destaque a trajetória histórica do Movimento da Oposição Sindical na região. Desta forma, o líder sindical Nilton Lopes de Farias, o *Saci*, do município de Baião, trouxe aos participantes a memória e importância destas conquistas, destacando as razões primeiras do debate da oposição sindical. Assim,

⁵⁹Idem, ibidem.

⁶⁰O referido encontro foi organizado pelos setores: Agricultura e CPT da Prelazia de Cametá, no Seminário São Vicente de Paulo, no bairro da Aldeia, município de Cametá, que trazia como objetivo discutir a organização e mobilização do sindicato diante dos desafios, bem como a importância das tomadas dos sindicatos pelos trabalhadores.

[...] o 1º encontro se realizou em 1978 com o objetivo de discutir os problemas dos lavradores a nível de Região; nesse encontro surgiu a motivação para criar oposições sindicais em toda a Região e travar uma luta de tomada dos sindicatos dos pelegos e construir um sindicato mais autêntico. Hoje, 12 anos depois todos os sindicatos estão sendo dirigidos pelos próprios trabalhadores⁶¹

O processo de reconfiguração do STTR-Cametá, contou com o apoio da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) e Prelazia de Cametá, as quais ajudaram a fortalecer o movimento de Oposição Sindical em Cametá. Esta parceria se registra em outras regiões do Pará, a exemplo a do município de Moju, destacada na obra de Elias Sacramento (2007, p.70), intitulada de “As almas da Terra: a violência no campo paraense”, ao tratar do contexto dos conflitos agrários e mortes de líderes sindicais naquele município.

O presente processo que, ora se iniciava com a relutância de uns poucos, representa o nascimento de lutas intensas presentes nas relações de poder, onde na manutenção do processo hegemônico (GRAMSCI, 1999), a classe dominante, detentora dos meios de produções, vê-se na condição de combater as manifestações contrahegônicas da classe trabalhadora (WILLIAMS, 1979, p.113).

A evolução de um sindicato autônomo e desvencilhado do Estado se dá de forma dialética, onde as contradições inerentes ao percurso histórico materializam contextos que requerem cuidados ao avaliar seus condicionantes, os quais ora se apresentam de cunho assistencialista, pacífico; mais ditatorial, sem aberturas para críticas e reivindicações; e, ora, mais democrático, participativo, a exemplo dos tempos seguintes ao ano de 1985, ano da posse da chapa eleita pelos próprios trabalhadores rurais.

Desta forma, depreende-se que a juventude tem papel fundamental na retomada do sindicato pelos trabalhadores. É no vigor destes sujeitos e da força coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras que o sindicato em Cametá ganha maior dinâmica e poder de reação mediante os aspectos dominantes das elites locais que controlavam as ações no referido sindicato. Isto se confirma nas assertivas do Relatório do VI Encontro dos Trabalhadores da Região Tocantina, realizado em Cametá nos dias 20 a 24 de abril de 1983:

VI Encontro de lavradores de lavradores já de 1983, 170 participantes:
- Encontro dos pescadores, participação direta de solidariedade aos desapropriados de Tucuruí; avanço da oposição sindical dentro do sindicato (Cametá); Educação Sindical; Assembleia sindical bimestrais ordinárias; 1º de maio em Igarapé-miri; Clubes de mães; movimento de feira (Cametá); **participação mais ativa dos jovens nos encontros e movimentos políticos** (Grifos nossos)⁶².

⁶¹Relatório da Prelazia de Cametá do X Encontro de Lavradores de 30 de abril de 1990.

⁶²Boletim informativo nº 1, ano 1990, Sindicato dos Trabalhadores de Cametá-PA.

Portanto, O Movimento de Oposição Sindical, representa para história do STTR-Cametá um momento de divisor de águas, onde a Juventude se desponta com maior sinergia e há uma maior dinamização dos debates acerca das realidades vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Consiste em um momento de profundas reflexões sobre o poder mobilizador dos Trabalhadores, o interesse em lutar, a percepção de uma necessária luta conjunta e organizada por estes sujeitos.

CAPÍTULO 4: SINDICATO E JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE

O presente capítulo aborda importante debate acerca do contexto histórico da Política Nacional de Juventude. Discute, também, os desdobramentos da Educação do Campo e suas Políticas Públicas. Ademais, traz reflexões sobre as perspectivas atuais das juventudes do campo, além, de realizar um resgate do contexto da 1º Conferencia Municipal de Juventude no Município de Cametá, no ano de 2015.

4.1 Juventude e o Contexto Nacional das Políticas públicas para Juventude

O debate acerca de Políticas Públicas para juventude (PPJ) no Brasil, consiste em primorosa temática deste trabalho, pois traz reflexões que envolvem tensionamentos constantes entre sociedade civil, Movimentos Sociais e Estado. No caso específico da Juventude, a construção e o percurso histórico desta relação, diria-se que tem se revelado como um fenômeno tardio. Tem-se como marco e elemento impulsionador, a nível internacional, a proclamação de 1985 com o *Ano Internacional da juventude: Participação e Paz*, mobilizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o Congresso Mundial Sobre a Juventude, realizada em Barcelona entre 8 a 15 de junho de 1985, a qual teve como elemento resultante deste evento a produção da *Declaração de Barcelona* (FREIRE, 2009).

Ressalta-se o contexto em que se dá este debate, momento de crise do sistema capitalista de produção na década de 1980, o qual deflagra numerosas ações em prol de um remodelamento nos modos de relação produtiva, ajustes em várias dimensões, dentre elas, o campo da educação, que exige os novos sujeitos do trabalho para novas demandas produtivas - necessitava-se reconfigurar para adequar-se as novas demandas neoliberais, isto é, as bases e movimentos voltados para o debate sobre a juventude nesse processo, também, tem seu axioma nas exigências produtivas capitalistas. Para a autora, neste sentido,

Políticas públicas consistem em processos decisórios perpassados pela formulação, implementação e avaliação de ações, programas ou projetos focados no atendimento de demandas sociais que concretizem a ação do Estado. Portanto, as políticas públicas expressam a opção do Estado na definição das prioridades da ação governamental, no que fazer e investir recursos. (FREIRE, 2009, p. 28).

Aprofundando-se neste debate, a autora traz as reflexões de Souza (2006), o qual afirma que não há uma definição cabal e definida sobre o que seja Políticas Públicas, o que pode ser definida como uma área do conhecimento que se objetiva dar movimento ao estado, partindo dos interesses de grupos e/ou classes sociais, analisar o campo de suas ações e o

estabelecimento de mudanças nas ações operadas. Acrescenta a autora que as Políticas Públicas, especialmente a política social, em perspectivas teóricas e conceituais, se dá em um campo interdisciplinar, focado nas explicações sobre a materialidade e natureza de seus processos (FREIRE, 2009).

O debate da PPJ, perpassa por uma caracterização específica, isto é, são políticas que diferenciam-se de outras dimensões de Políticas Públicas, devido seu recorte etário, social, orientadas por necessidades específicas, a exemplo, os riscos sociais, questões com as drogas, esporte e lazer, dentre outros. Obviamente que existem políticas públicas mais abrangentes, que também incluem as juventudes, a exemplo das políticas de seguridades sociais, dentre outras. Nas delineações da autora, as PPJ consistem largamente em Políticas setoriais ou políticas focalizadas.

O contexto das lutas por PPJ no Campo advém das organizações e ações dos Movimentos Sociais, de organismos Religiosos e da sociedade civil. No caso, o MST, CONTAG, FETAGRI e Pastora da Juventude Rural (PJR), “[...] incorporaram o debate e as demandas por políticas públicas da juventude nas suas agendas, pautas reivindicatórias, estruturas de organização e mobilização social (FREIRE, 2009, p. 29). Estes organismos tiveram papel importante na formação das juventudes, por meio de experiências no campo educacional e produtivo, tais como, no caso específico do município de Cametá, a CFR, APAAC, Prelazia de Cametá, CPT, FASE e STTR-Cametá.

Na década de 1990 há uma intensidade nos debates acerca das PPJ com a chamada “onda jovem”, fenômeno que restabelece as pautas das juventudes em evidência. Mobilizada pelos setores da sociedade, acaba forçando os Estados a recolocarem os jovens em suas agendas de discussões. Esse instante histórico, traz a importância do debate a nível internacional e especificamente no contexto da América Latina e Caribe, pois para a autora, há uma necessidade de renovação nos debates acerca das juventudes. O reconhecimento de que se vive em um planeta consideravelmente jovem (dados apresentados anteriormente), não são suficientes, é necessário reconhecê-los como agentes de transformação social e recolocar suas especificidades em planos e debates – precisa-se superar a visão estatística e quantitativa, de forma a perscrutar os submundos dos jovens, em um contexto qualitativo, reflexivo e político.

Ao traçar um análise sobre Políticas Públicas é necessário compreender o contexto do Estado, como se dá as concepções adjacentes a essas políticas. Neste sentido, compreende-se, partindo da concepção adotada pela autora, a qual se coaduna com o que se pensou para o mencionado estudo, que a

[...] natureza do Estado é aqui compreendida, alinhada com o enfoque de Offe (1984), como agente ativo da produção econômica, instrumento regulador da ordem econômica e das relações sociais, aliada a necessária condição de garantia de direitos dos cidadãos e de manutenção do sistema de defesa nacional. (FREIRE, 2009, p. 93).

No Brasil, a inclusão da juventude na agenda do Estado em suas políticas públicas, tem-se suas primeiras ações no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o Guia de Políticas Públicas das juventudes (2006), no ano de 2006 haviam 19 Programas em execução pelo Governo Federal, através de seus diferentes Ministérios. Destes, somente três eram voltados para a juventude, a saber: Programa Nossa Primeira Terra, Programa PRONAF Jovem e o Programa Saberes da Terra. Em análise do presente documento a autora, traça sua crítica da seguinte forma,

[...] constata-se que ao jovem do campo estão reservadas menos oportunidades em termos quantitativos de oferta de Programas, aliado a ênfase de tais Programas a processos de escolarização, qualificação profissional e concessão de crédito rural, não beneficiando a juventude do campo com ações expressivas de cultural, esporte e lazer, por exemplo, elementos constitutivos de seu cotidiano e aspirações (FREIRE, 2009, pp. 183-184).

No bojo dessas discussões, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT), promoveu no ano de 2004 a Conferência Nacional de Juventude (CNJ), organização que teve como Grupo Temático a Juventude do Campo, com a presença dos Movimentos Sociais do Campo e dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura e Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Segundo a autora,

A centralidade do debate pautado pela juventude camponesa na Conferência foi a defesa de um novo modelo de desenvolvimento rural baseado na inclusão social, na garantia de direitos, com ênfase à educação, ao lazer, esporte e cultura, na perspectiva de constituir o campo como uma opção de vida, um lugar bom de viver e não como imposição pela falta de opção para os jovens do campo (FREIRE, 2009, p. 185).

Para a autora problemas históricos não foram superados nos debates da CNJ, os quais ainda situam-se à quem de um contexto de reconhecimento destes sujeitos, de modo a levar em consideração suas culturas e identidades. Evidencia-se as dimensões que ainda precisam ser percorridas pelos Movimentos Sociais e sociedade civil em prol de Políticas Públicas condizentes aos jovens do campo e suas complexas realidades.

Acerca do Plano Nacional de Juventude (PNJ), foram realizadas inúmeras audiências Públicas e Seminários para debater propostas pela sociedade Civil e Movimentos Sociais. No

caso do estado do Pará, ocorreu em junho de 2006, organizado pelo Programa Pró-Paz, do Governo do Estado e com a Câmara Federal. Este evento teve grande participação dos representantes da sociedade.

Lamentavelmente, o referido PNJ manteve inalterado o seu texto, desconsiderando as 115 propostas amplamente debatidas e elaboradas pela sociedade e Movimentos sociais do Campo.

Esses entraves e desafios sociopolíticos e históricos configuram a luta pela superação de uma concepção que se tem sobre o jovem do Campo, o homem do Campo como sendo sujeitos relegados a um espaço dos menos escolarizados, dos mais pobres, dos que não tiveram sucesso na vida. Na realidade do homem amazônida esta tônica é mais presente e crônica em sua totalidade, a qual requer maiores atenções dos poderes públicos, de modo a fortalecer suas condições de vida como a Agricultura Familiar, educação do/no Campo.

Outro ponto a destacar nesta reflexão é a agenda de políticas públicas⁶³ de juventude no Brasil nos últimos anos. Nota-se mudanças importantes nas perspectivas discutidas pela sociedade, organizações sociais e estado. Na década de 1990 tinha-se como foco o controle e prevenção da violência: o período de 1995 a 2002, as ações do estado estavam voltadas para *o protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social*. A realidade da extrema pobreza era intensa. Tinha-se, aí, um contexto muito superficial das ações do estado, o qual concebia as juventudes muito no campo de prevenir, dar-lhes assistências pontuais. Neste instante, os debates voltados para as PPJ não configuravam-se em ações efetivas, não se discutia marcos legais para estes sujeitos. A juventude do Campo neste processo estavam à quem das mínimas ações que o governo de FHC realizava em caráter compensatórios. Elas simplesmente estavam invisíveis para o estado, seguindo repetida e histórica visão de que o homem do Campo pouco precisa para viver. Nestes termos,

A trajetória das políticas de juventude em nível federal foi marcada pela fragilidade institucional, desarticulação das ações e superposição de programas/projetos em termos de objetivos, clientela e área de abrangência; dispersando esforços e pulverizando recursos públicos, sem produzir os resultados necessários para o enfrentamento da problemática que se manifestava, por exemplo, nos baixos indicadores de emprego juvenil e agudização de processos de precarização social. (FREIRE, 2009, p. 131).

⁶³Tem-se a concepção de agenda de Políticas Públicas partindo das leituras de Kingdon (1995; 2006), o qual trabalha dois principais processos pré-decisórios: o estabelecimento da agenda e a especificação de alternativas. Considera a existência de três dinâmicas de processos que influem na formulação da política pública: a dos problemas, a das políticas públicas e a da política. A junção destas três dinâmicas abre a “janela de oportunidades” que permite que um tema se consolide definitivamente na agenda de decisão. (ROCHA, 2014, p.3).

Em se tratando especificamente dos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), foram colocadas muitas expectativas sobre seus mandatos, uma vez que este, em campanha havia firmado compromisso pela construção dos debates para uma Política Nacional de Juventude, bem como defendia o diálogo constante com os organismos sociais defensores desta “bandeira de luta”. Inicialmente seu mandato não cumpriu as expectativas depositadas pelos organismos sociais envolvidos nos debates acerca da Juventude, que já vinham debatendo o tema, de modo sistemático e organizadamente, desde a década de 1990. Nestes termos, sua primeira ação foi a institucionalização do Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), pela Lei nº 10.748 de 22 de outubro de 2003.

O referido Programa em seu primeiro artigo, traz como destaque a promoção e inserção dos jovens no mercado de trabalho, dentre outros elementos. Segundo Freire (2009, pp. 134-135), o Programa apresentava muitas limitações, pois “[...] emerge num contexto em que não havia uma clara formulação e definição de uma política de juventude, ficando o Programa ainda muito centrado no Sistema Público de Emprego e Renda(SPE) e na modalidade subvenção econômica, como analisou Cardoso Júnior”.

Os movimentos e organizações sociais, bem como pesquisadores e demais agentes que debatiam uma Política Nacional para Juventude, apresentavam em seus debates dois pontos centrais. O primeiro consistia na *garantia de direitos dos jovens* e o segundo a *formulação, efetivação e monitoramento das políticas públicas*. Daí decorre-se a formação do Grupo Interministerial de Trabalho (GIT). O referido Grupo foi solicitação direta do Presidente da República no ano de 2004, ficando sua coordenação sob as responsabilidades do Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República. Em uma empreitada que durou sete meses, O GIT envolveu 20 Ministérios e diversas ações e trabalhos técnicos para o levantamento de um diagnóstico sobre a Juventude. Neste trabalho identificaram-se 45 Programas Federais voltados para a juventude; 131 ações ligadas ao Governo Federal; 19 ações específicas e estruturas do Governo Federal na realização das referidas ações, compreendidas entre Ministérios e Secretarias Nacionais. (FREIRE, 2009). A seguir apresenta-se quadro das recomendações geradas no referido Relatório.

Quadro 4 – Conjunto de Recomendações do Grupo Interministerial de Trabalho (GT)

N	Recomendações
1	A necessária consolidação de uma Política Nacional de Juventude dialogada com a sociedade civil
2	Definição de um arranjo institucional capaz de coordenar as ações governamentais.

3	Instauração de instâncias de diálogo permanente com os segmentos organizados da sociedade e da juventude
4	Estabelecimento de mecanismos de formulação e execução de políticas públicas (planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação).
5	Mapeamento dos equipamentos de atendimentos aos jovens existentes no país na perspectiva da integração das ações desenvolvidas e desconcentração territorial da oferta.
6	Priorizar na reformulação da política de EJA os jovens fora do sistema de ensino.
7	Criar portal de informações sobre juventude
8	Fomentar e fortalecer iniciativas que valorizem as diferenças, combatendo assim todas as formas de discriminação.
9	Estimular e assegurar mecanismo que promovam o protagonismo juvenil na sua comunidade, referenciado em valores de paz e solidariedade.

Fonte: FREIRE (2009, pp. 134-135). **Elaborado pelo autor.**

Partindo das recomendações do referido GT, o Governo Federal assumiu nove desafios voltados para a construção de uma Política Nacional de Juventude, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 5 – Desafios assumidos pelo Governo Federal para formulação da PNJ

N	Recomendações
1	Ampliar o Acesso e a Permanência na Escola de Qualidade.
2	Erradicar o Analfabetismo entre os Jovens.
3	Preparar para o Mundo do Trabalho.
4	Gerar Trabalho e Renda.
5	Promover Vida Saudável.
6	Democratizar o Acesso ao Esporte, ao Lazer à Cultura e à Tecnologia da Informação.
7	Promover os Direitos Humanos e as Políticas Afirmativas.
8	Estimular a Cidadania e a Participação Social.
9	Melhorar a Qualidade de Vida dos Jovens no Meio Rural e nas Comunidades Tradicionais.

Fonte: FREIRE (2009, p. 35). **Elaborado pelo autor.**

O diagnóstico do GIT foi de grande importância para os organismos sociais envolvidos no presente debate. As demandas direcionaram para a necessidade de formulações/institucionalizações de novos Programas e a reformulação dos Programas que já existiam. Isto aponta para o que os movimentos e demais organismos sociais criticavam nas ações do Estado concernente as juventudes, o que para Freire (2009, p. 135), a “[...]”

perspectiva era superar a repetição de padrão que o Governo se encontrava, considerando que não foi capaz de no início superar as marcas dos governos anteriores no que se refere às políticas de juventude: ausências, inconsistências, fragmentações, descontinuidades”.

Neste bojo de ações e articulações entre Governo Federal e Organismos Sociais por uma Política Nacional de Juventude, foram formulados o Programa Nacional de Inclusão Do Jovem (PROJOVEM) e o programa Escola de Fábrica. Destaca-se, nesse processo um avanço histórico, o qual tem na criação da Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, a instituição do PROJOVEM; criação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE)⁶⁴, com a Lei nº 11.129/2005; e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) (FREIRE, 2009).

Em análise de Abramo (2007), a autora elenca pontos acerca da CONJUVE, que vai da necessidade de uma maior qualificação dos debates e participantes, da construção de um canal de fato democrático e não um Conselho apenas em formulação com o Governo Federal, que é preciso envolver mais os segmentos que defendem uma Política Nacional para Juventude em suas mais amplas dimensões políticas, culturais e sociais, dentre outros pontos. Ademais, o CONJUVE,

[...] não se constitui numa instância de representação juvenil, papel esse que deve ser protagonizado por organizações, setores, redes e movimentos juvenis. O compromisso do Conselho é assegurar ampliação de espaços de participação social que potencializem a emancipação dos jovens, num contexto de clivagens econômicas e sociais acentuadas no país (FREIRE, 2009, p. 137).

Em análise do Governo de Lula, o fundamento da inclusão, da equidade e igualdade de direitos e da justiça social, tiveram importante destaque. Nota-se uma concreta entrada dos jovens na agenda de importantes políticas. Nestes termos, tem-se o fomento de políticas de educação de jovens e adultos, fortalecimento da educação profissional, reestruturação do Ensino Médio e a vinculação de programas estruturantes pelo Ministério da Educação, como por exemplo o Brasil Alfabetizado, ProUNI e ProEJA.

A 1ª Conferência Nacional de Políticas públicas de Juventude em 2008, convocada por meio do Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial da União em 06 de setembro de 2007, se dá no objetivo de *contribuir para a construção e o fortalecimento da Política Nacional de Juventude*. Centrou-se em três temas, a saber: *1. Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; 2. Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude; e 3. Desafios e prioridades para as Políticas Públicas de Juventude*. Os

⁶⁴Tem como finalidade “[...] formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de Políticas Públicas de Juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. (FREIRE, 2009, p.136).

debates a nível nacional em seu processo preparatório tiveram um documento-base (2007) e quatorze Cadernos temáticos, os quais trataram: 1) *Família*, 2) *Educação*, 3) *Cidades e Territórios*, 4) *Trabalho*, 5) *Tempo Livre*, 6) *Cultura*, 7) *Drogas*, 8) *Meio Ambiente*, 9) *Sexualidade*, 10) *Diversidade*, 11) *Participação*, 12) *Mídia*, 13) *Liberdades democráticas*, 14) *Cidadania GLBT* (FREIRE, 2009).

Acerca dos cadernos temáticos, estes ainda trouxeram as marcas históricas da invisibilidade dos jovens, apresentavam-se sem consistência nos debates esperados e nos avanços amplamente discutidos pela sociedade organizada. Obviamente que significa um avanço a nível histórico e que, embora com certos limites, os processos de organização tiveram uma ampla mobilização nacional, contando com mais de 400.000 jovens nessa etapa. Reforçando isto, tem-se nos dias 27 a 30 de abril de 2008, mais de 2.000 delegados, os quais elegeram as prioridades da Conferencia Nacional.

A 1º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, trouxeram importantes resultados, embora, se reconheça que muitos avanços precisavam acontecer. Nestes termos, o CONJUVE trouxe como proposta a implementação do *Pacto pela Juventude: o Brasil precisa, a juventude quer*. O referido Pacto foi entregue ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 2008, com o intuito de fortalecer em todo o território nacional os debates e as reflexões sobre a importância de Políticas Públicas para as Juventudes, de modo que tanto a Presidência da República, os Governadores dos estados e prefeitos, bem como todos os governantes e sociedade organizada pudessem firmar compromissos com as juventudes em suas mais diversas realidades (FREIRE, 2009, p. 144). A autora, partindo de Relatório da CONJUVE, aponta como Balanço final do *Pacto pela Juventude*, os seguintes resultados

[...] 1) a institucionalização do Projeto Praça da Juventude pelo Ministério do Esporte; 2) instituição da Comissão Intersetorial referente à agenda de trabalho decente para a juventude; 3) institucionalização do Programa Juventude e Meio-ambiente; 4) ampliação da gratuidade e do número de vagas em cursos técnicos de formação inicial e continuada nas instituições do Sistema S (SENAI, SESC, SESI e SENAC). Foi destacado ainda, no que se refere aos Estados: 1) a criação do Conselho e da Coordenadoria Estadual de Juventude no estado da Bahia, bem como o lançamento do Programa “Trilha”; 2) Criação do Conselho Estadual de Juventude e lançamento do Plano Estadual de Juventude no estado de Pernambuco (Ibidem, p. 144).

Sobre o referido Pacto a autora levanta relevantes críticas realizadas por diversos autores como Tommasi (2008), que aponta este evento como uma ação midiática e ineficiente em sua essência, pois “[...] reproduz uma visão salvacionista da questão da juventude e da problemática social, que é mais estruturante (FREIRE, 2009, p. 144)”. Ademais, a

compreensão de Pacto traz à tona a ideia de contrato, diretamente relacionada a teoria contratualista, fundamentada em uma relação de obrigações recíprocas entre Estado e Sociedade Civil, perspectiva pela qual o Estado assume o papel de mero mediador.

Tem-se importantes elementos a destacar acerca das lutas dos Movimentos Sociais e demais organizações por uma Política Nacional de Juventude. Neste sentido, dá-se destaque as conquistas feitas por uma geração de brasileiros e que é fruto de toda “uma travessia” – no dizer da autora -, sócio-histórica e sociopolítica das juventudes. Nestes termos, tem-se três fundamentais conquistas que merecem destaque e que constituem a Política Nacional de Juventude: 1. *A proposta de Emenda Constitucional 138/2003 (PEC/138)*, conhecida como a PEC da Juventude, que dar reconhecimento ao jovem como sujeito de direitos no Brasil; *Estatuto da Juventude*, elaborado pela CEJUVENT através da PL 4.529/2004, apresentado em novembro de 2004 e constituída naquele mesmo ano; e 3. *Plano Nacional de Juventude (PNJ)*, o qual propõe metas em um período de dez anos.

Depreende-se que os jovens Brasileiros foram colocados na agenda do Governo Federal em um momento agudo das contradições sociais no âmbito das desigualdades econômicas e sociais. Para a autora,

[...] no Brasil as políticas de juventude foram marcadas pela diversificação de ações, falta de concepções estratégicas que norteassem a hierarquização de prioridades, possibilitasse organicidade e ação institucional duradoura que compatibilizasse e potencializasse convergências entre os interesses, responsabilidades e atribuições entre os organismos do Estado e a sociedade civil. (FREIRE, 2009, p.163).

O contexto neoliberal trouxe dois pontos centrais de debates acerca das juventudes: a primeira a juventude como problema social e a segunda como os solucionadores dos problemas do capital, do modo de produção. Nesta análise é que se tem inúmeras visões distorcidas e dissonantes de Políticas para Juventudes, as quais tem como cerne a holística da preparação para o mercado, para a constituição de sujeitos pré-moldados no modelo de relação capitalista de produção.

Contudo, a agenda de políticas públicas no Brasil é muito recente, teve seu auge na década anterior (2000-2010) e tem se fortalecido na década presente, mesmo diante de um Estado em colapso moral, político, jurídico e econômico e com fortes sintomas de uma recessão. A década anterior, no caso o período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, demarcam o momento de um pressuposto reconhecimento da Juventude como sujeitos de direitos e a perspectiva de garantia de exercício da cidadania. Ademais, a educação teve grande destaque no bojo das Políticas Públicas para a Juventude, pois, segundo Freire (2009,

p164), mais da metade dos referidos Programas direcionaram-se à educação. Nestes termos, “[...] Educação e qualificação profissional para a inserção no mercado de trabalho e/ou geração de renda hegemonomizam, tendo a cultura e o esporte dois outros elementos constitutivos dessa política”.

4.2 Políticas Públicas Para Juventude: debates sobre a 1º Conferência Municipal de Juventude de Cametá-PA

Os debates acerca de Políticas Públicas para Juventude no município de Cametá, é revelado de modo tardio, desarticulado e sem avanços significativos neste sentido, embora se observe diversas organizações de coletivos/grupos/nucleações juvenis territorializadas nas praças, galpões de Capoeira, samba-de-cacete, salões de igrejas, terrenos de quadrilhas-juninas, dentre outros. Contudo, no ano de 2015 foi realizada a 1º Conferência Municipal de Juventude de Cametá (1º CMJC), a qual, em perspectivas da história social do presente município, pode ser compreendida como um avanço, um ponto de partida ou um evento midiático partidário, materializado nas críticas de participantes da referida conferência e entrevistados deste estudo. A seguir, tem-se o cartaz-convite da mencionada conferência.

Imagem 12– Cartaz-Convite da 1º CMJC



Fonte: PMC, 2015

A 1º CMJC, ocorreu dia 04 de setembro de 2015, no auditório do Campus Universitário do Tocantins/CUNTINS, entre as 9h às 19:30hmin. Trouxe como tema: *Juventude Cametaense rumo à conquista de seus direitos*. Contou com a presença de

autoridades municipais, tais como: prefeito Municipal, Iracy de Freitas Nunes, presidente da Câmara Municipal de Cametá, vereador Francisco de Assis, Secretário de Educação, Professor Dr. Gilmar Pereira da Silva, Secretário Municipal de Assistência Social, Raimundo Martins Epifânio, Poder Legislativo, Vereador Dael, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Itamar Batista, Pastor da Igreja Quadrangular, *Helinho*, Padre da Igreja Católica Apostólica Romana e representante da Diocese de Cametá, Anselmo Rodrigues, Secretário de Juventude do STT-Cametá, Eneias, Procurador do Município, advogado Marcos Soares, Unidade Regional de Educação do Estado do Pará (2º URE-Cametá), Professor Augusto, Universidade Leonardo Davinci, Professor Fortunato e Representante do Movimento Alternativo de Cametá/ MAC, Deni Mário.

A primeira CMJC foi apresentada como um momento de amplo processo de debates e levantamentos de pautas dos diversos segmentos das juventudes Cametaenses, além de discutir quais representantes do município iriam para a Conferência Estadual de Juventude, a qual ocorreu nos dias 29 e 30 de setembro de 2015.

Em seu primeiro momento, o evento contou com uma palestra magna, a qual teve como objetivo estabelecer maior reflexão e orientação para os diversos debates subsequentes da Conferência, desenvolvidos nos Grupos de Trabalhos. A referida palestra foi realizada pelo Professor Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues, Coordenador do Campus Universitário do Tocantins/CUNTINS/UFGA, com a temática *Juventude Cametaense*. Foi apresentado pelo mencionado facilitador algumas problemáticas concernentes as juventudes Cametaenses, dentre elas: 1. O que verdadeiramente a juventude quer para o município de Cametá?; 2. Qual política queremos para a juventude Rural, Ribeirinha, Urbana, Negra, GLBTs?;e 3. Qual a Universidade interessa à classe trabalhadora? Em sua explanação abordou os ordenamentos do Capitalismo e sua forma de interferência nas relações produtivas e sociais. Destacou a importância do jovem ser sujeito histórico e que não pode se silenciar diante das amarras do Capital. Nestes termos, ressaltou o processo de Trabalho, Educação e demais realidades vividas pelas juventudes. Destacou, fundamentado em Frigotto (2004), que a juventude deve ser compreendida como uma fração de classe trabalhadora e que esta vem sendo impedida de viver os processos intrínsecos ao ser jovem, por forçosamente, ter que encarar muito cedo a busca por empregos, no afã de contribuir no ambiente familiar. De modo geral, já amplamente debatido neste estudo, o palestrante destacou a “adulterização precoce” das juventudes – que tem direta relação com questões estruturais já mencionadas. Ademais, apresentou a necessidade de uma formação omnilateral para a juventude, compreendida de modo integral,

desenvolvido em suas totalidades, levando em consideração seus processos históricos, culturais e políticos.

Grande contribuição, no referido debate inicial, teve a Irmã da Igreja Católica Apostólica Romana, Edilene, que, também, representava a Juventude da Diocese de Cametá. A princípio chamou a atenção a respeito da composição da mesa de abertura, a qual era composta apenas por homens. Ao voltar para os debates do tema central da Conferência, realizou breve reflexão sobre as classes trabalhadoras e a classe burguesa. Destacou que é preciso construir canais alternativos juntos, interligados em redes juvenis. Também, relembrou o cenário histórico da década de 70 e 80 e os embates que essas décadas representaram na conjuntura das conquistas dos direitos no Brasil. Destacou a importância da juventude compreender quais mudanças se pretende, quais bandeiras de lutas estabelecer em meio a dura realidade nacional. Alertou os jovens que a energia juvenil precisa colocar para fora suas características de inquietudes e ter consciência disso, de forma a se inserir no meio popular, ter indignação com a realidade e que as reais mudanças somente acontecerão quando, de fato, todos participarem em função de políticas dignas para a juventude. Nas palavras da assessora

[...] A mudança começa a partir de nós. Precisamos pensar sobre a juventude de ontem e de hoje. Nós somos uma diversidade de geração que precisamos ter consciência que as melhorias de vida para juventude só acontecerá a partir do momento que discutimos políticas de estado para a juventude (...). [...] Neste contexto as juventudes em movimento ocupam os espaços de discussões que notoriamente irão influenciar suas vidas, sendo que nestes espaços de organização social e de proposições democráticas, tem seu papel fundamental na ruptura de paradigmas, bem como na construção de uma sociedade mais digna e humanitária. (RELATÓRIO/1º CMJC, 2015, p.2).

No segundo momento da 1º CMJC, foi-se discutido 5 eixos temáticos em Grupos de Trabalhos (GTs), os quais foram sistematizados e coordenados por assessores representantes dos segmentos presentes na conferência. Os eixos abordavam as seguintes temáticas: 1. Direito à educação, profissionalização ao trabalho e renda; 2. Direito à participação social e política, e representação juvenil; 3. Direito à diversidade e igualdade, comunicação e liberdade de expressão e direitos culturais; 4. Direito à saúde, à segurança e acesso a justiça; e 5. Direito ao lazer e a sustentabilidade. Neste sentido, segue sistematizado os pontos propostos nos referidos grupos para aprovação em plenária.

Quadro 6 – Propostas apresentadas pelos segmentos juvenis na 1º CMJC

Eixos temáticos	Propostas apresentadas
<p align="center">I- Direito a Educação, Profissionalização ao Trabalho e Renda.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação projetos que abranjam os aspectos culturais, sociais, econômicos e educacionais que visem o desenvolvimento integral dos jovens; 2. Estabelecimento, através dos municípios, de parcerias com o Estado e a União, visando o fortalecimento de associações para a geração de emprego e renda; 3. Criação e ampliação de cursinhos populares em parceria com as universidades públicas, particulares, Sindicatos e movimentos sociais, para filhos de trabalhadores; 4. Ampliação de bolsas de assistência para jovens de baixa renda, os quais cursam nível superior; 5. Acesso a uma educação com qualidade para os jovens; 6. Criação de um Núcleo de Estágio e Emprego no município para contemplar alunos da rede pública estadual em parcerias com as IES para estágio remunerado. 7. Criação do Curso de medicina e direito no município; 8. Garantia do direito à meia entrada nos diversos eventos do município e a meia passagem para os estudantes que precisam se deslocar para as vilas e ilhas;
<p align="center">II - Direito a participação social e política, e representação juvenil</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que seja criada a Secretaria de Juventude no município e que ela tenha representatividade com segmentos juvenis; 2. Participação Social através da SJ, onde suas diretrizes sejam discutidas com os próprios jovens e não excluindo-os; 3. Incentivar e resgatar as raízes da juventude cametaense (Juventude negra, ribeirinha, LGBT e movimento alternativo); 4. Ampliar com anexos ao território municipal a Escola Arte para oferecer oficinas de dança, teatro, música, desenho, entre outras para os jovens; 5. Criar a Casa da Juventude de Cameté – CAJUC, em parceria com o Governo Federal. 6. Ofertas de cursos, pelos poderes Executivo estadual e municipal, gratuitos para os jovens, com o intuito de geração de emprego e renda, como: Aquicultura, agricultura sustentável, mecânica de motos, teatro, dança, música, artesanato, informática básica.
<p align="center">III - Direito a diversidade e</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de mapeamento dos grupos folclóricos-culturais e movimentos juvenis existente em todo território municipal; 2. Criação de um festival a nível municipal que incentive a cultura local-regional envolvendo a

<p>igualdade, comunicação e liberdade de expressão e direitos culturais</p>	<p>juventude;</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Construção de parcerias entre Governo Municipal, Estadual, Federal e setor privado voltadas para a promoção de eventos juvenis; 4. Criação de um fundo municipal para o incentivo à cultura, com um percentual vinculado ao PIB Municipal; 5. Desmembramento da Secretaria de Cultura, Secretaria de Esporte e de Lazer; 6. Criação do Fórum Municipal de Juventude (FMJ), reunindo todos os movimentos e organizações juvenis com o objetivo de elaborar propostas para serem levadas para a câmara municipal; 7. Incentivo à criação das rádios comunitárias como canais e espaços das juventudes;
<p>IV - Direito a saúde, a segurança e acesso a justiça</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. CPF e certidão de nascimento na maternidade; 2. Otimização e descentralização dos serviços do Cartão SUS; 3. Ampliação a distribuição de Anticoncepcionais nos postos de Saúde; 4. Ampliação de Campanhas de conscientização acerca das DST'S; 5. Humanização nos atendimentos do Programa Mais médicos nas UBS; 6. Segurança e acesso à justiça 7. Garantia de Segurança no trânsito; 8. Garantia de Locais dignos ao cumprimento de pena sócio educativa; 9. Criação de Projetos de ressocialização de egressos; 10. Garantia da implementação do Plantão na defensoria pública, na promotoria e nas delegacias, inclusive nos finais de semana; 11. Criação da Delegacia da Mulher; 12. Ampliação do efetivo da PM e PC no município; 13. Implantação da PRF na BR 422 (Cametá-Tucuruí); 14. Implantação do Detran em Cametá; 15. Ampliação de Sinalizações nas principais vias da BR 422; 16. Implantação de uma vara de trabalho; 17. Implantação de uma vara do Juizado Especial Federal; 18. Criação da Guarda Municipal; 19. Criação do Conselho Municipal de Segurança.
<p>V - Direito ao lazer e a sustentabilidade</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de espaços públicos destinados ao esporte e ao lazer como anfiteatros, quadras poliesportivas, cinemas, bem como a utilização daqueles que já existem pelos segmentos juvenis, de modo que sejam utilizados possam no desenvolvimento de suas atividades; 2. Efetivação do direito a meia entrada, nas apresentações culturais e esportivas, de acordo com o estatuto da juventude, nos eventos que ocorrem no município.

	<ol style="list-style-type: none"> 3. Discutir as práticas pedagógicas dos profissionais da área de educação física, que em sua maioria, somente incentivam o desenvolvimento do futebol, e esquecem de outras práticas esportivas, como vôlei, basquete, handebol, e outros esportes. 4. Distribuição de quites esportivos, em parceria com outras instituições que desenvolvam projetos voltados para a juventude. 5. Criação de eventos esportivos como, pelos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal, tais como Inter colegial, esportes aquáticos (canoagem, natação, etc.); Inter bairros; Corrida de São João Batista. 6. Criação de um movimento que ajude e incentive os grupos culturais a tirarem seu CNPJ, para que possam existir de fato e de direito.
--	--

Fonte: RELATÓRIO/1º CMJC, 2015. **Elaborado pelo autor.**

Após os debates e aprovações das propostas em plenária, foram apresentados as entidades e segmentos das juventudes que iriam representar na Conferência Estadual, sendo: STTR-Cametá, Associação dos Pescadores do Município de Cametá (APAMUC), Companhia de Teatro ECO nós, Diocese de Cametá e SEPULB. Em seguida, tomou-se a decisão, em plenária, de que as referidas entidades e segmentos teriam até o dia sete de setembro para apresentar os nomes dos delegados à comissão. Em seguida foi traçado debate sobre a composição do Conselho Municipal de Juventude (CMJ), o qual estava no momento em fase de Projeto de Lei, nº 028/2015. Após debate dos participantes foi decidido que os nomes dos representantes para composição do CMJ somente iriam ser definidos após a aprovação do mencionado projeto de lei, o qual foi aprovado no dia 23 de setembro de 2015, como a Lei nº 281 de 2015⁶⁵.

Em seu término, a 1º CMJC destacou, mediante as palavras dos representantes da mesa de encerramento –Eneas Maciel, representante da Juventude do STTR-Cametá, Jhenny Xavier, representante da Comissão Organizadora, Roble Tenório, representante da Companhia de Teatro ECONÓS e Pe. Anselmo, representante da Diocese de Cametá -, a importância da juventude se organizar continuamente e agradeceram a comissão organizadora pelo empenho, apesar dos entraves deste processo (RELATÓRIO/1º CMJC, 2015).

⁶⁵Vale ressaltar que a presente Lei não se encontra na Câmara de Vereadores, nem mesmo na Secretaria de Administração (SEMAD). O que encontrou-se foi apenas a numeração desta lei na SEMAD.

Em mensagem à Câmara de Vereadores, datada de 01 de setembro de 2015, o então Prefeito Municipal, Iracy de Freitas Nunes, destacou a importância da aprovação da lei que cria o primeiro Conselho Municipal de Juventude do município de Cametá⁶⁶. Nestes termos

Esta iniciativa segue uma lógica de avanço da democracia no Brasil quando o Estado passa a garantir espaços de participação popular na deliberação sobre políticas públicas setoriais, bem como na fiscalização da utilização dos recursos públicos com a criação de Conselhos. É inegável que a criação de Conselhos de participação popular são instrumentos de fortalecimento do Estado Democrático (GPMC, 2015, p. 1).

Ademais, nesta mesma mensagem, o então prefeito de Cametá, infere que “[...] ninguém melhor do que os próprios jovens para apontarem onde e como os problemas que os atingem podem ser melhor solucionados (GPMC, 2015, p. 1). Com esses apontamentos destaca a importância da criação do CMJC. E finaliza, afirmando que o projeto consiste

[...] em um marco histórico no funcionamento da democracia no Município de Cametá e na conquista de direitos da juventude cametaense, momento este que vossas Senhorias estão tendo a oportunidade de vivenciar, são as razões pelas quais submeto à apreciação de Vossas Senhorias este projeto para que seja votado (GPMC, 2015, p. 2).

A presente conferência, apresenta muitos elementos de análises, próprio das construções sociais em seu sentido de organização e debates de diversas entidades. No entanto, não é intenção do presente estudo trazer, em seu aspecto geral, todos os desdobramentos desta conferência de Juventude, mas trazer alguns depoimentos e debates que foram importantes no interior da 1º CMJC.

Obviamente que a Conferência Municipal de Juventude representa um avanço histórico nos debates acerca das juventudes Cametaenses, mas este evento teve suas críticas e debates que necessitam ser citados, de modo, a revelar os processos contraditórios e que polarizaram durante o percurso da conferência. Para o representante da Pastoral da Juventude, Diney⁶⁷

Infelizmente nós ficamos sabendo dois dias antes que ia ter Conferência Municipal de Juventude. Se a gente fosse convidado com a devida antecedência, com certeza a gente tinha levado muito mais jovens e até se organizado melhor. Nós tivemos debates pesados lá porque primeiro pela desorganização e falta de respeito com a PJ e segundo pelo que apareceram muitos jovens se apresentando como membro de organizações que a gente nunca viu eles participarem. O que a gente viu foi uma politicagem mesmo. Puro interesse partidário do PT que queriam o máximo de vagas para ir pra estadual. Eu fui contra companheiros de luta antiga. Cheguei a dizer pra eles

⁶⁶O CMJ consiste em órgão de caráter autônomo, permanente, consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, voltado para a discussão, elaboração e execução de Políticas Públicas de Juventude, em atendimento às necessidades e direitos da população jovem do Município de Cametá (GPMC, 2015, p. 1).

⁶⁷Diney, membro da Pastoral da Juventude da Diocese de Cametá, em 30 de maio de 2017.

se colocarem no meu lugar porque amanhã eles não iam ser governo, mas eles tentaram fazer uma conferência só de aparência e pra cumprir agenda, mas eles se enganaram com a gente porque eu sou pela juventude e não o que o governo queria que a gente fosse. Meu desejo, João, era que a gente discutisse a criação da Secretaria de Juventude como prioridade. Eles deram destaque para a criação do Conselho Municipal de Juventude e dobraram as costas para a criação da Secretaria que seria muito mais importante pra nós. Acabou que criaram o Conselho e nem sei quem são os representantes dele. Não deu em nada. Tai a juventude!

As palavras do entrevistado expressam uma visão e contexto contrário ao amplamente divulgado pelos meios de publicidade local e pelas vozes oficiais. Demonstram uma polarização nas composições dos representantes e uma estratégia política do governo municipal. Na concepção do representante da PJ deveriam ter discutido questões mais concretas e não apenas construírem um evento apenas para *marketing* de uma pseudopolítica para as juventudes, uma vez que, conforme elementos da entrevista, mostram que não se observa avanço após este ato público.

Fato interessante a destacar, neste contexto, é o que ocorre após a Conferência Municipal de Juventude. O Conselho Municipal de Juventude não avançou acerca do que foi debatido e instituído. A Lei nº 281 de 2015, não se encontra nos depositários da Câmara Municipal de Vereadores, nem mesmo na Secretaria Municipal de Administração, simplesmente sumiu. Isso evidencia o caráter superficial e descomprometido do Governo Municipal em atender o que foi amplamente discutido durante a Conferência. Além disso, por se tratar de um Governo que se propalava como democrático e socialista, perdeu-se a oportunidade de criar a Secretaria Municipal de Juventude, ente mais significativo no âmbito das lutas por Políticas Públicas Locais, por razões estritamente locais.

Contrário a essa perspectiva tem-se os que compreendem a 1º CMJC como um primeiro passo importante, com as marcas de algo inteiramente novo para a experiência dos movimentos sociais e demais organismos existentes de juventudes. Além do ineditismo, de fato a juventude foi chamada para o debate. Trazemos o depoimento da idealizadora da referida Conferência, a jovem Joisekelly de Jesus da Silva Souza⁶⁸

Na verdade, quando fui trabalhar na Secretaria de Assistência Social eu fui lotada em um setor que se chamava departamento pedagógico, ligada aos programas e projetos. No ano que eu cheguei lá, era um ano de conferência. Além de poder ajudar na Conferência de Juventude eu também, um pouco antes, ajudei na conferência de Crianças e Adolescentes. Então a ideia dessa conferência surgiu a partir da Conferência de Crianças e Adolescentes. Que

⁶⁸Entrevista com Joisekelly de Jesus da Silva Souza, pedagoga pela UFPA/Abaetetuba, militante da Pastoral da Juventude e, na época na 1º CMJC, funcionária da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Cametá.

dentro da secretaria também tinha um departamento que falava de Crianças e Adolescentes. Quando eu fui fazer parte da Conferência de Crianças e Adolescentes saíram alguns pontos que tocava muito no tema da juventude. A partir do momento que eu cheguei na secretaria eu consegui mapear alguns setores e percebi que tinha um setor de juventude na Assistência Social, mas, infelizmente só no papel. Não era algo ativo dentro da secretaria. Após a conferência de Crianças e Adolescentes, veio a CMJ. Como eu vinha de uma militância da Pastoral da Juventude eu tinha um grande anseio de que esse departamento funcionasse. Até porque eu estava dentro de um governo que talvez em alguns pontos eu tinha como dizer: isso aqui é importante, dentro daquela secretaria. Em conversa com o secretário de assistência na época eu questionei o porquê ninguém havia assumido aquele setor da juventude dentro da secretaria? Ele me disse que logo no início do governo tinha uma pessoa que representava, um jovem. Só que infelizmente o governo não conseguiu aguentar a folha de pagamento e infelizmente esse jovem teve que ser demitido. A partir daí eu fui identificar quem era esse jovem. Consegui identificar e perguntei a ele qual trabalho ele tinha realizado a frente do setor da juventude da secretaria. Se ele tinha feito uma triagem de quantos movimentos e organizações tinha no município de Cametá. Ele me repassou um relatório e eu consegui identificar que eram vários movimentos e organizações juvenis. A partir disso eu consegui mapear quem eram as lideranças desses movimentos. Então chegou o período da conferência e a gente lutou para que esse sonho se realizasse, mesmo sabendo dos desafios que iríamos encontrar. A gente tinha que também mexer o governo pra ver se eles se espertavam pra juventude. Foi um movimento interno também. Partiu mais de nossa militância do que os interesses de fato dos governantes. Me sinto muito feliz por ter feito parte dessa história. Espero que outros continuem essa luta. Falhas ocorreram sem dúvidas, mas temos certeza que fizemos o melhor pra com que o debate plural acontecesse.

Contudo, infere-se, partindo dos documentos resultantes dos debates da 1^o CMJC, das críticas e dos demais desdobramentos, que ocorreram nesse processo, que este evento, mesmo com a pulverização partidária e polarização dos representantes do governo, não deixa de significar para a posteridade uma base, um ponto de partida, como bem, foi frisado anteriormente. De fato, Lei n^o 281 de 2015 que instituiu o CMJC foi aprovada e este conselho atualmente não tem funcionamento. Ademais, embora o então governo municipal evidentemente fugido da responsabilidade de criar uma Secretaria de Juventude no município de Cametá, fica como contribuição e bases sólidas o que até o momento foi construído. Precisa-se realizar outras Conferências Municipais de Juventudes, precisa-se articular novamente os movimentos e organismos sociais representantes do segmento juvenil – estes são os desafios e provocações que este estudo trazem à tona, diante dos processos dialéticos e políticos inerentes à relação segmentos juvenis e Estado.

4.3 Educação do campo: políticas públicas educacionais e movimentos sociais

É aqui que eu quero ficar...⁶⁹

- Hoje eu vim tratar aqui/ De uma história interessante/
 Uma lei, uma diretriz/ Um assunto importante/
 - Vamos ter um olhar atento/ E tratar com atenção/
 Não ficarmos tão distantes/ Quando o assunto é Educação/
 - Na cidade ou no campo/ O saber nunca é demais/
 Divergências sempre tem/ Nas questões educacionais/
 - Um lugar para aprender/ Um cantinho para brincar/
 Os amigos sempre ao lado/ Uma escola para amar/
 - Ser do campo, ser humilde/ Querer muito aprender/
 Compreender o seu lugar/ Das coisas do seu viver/
 - É no campo que ele vive/ A zona rural é seu espaço/
 Sua escola querida/ é sua escolha e seu abraço/
 - Um direito que ele tem/ é ter acesso ao aprendizado/
 Vivenciar a sua cultura/ Sem nunca ser discriminado/
 - Permanecer na sua escola/ Suas origens preservar/
 Expandir-se em conhecimentos/ Ter experiências pra trocar/
 - Para isso precisamos/ De um trabalho pedagógico/
 Elaborado e estruturado/ Isso faz-se lógico/
 - Uma boa contribuição/ É capacitar o professor/
 Uma formação continuada/ Reforçar-lhe seu valor/
 - Um currículo escolar/ Adequado a realidade/
 Pra formar alunos críticos/ Prontos pra sociedade/
 - Planejar é importante/ Para ter bons resultados/
 Alcançar os objetivos/ Depois avaliados/
 - Usar muitas estratégias/ Que assegurem o aprendizado/
 Pra não cair no esquecimento/ Depois de assimilado/
 - Tomar os meios naturais/ Como ponto de partida/
 É uma estratégia didática/ Simples e bem sucedida/
 - Se um grupo sabe mais/ Pode dar sua colaboração/
 Para aquele que ainda/ Não tem muita instrução/
 - Outra grande contribuição/ Pra ajudar na aprendizagem/
 É defender a integração/ De um professor da comunidade/
 - Pois é ele quem conhece/ a realidade do lugar/
 Nessa troca de experiências/ Só vitórias haverá/
 - Deixo aqui meu recado/ Como uma preciosidade/
 Que a educação no campo seja tratada com dignidade/.

A Educação do Campo, firma-se como um paradigma⁷⁰ em construção, a qual se confronta e se opõe ao modelo de educação rural, que para Freire (2009, p.170), “[...] subalternizou os sujeitos do campo a um modelo educacional urbanocêntrico que imperou nas

⁶⁹Texto apresentado pela professora da rede municipal de educação de Cametá, Juciara Brito, na abertura da cerimônia de certificação dos professores da formação continuada do *Programa Escola da Terra*, no município de Cametá, auditório da UFPA/CUNTINS, em 16 de junho de 2017.

⁷⁰Partindo de uma visão platônica, o paradigma consiste em um modelo abstrato e essencialmente normativo. Nas perspectivas de Kuhn (1982), o processo de construção científica tem sua dinâmica edificada em um constante devir, com afirmações, refutações, novas afirmações e estádios cíclicos. Portanto o paradigma é para a comunidade científica ou outras formas de crenças e coletividades aquilo que se convencionou, que tem sua construção e concepção como modelo presente, mas que pode, dialeticamente, ser ressignificado ou substituído por outro, em uma dinâmica de rupturas e (re)afirmações (FREIRE, 2009).

políticas educacionais brasileiras”. Consiste em um processo específico e de diversidades indenitárias, sociais, culturais e políticas no âmbito da formação dos homens e mulheres do campo. Se dá no respeito e reiteração da amplitude dos conhecimentos e experiências das populações do campo, indo além do campo de uma pedagogia clássica, marcada por limites e etapas a seguir - não se limita ao campo de uma mera escolarização. Assim,

Situar a educação como formação humana é compreendê-la como um processo, um fato existencial, social e um fenômeno cultural que se desenvolve sobre as bases do ordenamento econômico de uma dada sociedade. A educação é atividade teleológica, portanto, visa um fim, está sempre dirigida para uma finalidade e nesse sentido é um processo exponencial, que se multiplica pela sua própria realização, sendo inconclusa enquanto prática social (FREIRE, 2009, p.171).

A educação do campo brasileira, historicamente, enquanto política pública de natureza social, apresenta uma hegemonização das ações voltadas para as cidades, onde à juventude do campo, segmento mais afetado por essa negação do Estado, é destinada ao trabalho bruto, sem direito a oportunidades. Para Silva Júnior (2011, p. 47), ao discutir o tratamento dado as escolas do campo, afirma que estas foram tidas “como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços ocorridos nas duas últimas décadas como o reconhecimento e a garantia do direito à educação básica”.

A educação como política pública efetivada no âmbito social, especificamente, no contexto do campo tem tornado os sujeitos da classe pobre em matérias primas para a organização social do trabalho, onde os parâmetros políticos-educacionais atendem por primazia a reprodução das desigualdades e contradições sociais. A formação da classe trabalhadora, segundo a lógica neoliberal, não consiste em emancipá-los em suas próprias significações culturais, políticas e sociais.

No limiar do debate sobre a Educação do Campo, destaca-se que esta parte das lutas dos movimentos sociais, os quais traduzem as manifestações sociais das diversas populações do campo, pois em um campo dialético das relações, lutam por políticas públicas voltadas para a realidade do campo, que contemple, deste modo, suas identidades e manifestações humanas em seus lócus de vida. Nestes termos,

Entendo que uma das características constitutivas da Educação do campo é a de se mover desde o início sobre um ‘fio de navalha’, que somente se consegue compreender pela análise das contradições reais em que está envolvida e que, nunca é demais repetir, não são as contradições do território estrito da pedagogia, mas da luta de classes, particularmente de como se desenvolve hoje no campo brasileiro, em todas as dimensões de sua realidade (CALDART, 2009, p.38).

Em perspectivas dos movimentos sociais, pauta-se na construção e, no melindroso relacionamento com o estado, de políticas públicas descentes, onde os sujeitos do campo sejam participantes nas epistemologias, nas formas metodológicas de ensino e no fazer-educação sob a lógica participativa em que a dicotomia estabelecida entre campo e cidade não exista, isto é, segundo Caldart (2009, p.38) “[...] a Educação do campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectivada universalidade, mas disputa sua inclusão nela (seja na discussão da educação ou de projeto de sociedade)”. Para a autora,

A Educação do campo se construiu pela passagem da política produzida nos movimentos sociais para o pensar/pressionar pelo direito do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo. Isso implicou um envolvimento mais direto com o Estado na disputa pela formulação de políticas públicas específicas para o campo, necessárias para compensar a histórica discriminação e exclusão desta população do acesso a políticas de educação, como a tantas outras (CALDART, 2008, p.51).

Não nasceu da simples crítica ao modelo de educação nacional, mas, em seu processo identitário, traz as marcas das populações do campo: as lutas por terras, por respeito e dignidade ao trabalhador, políticas condizentes com suas necessidades e, sobretudo, nascidas de um debate coletivo. Portanto, ela não configura-se como uma proposta em si da educação, mas uma concepção desta. Assim,

Ela é um movimento real de combate ao ‘atual estado de coisas’: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas (CALDART, 2009, p.40).

A luta por uma educação do campo consiste em redirecionar o debate político-pedagógico ao âmbito da práxis como princípio educativo, voltada, intrinsecamente, para o ser humano. Neste ponto, ressalta-se que não se trata em dizimar as escolas, dissecando suas importâncias, mas ressignificá-las. Não se pode, nesta visão, cair em armadilhas que reduzam a educação à escola, nem mesmo tornar a educação escolar absoluta. A escola é um campo, também, de disputas hegemônicas das classes. Nestas delineações, para Caldart (2009, p.43), é [...] preciso pensar a escola sim, e com prioridade, mas sempre em perspectiva, para que se possa transformá-la profundamente, na direção de um projeto educativo vinculado à práticas sociais emancipatórias mais radicais”. Para a autora,

Vale então frisar/reafirmar: a Educação do campo não nasceu como defesa a algum tipo de particularismo, mas como provocação/afirmação desta tensão entre o particular e o universal: no pensar a transformação da sociedade, o projeto de país, a educação, a escola (...). A questão é de reconhecer a

especificidade dos processos produtivos e formadores do ser humano que acontecem no campo, compreender como historicamente essa relação foi formatada como sendo de oposição, exatamente para que se explicitem os termos sociais necessários à superação desta contradição (CALDART, 2009, pp. 46-47).

Os movimentos voltados para a educação do campo, não se reduzem a uma visão fragmentada da sociedade, isto é, ao pautar uma educação do campo, pauta-se a valorização indenitária, regional, produtiva e cultural do campo. Não se está aí criando uma cisão entre campo e cidade, pois quem criou esta “divisão” foi o regime capitalista, que destrói o princípio do unitário na educação, e discutir a educação em perspectivas unitárias consiste em reafirmar as realidades, dar reconhecimento as singularidades. A educação nacional se dá por particularidades que devem ser levadas em consideração no ato de construção de suas políticas públicas educacionais.

O contexto da Política Nacional de Educação do Campo, situa-se em um processo histórico que tem seus muitos contornos e que tem na participação dos movimentos sociais do campo seus maiores colaboradores. Poder-se-ia defini-la como um processo político e social em construção, que notadamente é marcado por avanços no modo de compreender o papel do estado e da sociedade civil nesse processo. Pensar em uma política nacional de educação do campo, é colocar o campo na rota das políticas públicas, é dar ao estado assumir aquilo que é seu dever perante as populações do campo. Um forte exemplo disso são os contornos e debates que envolvem as conferências nacionais de educação do campo, onde a 1ª conferência trazia como tema *Por uma educação do campo* e a 2ª *por uma educação pública do campo*. Esta última trouxe como *slogan Educação direito nosso, dever do estado*. Nota-se, neste caso, um avanço na forma de compreender a luta da educação do campo. As políticas de educação passam de uma dimensão fracionada, onde o estado assumia apenas o ensino fundamental (a exemplo, o FUNDEF), e passa à dimensão de educação básica (a exemplo o FUNDEB), em um parâmetro que garanta a totalidade dos direitos.

O cenário nacional da década de 1990, coloca sobre a educação o papel de formar “novos cidadãos”, os quais, partindo de uma lógica neoliberal, suas formações deveriam estar diretamente relacionada a competência e a empregabilidade. Para isso, se instrumentalizou diversos elementos jurídico-administrativos, a exemplo tiveram-se medidas provisórias, Pareceres, Portarias, Decretos e a maior delas, a LDBEN. Neste momento, instituíram-se, também, as diretrizes curriculares aos níveis de ensino, os sistemas de avaliações educacionais, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Condiciona-se a educação ao campo estrito da

economia e qualificação para o mercado, instaurando-se um período de profundas reformas na educação profissional, médio e técnicos.

Historicamente, após o advento da República, o olhar do estado para a formação do homem rural vinculava-se a preparação de mão-de-obra, pois a compreensão que se tinha é que o rural representava um fracasso ao país, portanto a educação tinha o papel de dar maior racionalidade e produtividade no meio rural. Deste modo, as populações rurais deveriam ser inseridas em um plano nacional de produção, onde deveriam modernizarem-se, sob uma lógica produtiva, marcada por um afã de adequar os homens do meio rural às inovações da indústria. Assim sendo,

A educação no meio rural no contexto do desenvolvimentismo no Brasil manteve-se como instrumento de inculcação ideológica e reprodução dos interesses do capital no campo, permanecendo inadequada às aspirações populares. Reduzida à transmissão de conhecimentos, a educação rural historicamente se constituiu como um paradigma em que a escolarização é marcadamente descontextualizada, desenraizada da concretude da realidade do campo (FREIRE, 2009, p.174).

A década de 1990 é marcada por um vultoso movimento das organizações sociais do campo, as quais pautam melhorias à educação do campo, de modo a considerar suas realidades e lutam por qualidade de vida do homem do campo. Essas ações mais ativas da sociedade representaram certos avanços e conquistas no contexto da educação do campo no Brasil. Assim, isto refletiu no processo de construção da LDB, o qual vinculou-se importantes demandas da sociedade organizada, como por exemplo, o que traz em seu Art. 28:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Ressaltam-se a criação do Plano Nacional de Educação do (PNE) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo⁷¹, importantes instrumentos da legislação educacional que representam significativos avanços na compreensão da realidade do campo como territórios diversificados e que necessitam ser levados em consideração na implementação das leis da educação. Nestes termos, o PNE, aprovado em 2001, já apresenta certo reconhecimento das diferenças do meio rural, a necessidade de maiores flexibilidades no trabalho pedagógico, de modo a levar em consideração suas realidades produtivas, suas

⁷¹Institucionalizada pela Resolução CNE/CEB N° 1, de abril de 2002 (BRASIL, 2002).

culturas e a formação dos professores ganha destaque específico em relação as referidas realidades. E, no caso da implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, traz-se como destaque o Parágrafo Único do Art. 2º:

Parágrafo Único: A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País.(BRASIL, 2002).

Deste modo, as Diretrizes Operacionais, expressam um notado avanço às populações do campo ao que refere-se à mudanças na concepção de educação, onde tem como premissa levar em consideração sua identidade, seus saberes, a memória coletiva e sua realidade de modo íntegro. O presente instrumento, também, prevê a garantia da universalização do acesso das populações do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico (FREIRE, 2009).

A autora reflete que essas conquistas devem ser encaradas em uma perspectiva dialética e que aprovação destes instrumentos simbolizam um ponto de chegada, mas, ao mesmo tempo, um ponto de partida, pois torná-las realidade consiste em novos desafios, novas lutas – precisa-se materializar-se nas Escolas dos Campos o que se apregoam nas leis.

O fato é que esses avanços não correspondem o bojo das demandas por uma educação do Campo pública e de qualidade em sua totalidade, mas registra-se, partindo desse processo dialético entre movimentos sociais pela educação do campo e o Estado, um importante movimento voltado para esta realidade. Nestes termos, é que surgem Casa Familiar Rural (CFR)⁷², Escola Ativa, Nucleação⁷³ e PRONERA.

Destaca-se na década de 1990 dois programas voltados para a Educação do Campo implementadas pelo Governo Federal, no caso o Programa Escola Ativa e o PRONERA. O primeiro centra-se, segundo Freire (2009, p.176), “[...] na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem em classes multisseriadas, no escopo de diretrizes político-

⁷²No caso da Casa Familiar Rural de Cameté, esta contribui para a formação dos filhos e filhas de agricultores desde de 16 de janeiro de 2001, a qual funciona entre parcerias entre governo municipal, sindicato e empresas privadas. Ver: PRAZERES (2008).

⁷³A Nucleação de escolas rurais, em que concentrava numa escola polo estudantes de diferentes comunidades, foi uma política que se expandiu a partir dos anos 90, particularmente na perspectiva da minimização de custos, considerando a baixa densidade populacional e conseqüente baixo índice de frequência à escola nas comunidades rurais. Os pressupostos e práticas dessa medida têm sido duramente criticados por desenraizar crianças de seu contexto sociocultural, a relação custo-benefício ser questionada dados os altos gastos com transporte escolar, além de expor crianças e adolescentes a situações de desgastes em longos percursos e situações de risco com a precariedade das estradas ou correnteza de rios (FREIRE, 2009, p.176).

educacionais de agências multilaterais em cooperação com o Ministério da Educação”. Nota-se, neste caso, que decorre uma dual análise, que por um lado, é positiva pelo fato de oportunizar as populações de diversas comunidades rurais uma visibilidade educacional não dada pelo governo anteriormente; por outro, sua matriz ideológica, a concepção de educação que os organismos multilaterais (parceiros) trazem é marcada por uma visão economicista, de uma formação voltada para mera preparação de mão-de-obra, no dizer de Mészáros (2008), uma formação unívoca que se preocupa como fim último o *homo faber*. O segundo tem a marca genuína das lutas dos Movimentos Sociais, uma conquista das populações do campo e suas matrizes ideologias rumam aos interesses de uma educação condizente com a realidade do campo.

O paradigma da Educação do Campo se dá no Brasil em um processo de enfrentamento com o modelo capitalista de produção. O MST se revela como um dos maiores símbolos e espaços dessas lutas. Tem no modelo hegemônico de educação rural um processo de alienação, o qual prima pelos interesses dos latifúndios e grandes empresários rurais. Assim,

Na análise de Fernandes (2004, p.62) “[...] A educação rural projeta um território alienado porque propõe para os grupos sociais que vivem do trabalho da terra, um modelo de desenvolvimento que os expropria”. Para o autor a educação rural esteve historicamente ancorada nos interesses e pensamento latifundiário empresarial, assistencialista, em que o controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem é indispensável à reprodução da dominação social (FREIRE, 2009, p.177).

Partindo das reflexões e debates traçados, faz-se destaque sobre o processo histórico e os marcos dos Movimentos Sociais por uma Educação do Campo Pública e de qualidade. Assim, traz-se a memória do 1º Encontro Nacional de educadoras e Educadores na Reforma Agrária (ENERA), o qual aconteceu no ano de 1997, entre os dias 28 a 31 de junho, promovido pelo MST com a colaboração do UNICEF e UnB. Na eventualidade deste encontro foi produzido o Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro, o qual destacava a possibilidade de um novo projeto de educação do campo e para a nação. A semântica do texto colocava os axiomas das lutas do MST: reforma agrária, justiça social e uma educação voltada para emancipação humana. Nisto reconhecem o papel transformador da educação e que somado a realidade vivida dos trabalhadores do campo, tem como possibilidade a superação de um paradigma de educação rural excludente. Então,

Imbuído dessa concepção, é defendido no Manifesto a eliminação do analfabetismo; a garantia de escolas públicas gratuitas e de qualidade em todos os níveis de ensino, contextualizada, democrática, que estimule valores humanistas e socialistas. A afirmação deque “[...] Acreditamos numa escola

que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo[...]" (MANIFESTO, 2000, p. 91) sintetiza a concepção de educação e escola defendida no Manifesto (FREIRE, 2009, p.178).

Neste mesmo sentido, como um dos resultados do 1º ENERA, deram-se os primeiros passos para a realização da 1º Conferência Nacional *Por Uma Educação Básica do Campo*, ocorrida em Luziânia, estado de Goiás entre os dias 27 a 31 de julho de 1998, promovida pela CNBB, UnB, UNESCO e UNICEF. Esta conferência também é tida como um dos marcos fundamentais na construção do paradigma da Educação do Campo. Nos trâmites da presente organização foi-se elaborado um texto-base para a mencionada conferência, o que, Segundo a autora, “[...] consiste em identificar mecanismos de garantia de acesso à educação de qualidade pelos sujeitos do campo, em que o projeto educativo se constitua numa estratégia de desenvolvimento do campo e a educação seja um direito social inalienável (FREIRE, 2009, p.178).

Nesse bojo de ações, partindo dos Movimentos e Organizações sociais, o debate por uma Educação do Campo se amplia com a constituição da Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo no ano de 1999, a qual se expandiu congregando os Movimentos Sociais do Campo, Universidades e Organismos governamentais. Esse passo histórico trouxe como resultado um vultoso olhar para a questão da Educação do Campo como política pública abrangente, que coloca os sujeitos do campo em perspectivas de visibilidade e que, no embate com os interesses do capital, pauta o reconhecimento do campo como espaço de direitos e suas garantias. Como exemplo, tem-se em julho de 2004 a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), a qual tem em sua estrutura funcional a Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), configurando-se, desta forma, um espaço específico para as populações do campo (FREIRE, 2009).

A inserção destes canais que vislumbram aspectos de cunho mais democráticos, se dão em um intenso processo político, onde os Movimentos Sociais do Campo e demais organizações tecem enfrentamentos constantes em organizações, plenárias, conferências e demais meios para o debate e participação popular.

Nesse dialético processo político se dá a 2º Conferência de Educação do Campo, realizada em Luziânia, estado de Goiás, nos períodos de 02 a 06 de agosto de 2004. Esta conferência apresenta três aspectos diferenciais em relação a 1º Conferência: i. ampliação dos

Movimentos e demais organismos sociais participantes⁷⁴; ii. Mudança na concepção de qual Educação do Campo pautar – neste caso, não somente por uma Educação do Campo, mas por uma Educação pública do Campo, prefigurada na *palavra de ordem* da mencionada conferência: *Educação do Campo: Direito Nosso, Dever do Estado!*;iii. a construção de uma unidade nacional acerca da Educação do Campo. Nestes termos, tem-se a seguir um quadro-síntese das propostas apresentadas.

Quadro 7 – Síntese das propostas dos organismos e MS participantes da 2ª Conferência Nacional de Educação do Campo

N	PROPOSTAS
1º	Universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social
2º	2) Ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior;
3º	3) Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo;
4º	4) Formação de profissionais para o trabalho no campo;
5º	5) Respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos.

Fonte: Freire (2009, p. 181). **Elaborado pelo autor.**

Neste sentido, no intuito de formular uma Política Nacional de Educação do Campo, foram realizadas entre 2004 e 2005 em todo país 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo. Essa iniciativa teve papel fundamental na aproximação entre sociedade civil e diferentes âmbitos administrativos do Estado. Isso corroborou para a formação de uma capilaridade nos debates a nível nacional, mas, infelizmente a Articulação Nacional não participou desse processo, representando um retrocesso aos debates anteriores. Ademais, a capilaridade nacional do MEC com as conferências estaduais revelaram uma fragilidade em suas estruturas, o que para a autora, “[...] somado à ausência mais orgânica das principais forças da Articulação Nacional nesse processo, no caso o MST e a CONTAG, o resultado foi um processo de desmobilização da construção coletiva de políticas públicas de Educação do Campo no país”. (FREIRE, 2009, p. 182).

Contudo, nas delineações da autora, tem-se um arrefecimento ou refluxo da Articulação Nacional, um enfraquecimento no debate envolvendo os principais atores. Apresenta que é prematuro tecer qualquer afirmação sobre esse processo, mas destaca a

⁷⁴Assinam a Declaração da 2ª Conferência Nacional de Educação do Campo: CNBB, MST, UNICEF, UNESCO, UnB, CONTAG, UNEFAB, UNDIME, MPA, MAB, MMC, MDA/INCRA/PRONERA, MEC, FEAB, CNTE, SINASEFE, ANDES, Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados – Frente Parlamentar, CEFFA’S, SEAP/PR, TEM, MMA, MinC, AGB, CONSED, FETRAF, CPT, CIMI, MEB, PJR, Cáritas, CERIS, MOC, RESAB, SERTA, IRPAA-Caatinga, ARCAFAR SUL/NORTE (FREIRE, 2009, p. 181).

importante contribuição no debate nacional sobre a Educação do Campo e a implementação da Política Nacional do Campo pelo MEC como fruto desse enfrentamento/diálogo - um avanço construído em um constante processo dialético entre Estado e Sociedade Civil.

4.4 Juventude rural e perspectivas sociais para as novas gerações

Destaca-se a preocupação feita por Castro (2005) acerca de uma concepção impregnada nos programas sociais a respeito da inclusão dos jovens do campo, onde as juventudes são apresentadas como agentes de transformações sociais, de modo a permanecer no campo, fortalecer a agricultura familiar e os valores do campo, isto é, coloca-se os jovens como sujeitos de salvação dos problemas concernentes ao campo. Esta perspectiva distorce-se da realidade concreta das juventudes do campo, em especial dos jovens do município de Cametá.

Esta ótica não corresponde à realidade das juventudes do campo atualmente, pois como destaca Martins (2009, p.17), na presente realidade as distâncias entre o urbano e o rural diminuíram, as juventudes cada vez mais tem se firmado em uma identidade imersas em um processo dialético entre o mundo “[...] tradicional, representado pela família, e o moderno, representado pelo contato com a cidade e com o desejo de melhorarem de vida”.

A falta de perspectivas dos jovens referente a vida no campo, perpassa por diversos e importante fatores que envolvem as suas situações sociais. Nestes aspectos, padecem de uma dura e histórica invisibilidade social, principalmente no que refere-se a condições plenas de educação, saúde, esporte, lazer e trabalho.

A baixa perspectiva de vida dos jovens em relação ao campo tem contribuído maciçamente para um forte êxodo rural, fato que tem tornado, nas últimas décadas, o segmento juvenil como aquele que mais tem saído de suas localidades para aventurar-se nas cidades, onde encontram diversas dificuldades, pois fora de seus ambientes culturais e produtivos são obrigados a contingenciarem a relação de desempregados, mercado informal e sem oportunidades nos centros urbanos (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999). Assim, para Martins (2007, p.249), “[...] são os jovens rurais que mais tem sido atingidos pelos processos migratórios na últimas décadas. Isso pode ser compreendido considerando-se o processo de modernização agrícola implementado no Brasil nos anos 70 (...)”. A esse respeito, tem-se o depoimento do Sr. Francisco de Canindé da Silva Contente.

Meu sonho é que no campo pudesse ter escola para os filhos dos trabalhadores igual como ocorre na cidade, para nossos filhos não *vim* para a cidade, *mais* estudasse na sua própria localidade. Que *fosse* uma educação

voltada ao campo para mostrar o valor da terra, os valores de sua cultura e seus princípios⁷⁵.

Diferente do pensamento burguês, o qual tem na juventude um tempo de dedicar-se aos estudos, formar as bases para um futuro mais promissor, a juventude do campo ao mesmo tempo em que necessita estudar, precisa contribuir na unidade de produção familiar. Estes sujeitos tem corresponsabilidade no sustento de sua família. Neste sentido, se o critério funcionalista de compreensão da juventude seria um tempo de preparação, tempo de estudos, o jovem do campo já não seria considerado desta forma. A esse respeito, retorna-se o conceito elencado por Frigotto (2004) sobre os jovens da classe trabalhadora e das periferias das cidades, os quais sofrem um processo de “adulterização precoce”, deixando seus ideais e tempos de formações serem aniquilados pelas contradições sociais, o que os coloca em condições de classe subalterna nos ditames das oportunidades e reconhecimento.

A visão preponderante funcionalista acerca da juventude, tem papel fundamental nos contrastes relacionados a juventude, pois esta perspectiva tem os jovens como sujeitos homogêneos, não considera suas diversidades sociais, nem mesmo os enxerga como sujeitos protagonistas, isto é, quem podem interferir nas dinâmicas sociais. Essa visão, no mais, compreende-os como sujeitos depositários do silêncio e das ordens vigentes do tecido social (PAIS, 1996).

Considerar o processo histórico, as identidades culturais dos jovens do campo corresponderia a um passo importante na ressignificação do campo como espaço de vivências e de perspectivas futuras de vida. Esse devido reconhecimento da diversidade social das juventudes do campo, os tornariam em semelhança aos jovens burgueses no que se refere as condições de moratórias sociais – um tempo legítimo de formação para uma vida futura e com mais dignidade (ABRAMO, 2005).

A juventude necessita ter um reconhecimento em si, isto é, distante da visão funcionalista que compreende os jovens como sujeitos em trânsito, em processo para a vida adulta, as juventudes carecem ser compreendidas pelo que são no hoje. Esta compreensão contribui para ter os jovens como sujeitos de ação e transformadores de suas próprias realidades. Suas perspectivas sociais e políticas, dentre outras dimensões, seriam mais complacentes e justificáveis (ABRAMO, 2005).

As transformações ocorridas no meio rural, tem criado um hiato nas formas de vidas entre os jovens e as gerações mais velhas. Um novo modelo de rural tem-se firmado, onde a

⁷⁵Francisco de Canindé da Silva Contente, aluno do 3º ano do ensino médio e técnico da CFR-Cametá e sindicalista do STTR-Cametá.

cultura, a sociologia do campo, de modo geral, tem sofrido profundas alterações. Os ideais dos jovens tem cada vez mais optado por profissões não-agrícolas, por um novo modelo de família, totalmente diferente de seus pais. Neste sentido, segundo Martins (2007, p.247), “[...] os jovens rurais vivem uma tensão provocada pelas forças de manutenção e as forças de transformação, sugerindo que o crescimento econômico que transforma o mundo rural está gestando um novo homem rural”.

Obviamente que estes fatores não correspondem a todas as formas de saída dos jovens do campo para as cidades. Está, de modo capital, segundo Martins (2007, p.250), “[...] relacionada às condições precárias de vida desses jovens, que apresenta poucas expectativas em relação ao trabalho e a educação”. Nestas perspectivas, Frigotto (2004) apresenta importante trabalho realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Programa Nossa Primeira Terra, o qual, em pesquisa com 141 jovens do campo de 50 municípios brasileiros, no ano de 2003, revela que mais de 60% desejariam permanecer no campo e estudar uma área específica de formação profissional. Contraditoriamente, mais de 62% preferiam sair do campo em buscas de melhores oportunidades e expectativas de vida (FRIGOTTO, 2004).

Nestas delineações, tem-se as causas de saída do campo, os quais revelaram que 28,5% saem para trabalhar; 26,5% para estudar; 26,5% para estudar e trabalhar e 17,5% por outras razões. Assim, segundo o autor, a busca por trabalho e estudo corresponde a 55% destes jovens. A esse respeito, em atividade escolar com um grupo de 17 alunos do 9º ano, na escola municipal de ensino fundamental Deoclécio Filgueira da Ponte⁷⁶, destacam-se os relatos de dois jovens acerca de suas perspectivas sociais.

[...] meus pais sempre trabalharam como *agricultor* desde quando eu me entendi. Mas meu sonho sempre foi estudar e vencer na vida, mas eu sempre ajudo meus pais a trabalhar na agricultura e no que for preciso. Tenho orgulho de ser filho de agricultor e de ter vivido com eles até meus 15 anos. Hoje não moro com eles, mas sempre estudo. Sei que um dia vou ajudá-los a viver quando precisarem de mim. Hoje estou no 9º ano e sempre sonho a ingressar em uma faculdade e me formar em Matemática. Depois quero trabalhar e ajudar minha família⁷⁷

[...] meu maior sonho é ser advogada. Mas para isso acontecer eu tenho que seguir a minha caminhada de estudante, mesmo sabendo o que eu vou passar não vai ser fácil, porque ir para cidade e morar na casa dos outros é muito difícil. Eu tenho fé que Deus vai me ajudar a conquistar o meu sonho (...). O

⁷⁶Unidade Educacional do município de Cametá, BR 422, localizada na comunidade de Caliçado, km 28. Atende as comunidades de Ponta Grande, Uxi Beira Rio, Canarana, Timbó e Bucubarana.

⁷⁷Rosinaldo Borges, aluno do 9º ano do ensino fundamental. Filho de dona Maria Madalena e o senhor Reginaldo gomes.

que vale na vida da gente é o estudo porque um dia ele vai valer muita coisa nas nossas vidas. É com isso que a gente consegue uma boa profissão e uma vida bem melhor⁷⁸

Em ambos os relatos é possível perceber que estes tem orgulho de seus pais por serem agricultores e de serem do campo. Contraditoriamente, nota-se um sentimento de descrença sobre as perspectivas de vida no campo e a falta de políticas públicas que os contemplem como sujeitos desta realidade. Vê-se que o desejo destes jovens não consiste em sair de suas localidades, mas por uma busca de melhores condições de vida não resta outra saída.

Embora seja indiscutível um avanço na escolaridade dos filhos em relação aos pais, ainda há uma grande desistência dos estudos por parte de muitos jovens, sendo comum, nestas localidades, estes sujeitos estudarem até o 9º ano do ensino fundamental, pois prosseguir para o ensino médio requer sair de suas localidades e, na maioria dos casos, mudarem-se para as cidades ou sedes das vilas, onde há a oferta deste nível de ensino. Desta forma, as políticas não atendem as realidades e necessidades dos jovens do campo. Neste sentido,

Na visão dos jovens, as políticas públicas que poderiam ser implementadas para favorecer a juventude camponesa seriam: melhoria das escolas, ampliação da oferta educacional nas suas próprias localidades, incluindo a garantia de acesso ao Ensino Médio; projeto pedagógico que possibilite conciliar estudo e trabalho; superação dos entraves burocráticos de acesso ao crédito do PRONAF Jovem; assistência à saúde; oferta de educação profissional; fomento de políticas de geração de renda; oportunidades de esporte e lazer; infraestrutura nas comunidades (FREIRE, 2009, p.281).

A invisibilidade dos jovens camponeses além de constituir uma realidade histórica e preconceituosa acerca do homem do campo, perpassa por uma lacuna profunda de desconhecimento da realidade das juventudes do campo. O estado, por meio de ínfimas e inoperantes políticas públicas não possuem um conhecimento profundo das juventudes do campo, dos igarapés, dos ramais, dos braços de rios. (FREIRE, 2009).

Para Freire (2009, pp.26-27) as políticas públicas para as juventudes, necessitam levar em consideração três elementos centrais, os quais precisam estar intimamente articulados: “[...] 1) a natureza da juventude como etapa de vida; 2) as dinâmicas particulares da juventude rural; 3) a essência de uma estratégia pública para satisfazer as necessidades atuais e futuras dos jovens para facilitar a realização dos aportes necessários ao desenvolvimento”. Nestes aspectos, temos o depoimento do jovem Eneas Maciel

As políticas públicas, principalmente para nós da Amazônia, tem tido pouco reflexos. Elas não nos contemplam. Quando vemos alguma iniciativa

⁷⁸Ana Lúcia Albuquerque Vieira, aluna do 9º ano do ensino fundamental.

voltado para a juventude, vemos uma ideia para um jovem urbano, das grandes capitais. Para nós que, com uma realidade profundamente diversificada, elas nos deixam de fora. As próprias políticas públicas de educação nos mostra isso. Por exemplo, depois de mais de 25 anos de universidade federal em Cametá, agora, bem recentemente que vimos ter um curso de agronomia, mas com muitas dificuldades. Por outro lado não vemos cursos voltados para a pesca, engenharia florestais, medicina e tantos outros. O que parece é que o meio rural não precisa de muitas coisas para se viver, ao contrário nossos jovens padecem por falta de oportunidades, saúde, educação e outras necessidades que se formos falar passaríamos o dia todo falando e não acabaria⁷⁹.

Nestes termos, mediante aspectos contraditórios e omissão do estado em relação as juventudes, ressalta-se o papel central de organismos e movimentos sociais no campo que tem historicamente pautado, reivindicado e implementado iniciativas que contemple a diversidade sociopolítica e sociocultural das juventudes do campo. Assim,

[...] a dinâmica organizativa e a capacidade de mobilização social, aliada à histórica ausência do Estado, contribuíram para que iniciativas educacionais e de qualificação social-profissional fossem protagonizadas pela Sociedade Civil, a exemplo de experiências dos Centros de Formação por Alternância(CEFFA's) por meio da implantação de Casa Familiar Rural (CFR) e Escola Família Agrícola(EFA); a iniciativa do Programa Jovem Saber da CONTAG; o Programa Especial de Juventude do Movimento de Organização Comunitária (MOC), entre outros (FREIRE, 2009, p.29).

Dentre os maiores entraves acerca das políticas públicas para as juventudes do campo, tem-se que elas não partem de um debate profundo sobre as realidades destes sujeitos. As agendas destas políticas necessitam contemplar as especificidades de cada região, de modo a consideraras diversidades locais. Nestes termos, Freire (2009, p.34) destaca que “[...] há elementos intrinsecamente vinculados à subjetividade humana, ao afeto da terra, a relação de pertencimento dos sujeitos com o espaço e a cultura local. No caso da juventude camponesa, há um elemento estruturante: os projetos de vida”.

Neste ponto centra-se importante reflexo, pois ao dialogar com os sujeitos da pesquisa, deparou-se com o importante papel que as expectativas futuras tem sobre as juventudes, o que gera sobre os jovens uma maior preocupação em relação aos seus projetos pessoais diante das (in)certezas de permanencia no campo, das escolhas profissionais, dos rumos a seguir etc. Nestas delineações, para Freire (2009. p.34), o projeto de vida, para estes sujeitos, consiste no “[...] campo de possibilidades no qual o indivíduo se situa, o contexto

⁷⁹Entrevista com Eneas de Oliveira Maciel, Secretário de Juventude do STTR, líder político do partido dos Trabalhadores e aluno do 9º semestre do curso de agronomia na UFPA, em maio de 2016.

multidimensional no qual objetivamente vive, que contribuirá para a realização do projeto de vida”. Destarte, tem-se o seguinte depoimento

Quero me formar, dar um futuro melhor pra minha comunidade. Temos que avançar em forma de educação da produção. Queremos que nossos ramais melhorem, que tenha esporte e lazer para nossos jovens. Em minha comunidade temos uma vocação para o esporte, mas nunca nenhum poder público fez uma coisa boa pra gente. Lá quem faz é a gente mesmo. Eu espero nunca sair de minha comunidade. Meu projeto de vida é me formar e atuar aqui na minha localidade. Infelizmente isso não é muito fácil nos dias de hoje, porque muitos tem que sair em busca de melhor condição de vida⁸⁰

Freire (2009) traz nesta reflexão, as discussões de Schutz (1979) e Velho (1994) os quais discutem o projeto de vida como ponto dialético entre os indivíduos e a sociedade. Ao pensarem em suas particularidades de vida, buscam esses ideais relacionados as melhorias e desenvolvimento de suas comunidades. Esses projetos individuais e, ao mesmo tempo, coletivos, segundo Freire (2009, p.34), “[...] ganham materialidade no bojo do campo de possibilidades e nas múltiplas dimensões contextuais –econômica, social, cultural, ambiental, geracional, gênero, entre outras – nas quais os indivíduos estão imersos”.

Os referidos depoimentos revelam essa preocupação individual, em uma conjuntura com o universo que os cerca, isto é, em correlação com o desenvolvimento social e político de suas populações, fato observável na seguinte entrevista.

Minha perspectiva de vida é terminar esse meu curso aqui [CFR] no intuito de implementar na minha propriedade o que aprendi. Meu sonho é cursar uma universidade (sic) de ter uma política voltada para o campo (sic) de filhos de agricultores que precisam tanto para transformar essa nossa realidade que *ver* hoje e m dia. Nós que somos filhos de agricultores nós não *tem* condições de cursar uma universidade⁸¹

O relato do referido jovem confirma as reflexões dos autores, onde os projetos de vida das juventudes do campo tem intrínseca relação com o desejo de crescimento de suas comunidades. Perpassa pelo anseio de desenvolvimento, revelam as angustias e sonhos destes sujeitos em um campo de extremas contradições sociais no campo.

Contudo, as perspectivas atuais das juventudes do Campo, situam-se em incertezas e desfavorecimentos destes diante das reconfigurações do Estado. Requer dos Movimentos Sociais voltados para a Juventude maior resistência e lutas contínuas em prol de um Campo digno aos seus jovens, onde ficar ou sair se sua localidade seja uma opção livre e não uma condição do sistema capitalista de produção.

⁸⁰Entrevista com Rubens Damasceno Tavares, aluno de Administração na UNIASSEVI e secretario no STTR-Cametá-PA.

⁸¹Entrevista com Adonai Braga Baia, aluno do 3º ano da CFR-Cametá, em agosto de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Volta-se para a inspiração do texto que abre este estudo, *Jovem do Campo: travessias de esperanças*. Nele revela-se um dos mais nobres sentidos do ato de pesquisar, que os caminhos até aqui percorridos não revelam o fim, ou até mesmo, certezas, mas apontam reflexões e rumos necessários à práxis sindical dos jovens no STTR-Cametá, bem como, estende-se este pensamento às juventudes da Amazônia Cametaense de modo plural e, ao mesmo tempo, tão singular.

O contexto da juventude do campo na Amazônia aponta necessárias ações dos poderes públicos em suas mais amplas esferas, em um movimento que envolva a sociedade civil, movimentos e demais organizações sociais em prol de políticas públicas voltadas para a educação do/no campo, fortalecimento da Agricultura Familiar e sustentabilidade, de modo a reconhecer as singularidades das mais diversas populações e dar-lhes condições dignas de vida.

Neste sentido, os Movimentos Sociais tem grande importância, por sua característica reivindicativa e propositiva diante do Estado, pois os desafios postos requerem uma visão mais plural e abrangente para a Amazônia. Deste modo, a educação necessita ter um olhar diferenciado e mais condigno aos sujeitos do campo.

A presente Dissertação teve como objetivo analisar a atuação política dos jovens no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Cametá, Estado do Pará (STTR-CAMETÁ), seus contextos históricos, sociopolíticos e aspectos de suas formações. O contexto da atuação analisada vai muito além do sentido de simplesmente agir sobre uma realidade concreta, mas, sobretudo, pensá-la, refleti-la, transformá-la, refutá-la – é o ato praxiológico das juventudes sindicalistas do presente sindicato.

Especificamente, buscou-se discutir o contexto histórico do STTR-Cametá, o papel do jovem como agente sociopolítico nesse processo, os princípios formativos, os desafios atuais vivenciados por estes jovens, suas expectativas sociais e políticas, bem como o debate acerca das Políticas públicas para a juventude.

Para atingir os objetivos traçados, buscou-se construir caminhos metodológicos que estivessem de acordo com as estratégias da pesquisa e com a realidade dos sujeitos pesquisados. Não bastou ir às fontes e registros documentais, nem mesmo aprofundar-se nas mais diversas literaturas voltadas para a temática, foi necessário dialogar com os mais diferentes líderes e liderados no âmbito da construção histórica do STTR-Cametá, tais como entrevistas e conversas com os sujeitos que fizeram parte do processo formador do presente

sindicato. Neste sentido, no caso das entrevistas, muitas delas não puderam ocorrer em um plano rígido e previamente estruturada, pois, os sujeitos, especialmente os mais idosos, tiveram, nesse momento da pesquisa, um instante de saudosismo e de conversas longas, emocionantes, inquietas e esperançosas.

No diálogo com os jovens, diria, os jovens de hoje, esse processo se deu de forma diversificada, ora com entrevistas e ora como diálogos livres, totalmente espontâneo. Foi precioso, na maioria das vezes instiga-los, provocá-los para extrair-se suas concepções e compreensões acerca de seus papéis no sindicato e na sociedade.

No aspecto de aproximação da atual diretoria, assim como todo o corpo diretivo do STTR-Cametá, encontrou-se dificuldades nesse processo, uma vez que percebeu-se que ainda não há uma consciência por parte destes sobre a importância de pesquisas acerca do sindicato, bem como, a observação de que há uma resistência no ato de dialogar sobre determinados problemas. Neste sentido, verificou-se que não há uma cultura de preservação do capital histórico no presente sindicato, que apesar de haver diversas secretarias, como Secretaria de Juventude, Secretaria de Mulher, dentre outras, sua organização não se dá de modo inteiramente coletivo, isto é, trazendo as reflexões realizadas pelo secretário de juventude, ainda existe polarizações de forças, onde tem-se as minorias e as majorias no âmbito das prioridades.

No caso da Secretaria de Juventude, as evidências demonstram que não há uma política e interesse em formações político-sindicais para os jovens por parte da diretoria. Esta secretaria ainda funciona muito aquém de suas potencialidades, tanto nos aspectos de investimentos, quanto de suas ações. Tem funcionado mais como a ocupação de uma pasta administrativa, um lócus simbólico dos jovens. Ademais, não há, em sua estrutura administrativa uma organização dos dados dos associados, de modo a classificá-los por categorias e segmentos internos. Estes dados ainda ficam muito no campo dos “achismos”, isto é, “a gente acha que temos mais de dois mil jovens”, “a gente acha que tem mais mulheres do que homens”. Destaca-se isso, no sentido que é de suma importância o sindicato se organizar neste sentido, uma vez que diante de dados concretos se pode ter diagnósticos mais precisos e condizentes à realidade do STTR-Cametá.

Encontrou-se dificuldades acerca de referenciais teóricos voltados especificamente para a presente pesquisa. As experiências voltadas para as juventudes sindicalistas estão muito no campo histórico de décadas anteriores, como a de 1980 e 1990. No caso específico de Cametá, observou-se que o STTR-Cametá não conseguiu se desprender de uma relação histórica com a então Prelazia de Cametá e outros parceiros como a APACC, CFR-Cametá,

FASE (década de 1980) as quais, por meio de parcerias, realizaram diversas formações ao longo da década de 1980 a 1990.

Nessas delineações se observa dois movimentos fundamentais. O primeiro consiste em um processo formador das instituições parceiras, as quais contribuíram fundamentalmente para a formação e conscientização de um sindicato livre e autônomo, a exemplo do Movimento da Oposição Sindical na década de 1980. O segundo consiste, nos tempos atuais, um sindicato que não tem se reinventado diante das dificuldades encontradas, permanecendo dependente das contribuições dos associados e presos a *modus opedandi*, em sua maioria, desarticulados da realidade. No caso dos jovens, esta realidade é mais latente, o sindicato não tem se apresentado como um meio atraente para os jovens de hoje. Além de ações esporádicas como cursinhos populares, em parceria com a Universidade Federal na época dos vestibulares, não se visualiza uma política interna de cunho estrutural, ficando mais na condição de ações assistencialistas e sazonais.

Partindo das reflexões de Gohn (2010), as juventudes tem procurado meios e movimentos mais atraentes, conectados por redes sociais e tem se negado a participar de formas mais tradicionais de organizações políticas e sindicais, a exemplo, Partidos Políticos e Sindicatos. Nestes termos, em Cametá, apesar de ser um município relativamente pequeno diante das grandes cidades não é estranho o uso de organizações e publicações por meio de redes sociais.

Outro fator que tem contribuído maciçamente para o esvaziamento da juventude sindical no STTR-Cametá é a migração destes para Colônia de Pescadores Artesanais de Cametá (Z-16), Associação dos Pescadores do Município de Cametá (APAMUC) e demais organismos representantes dos pescadores em função do seguro-defeso.

As conclusões que chegaram-se destacam que os jovens tem importante papel na construção histórica, política e social do STTR-Cametá. A tomada do sindicato na década de 1980, o movimento das diretas já, as mobilizações contra projetos do Capital como as instalações da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), as lutas por terra na região do baixo Tocantins e melhorias das estradas que cortam a região todas essas ações tem nos jovens a sua força-motriz.

O processo histórico do STTR-Cametá se subdivide em dois momentos: o primeiro na década de 1970 e o segundo 1980 com a tomada do sindicato pelos trabalhadores. Este movimento histórico tem reflexos no papel desenvolvido pelos jovens. No segundo momento observou que os jovens tiveram maior envolvimento e participação no processo de organização, luta e formação sindical.

No âmbito de seu espaço legítimo no interior do STTR-Cametá, a juventude custou a ter seus reconhecimentos, pois consiste em um processo recente e de muita persistência, com a criação da Secretaria de Juventude no ano de 2006, após 32 anos de sua fundação. Esse processo se deu em um momento em que a CONTAG desenvolveu a nível nacional ações formativas voltadas para a juventude sindical, recomendações e determinações que de modo forçoso contribuiu para essa conquista da juventude sindical.

Ao que concerne os desafios dos jovens sindicalistas, estes permanecem vivos no bojo de suas lutas, uma vez que as Políticas Públicas, até aqui implementadas, não correspondem as reais necessidades sociais e políticas destes sujeitos e no campo interno muito precisa-se avançar na legitimidade e reconhecimento destes enquanto líderes dignos e aptos a assumirem a própria direção sindical, dentre outros espaços no interior deste sindicato.

Vê-se que o contexto da práxis juvenil sindical no presente sindicato encontra-se em um momento, dir-se-ia, de movimento sociopolítico e organizacional – em transformação -, que requer mudanças, mas que, mesmo diante destes processos contraditórios, carrega um capital histórico de formação e contribuições sociais que o credencia portador de mudanças e, que diante de remodelações do estado precisa-se reinventar e cumprir seu papel diante dos interesses da fração de classe dos trabalhadores rurais e neste processo os jovens tem extraordinária importância. Ademais, sua própria história revela o quanto, no dizer de Istiván Mészáros (2008), este sindicato representa um canal de transformação, contradição e práxis dos jovens e de todos trabalhadores rurais de Cametá, o qual tem sua importância indiscutível e precisa ser respeitada partindo do grau de suas grandes contribuições para o baixo Tocantins.

Contudo, as travessias das juventudes continuam, os desafios estão postos a serem combatidos e vencidos por aqueles que acreditam na utopia, que no dizer de Galeano (2003), servem para, de fato, não deixar de caminhar. O estudo não encerra o debate sobre a práxis juvenil sindical no STTR-Cametá, são elementos que obviamente necessitam de outros estudos, outras análises, de modo a contribuir para o Movimento Sindical Juvenil e a continuidade desta reflexão pode favorecer o empoderamento das organizações, formação e debate contemporâneo acerca da problemática abordada neste estudo.

DOCUMENTOS DE CONSULTA

- Informativo do Movimento da Oposição Sindical, Cametá, 16 de fevereiro de 1983.
- Texto publicado pela CPT intitulado de “As Lutas Populares”, em Jornalzinho “Comunidade Cristã” da Prelazia de Cametá, nº 112, Julho de 1984, p. 19
- Texto publicado pela CPT, em Jornalzinho “Comunidade Cristã” da Prelazia de Cametá, nº 105, Março de 1983, pp. 15-16 (Arquivos da Diocese de Cametá).
- Texto publicado pela CPT, seção “Caso Anilzinho IV”, em Jornalzinho “Comunidade Cristã” da Prelazia de Cametá, nº 108, outubro de 1983, p. 20 (Arquivos da Diocese de Cametá).
- Relatório da Prelazia de Cametá do X Encontro de Lavradores de 30 de abril de 1990.
- Boletim informativo nº 1, ano 1990, Sindicato dos Trabalhadores de Cametá-PA.
- Livro de Cantos Comunidade Canta
- Relatório da I Conferência Municipal de Juventude de 04 de setembro de 2015

Relação de entrevistados

Eneas de Oliveira Maciel, Secretário de Juventude do STTR, faz o 9º semestre do curso de agronomia na UFPA. **Idade:** 32 anos.

Ezequiel Barros Pereira, graduando do Curso de Educação do Campo do Campus Universitário do Tocantins, CUNTINS/UFPA e Graduando do Curso de Pedagogia na UNIASSELVI. **Idade:** 27 anos.

Jaqueline Cristina, membro do STTR-Cametá-PA, Pastoral da Juventude e filha de militantes do movimento sindical. **Idade:** Tenho 22 anos

José Maria Louzada, primeiro vereador pelo PT em Cametá, líder comunitário e sindical nas décadas de 1970, 1980 e 1990. **Idade:** 78 anos.

Luiz Gonzaga da Cruz (Zé Capina), liderança sindical, do partido dos trabalhadores (PT). Ex-presidente do sindicato (1997-2000) e Vereador pelo PT (2001-2005). **Idade:** 68 anos.

Manoel domingos valente (Dominguinhos), membro das comunidades cristãs e líder sindical e um dos fundadores do PT em Cametá. **Idade:** 78 anos.

Marcelo Pereira de Sousa, egresso da CFR-Cametá e Agrotécnica de Castanhal, Técnico Agrícola e graduando em Ciências pela UNIASSELVI. **Idade:** 33 anos.

Roseli Pinto Cruz (Rozi), ex-presidente do STTR-Cametá-PA, liderança política do PT-Cametá e coordenador na área da secretaria Municipal de Saúde. **Idade:** Tenho 48 anos.

Rubens Damasceno Tavares, membro do STTR-Cametá-PA. **Idade:** Tenho 24 anos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 1997.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

_____. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação educacional.** Brasília: Liber livro, 2005.

ANJOS, G.; **A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais.** Indicadores Econômicos FEE (Online), v. 41, p. 103-118, 2013.

ARAUJO, R. M. L.; ALVES, João Paulo da Conceição. **Juventude, Trabalho e Educação: questões de juventudes na Amazônia.** In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2013, Lisboa. Atas do VI Seminário Luso-Brasileiro Educação, Trabalho e Movimentos Sociais: das políticas às lógicas de ação.. Lisboa: IE-UL, 2013. v. 1. p. 246-259.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo.** In. Filosofia da Práxis e a didática da educação profissional. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011, p.7-43.

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense.** Tese (doutorado) – UFRJ, 2007. 242 f.

BAKTHIN, M. **Estética da criação verbal.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BEOZZO, José Oscar. **Medellín: inspiração e raízes.** Revista Eclesiástica Brasileira, v. 58, n.232, dez. 1998, Petrópolis. p. 823-850.

BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.** São Paulo, 1991.

BORGES, Bento Souza. **Jovem/Juventude nas pesquisas: desafios.** Cadernos da FUCAMP, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. In: **Actes de larechercheensciencessociales.** v. 17-18, nov. 1977

_____. **“A juventude é apenas uma palavra”.** In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 113.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude**

e o **Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. Publicada no Diário Oficial da União de 05.08.2013 e retificada no DOU de 22.6.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 17 de outubro de 2014.

_____. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Brasília, agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.participatorio.juventude.gov.br>>. Acesso em: 19 de outubro de 2015.

CALDART, Roseli Salette. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. educ. saúde [online]. 2009, vol.7, n.1, pp. 35-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 7 de outubro de 2014.. ISSN 1981-7746.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Educação de Jovens e adultos (EJA) e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”**. In: Maria Margarida Machado. (Org.). Formação de Educadores de Jovens e Adultos (II Seminário Nacional). 1ed.Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008, v. 1, p. 103-118.

_____; DAYRELL, Juarez Tarcisio. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. 25ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, GT 3 Movimentos Sociais e Educação. Caxambu (MG): 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp25.htm#gt3>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CONTAG. DIRETORIA EXECUTIVA. **ESTATUTO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA**. Gestão 2009 a 2013. Disponível em: <<https://www.contag.org.br/imagens/festatuto-da-contag.pdf>>. Acesso em: 24/10/2015.

DAYRELL, Juarez. **O Jovem como sujeito social**. Set /Out /Nov /Dez 2003 N 24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 19/08/2015.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 2º ed., Campinas-SP. Papirus, 1996.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A questão dos intelectuais em Gramsci**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014 265. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a04n118.pdf>>. Acesso em: 12/05/2016. As: 17:23 .

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAVACHO, José Coutinho. **O Catolicismo Amazonico e as CEB'S diante das transformações sociais em ocorrência na Região: estudo sobre a pastoral da Prelazia de Cameté, à luz da Teologia da Libertação**. 1984. 155f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1984.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire: Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação**. São Paulo: USP, 1999. 133p. (Dissertação de Mestrado).

FREIRE, Jacqueline C.S. **Políticas Públicas de Juventude do Campo: Saberes da Terra e Sustentabilidade na Amazônia Paraense**. Anais do V ENANPPAS. Florianópolis, outubro de 2010. Disponível em: < <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-47-960-20100912192634.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2016. Às 20:45.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, Regina; Vannuchi, Paulo (org.) *Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro Setor**. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n1, p.11-40, jan/jun. 2000. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>>. Acesso em: 09/08/2016. As: 18:04 .

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Cortez, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **O Intelectuais e a Organização da Cultura**. 6º Ed. São Paulo: Civilização brasileira, 1988.

_____. **Cadernos do Cárcere: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V.1. Disponível em < <http://www.rabaneda.adv.br/download/Ciencias%20Pol%EDticas/Gramsci-Cadernos-Do-Carcere-Vol-I.pdf>>. Acesso em: 16/05/2016. Às 15h06min.

INFORMAL, Dicionário de Português gratuito para internet. 2016. Disponível em <<http://www.dicionarioinformal.com.br>> Acesso em: 16/04/2016. Às 14h22min.

KINGDON, J. W. **Formação da Agenda**. IN. SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

_____. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: HarperCollins, 1995.

KONDER, Leandro. **O futuro da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O que é dialética?**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MANYARI, Waleska Valença. **Impactos ambientais a jusante de hidrelétricas: o caso da usina de Tucuruí-PA**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE Tese [doutorado]Rio de Janeiro, 2007

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. “**La juventudes más que una palabra**”. In: Margulis, M. (org.). *La juventudes Más Que una Palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 25.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Introdução: Jacob Gorender. Tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins fontes, 1998

MEDEIROS, LeonildeServolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENEGOZZO, Carlos Henrique Metideri. **Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)**. SÃO Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 431. Disponível em:<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pt_bibliografia_1ed.pdf>. Acesso em: 14/03/2016.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O processo de pesquisa – iniciação**. Brasília: Plano Editora, 2002.

NUNES, Francivaldo Alves.**Notas do Escrivão do Juiz de Paz: Aspectos Fundiários na Comarca de Cametá (1864-1873)**. In: III Encontro de História da Amazônia Tocantina - Cultura, Trabalho e Educação nas Amazônias, 2009, Cametá. Anais do III Encontro de História da Amazônia Tocantina - Cultura, Trabalho e Educação nas Amazônias. Cametá: Ed. Prelazia-UFPA, 2009. v. 1. p. 06-06.

PAULON, Alessandra Ciambarella. **Entre o rosário e as armas: a Ação Popular e a questão da luta armada no Brasil (1965-1968)**. Anais da ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense**. Niterói: [s.n], 2014. 434 f.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pós-1964**. Paraka-tatu: Belém, 2003.

PANTOJA, Ana Barbara de Oliveira. **Fé, Política e Organização Sindical: A História do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá (1960-1985)**. UFPA. Cametá-PA, 2009.

PANTOJA, Pedro Ladinilson do Rosário. **Saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó – município de Cametá-Pa.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, 2015. 148 f. **Belém-PA, 2015.**

PARRA, Jorge Barrientos. **O Estatuto da Juventude: Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens.** Brasília a. 41 n. 163 jul./set. 2004. Disponível em: <www.fas.curitiba.pr.gov.br/baixarMultimidia.aspx?idf=122>. Acesso: 25/09/2015.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzadas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazonia Tocantina Paraense.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: [s.n], 2014

PIRES, J. M.; LAGO, M. C. **Breves reflexões sobre a construção de imaginários sociais sobre o trabalhador no Estado Novo (1937-1945) e no Primeiro Peronismo (1946-1955).** Dimensões: Revista de História da UFES, v. 35, p. 295-320, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/12501/8700>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2016. Às 23:15.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Migração, Trabalho e Imprensa: Manaus, 1890-1928.** XXVII Simpósio Nacional de História/ANPUH. Natal-RN, 22 a 26 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364782486_ARQUIVO_LuisBalkarPinheiro-Migracao,TrabalhoeImprensa-Anpuh2013.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016. Às 19:30:15.

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PRAZERES. Maria Sueli Corrêa dos. **Educação no campo e participação social: reflexões sobre a experiência da Casa Familiar Rural de Cametá/ PA.** Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Pará, 2008. 191 f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ/SEMED. **Relatório De Visita Técnica Realizada Nas Escolas Quilombolas Sob A Coordenação Da Educação Do Campo – Semed Cametá.** Cametá/Pa, 2016. (Documento digitado).

ROCHA, Heber Silveira. **Formação de Agenda de Políticas Públicas de Juventude no Governo Federal de 2002 A 2005.** Brasília, 2014. Disponível em <www.observatoriodejuventude.com.br> Acesso em: 16/012/2016. Às 14h22min.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores z-16 – Cametá/Pará.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

SILVA, Adriane dos Prazeres. **Trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins, organização e parcerias com a igreja progressista da prelazia de Cametá (1979- 1991)**. In: I Encontro Estadual Anpuh - Ap I Jornada Internacional de Estudo de História da Amazônia ' Diásporas, migrações e territorialidade na Pan- Amazônia.', 2014, Macapá. Anais do I Encontro Estadual. Macapá: Anpuh - ap, 2014. v. 1. p. 1-11.

_____. **ANILZINHO: A LEI DO POSSEIRO; CONFLITOS E RESISTÊNCIA NO BAIXO TOCATINS PARÁ**. In: Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos, 2015, Belém. Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos. Belém: Açai, 2015. v. 8. p. 3-12.

_____. **O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981)**. Dissertação de Mestrado, Belém: PPGHIST-UFPA, 2016.

SPOSITO, Marília Pontes (org.). (2009). **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentum, v. 1. 2009.

_____. **Juventude: crise, identidade e escola**. In: DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001. p. 96-104.

_____. CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. 26º Reunião anula daANPED, Poços de Caldas, MG, outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>>. Acesso em: 12/05/2016. As: 16:04 .

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2003

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.

TAVARES, Ricardo. **CONTAG, da Ditadura à Transição – Memória Social e Construção Política do Campesinato**. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1992.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica da ciência e da pesquisa**. Belém: Unama, 2001.

UNFPA. FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Situação da População Mundial 2014**. Disponível em:<<http://www.unfpa.org/es/swop>>. Acesso em: 13/05/2017. As: 2:30.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 1968.

WANZELER, João Batista. **Educação em Movimento, Trabalhadores Rurais em Formação: um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA (décadas de 1970-90)**. Dissertação. UFPA, Cametá-PA, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**.Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS**ANEXO 1 - Escolas do Campo da Rede Municipal de Ensino de Cametá****Escola Municipal de Ensino Fundamental José Valente Moreira, Vila do Carmo.**

Fonte: Relatório SEMED/2015.

Escola Municipal de Ensino Fundamental de Bom fim, Itapocú, distrito de Juaba

Fonte: Relatório SEMED/2015

Escola Municipal de Ensino Fundamental de Pedral, distrito de Juaba

Fonte: Relatório SEMED/2015



ANEXO 2 – Publicações do Movimento de Oposição Sindical

Jornalzinho do Movimento da Oposição Sindical: personagem “Zé Capina”



ELEIÇÕES

O SINDICATO SERÁ NOSSO PORQUE TODOS NÓS SEREMOS O SINDICATO

VOTE CHAPA 2

Lavradores em AÇÃO

ESTES SÃO OS COMPANHEIROS DA CHAPA 2

DIRETORIA

EFETIVOS
Francisco de Assis Contente (Chicão)
Benedito Dias Souza
Jerônimo Ribeiro SA

SUPLENTE
Luiz Gonzaga da Cruz (Zé Capina)
João Evangelista de Souza Veiga
José Raimundo Prestes Gonçalves

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS
Benedito Pereira dos Santos (Benão)
Benedito Xavier Alves
Raimundo Cândido Cardoso

SUPLENTE
Osmar da Cruz
Benedita Silva de Andrade
Antenor de Souza Ribeiro

DELEGADOS REPRESENTANTES

EFETIVOS
Manoel Maria Rodrigues Louzada
Arnaldo Lobo Martins

SUPLENTE
José Gaia Xavier
Antonio de Souza Sobrinho

DIocese de Cameté ARQUIVO

VAMOS CAPINAR A PELEGADA DO SINDICATO

8 de JULHO

VOTE CHAPA 2

OPOSIÇÃO SINDICAL
Lavradores em AÇÃO



SINDICATO GOVERNADO POR PELEGO É UM SINDICATO FRACO. SÓ DEFENDE OS INTERESSES DOS GRANDES



VAMOS NOS PREPARAR PARA CONSEGUIR UM SINDICATO FORTE QUE DEFENDA OS INTERESSES DOS LAVRADORES

PAGANDO NOSSAS MENSALIDADES E NO DIA 8 DE JULHO ELEGENDO COMPANHEIROS COMPROMETIDOS COM AS NOSSAS LUTAS

Recado do ZÉ CAPINA

VAMOS GARANTIR UM SINDICATO QUE SEJA NOSSO DE VERDADE!

DIocese de Cameté ARQUIVO

ATENÇÃO

O companheiro deve se informar na sua delegacia ou na Sede do Sindicato para saber em que local (secção) deverá votar.

No dia da eleição, antes de sair de casa, coloque no bolso a sua carteira de sócio do Sindicato e o Recibo de pagamento da última mensalidade que você quitou. Caso você tenha perdido sua carteira de sócio, leve sua carteira de identidade ou seu título de eleitor, ou seu Certificado de Reservista, ou sua carteira profissional.

Compareça na sua secção, aonde vai votar, no horário das 8 horas da manhã até às 5 horas da tarde.

Procure o local onde fica instalada a urna e se apresente ao Presidente da Mesa, mostrando o documento e o recibo. Depois assinie a Folha de Votação, pegue a sua Cédula de Votação, que deve ter a assinatura dos mesários, vá até a cabine e faça um X no quadro que tiver o número 2. É o quadro do meio. Feito isso, volte para a mesa com a sua cédula dobrada e coloque na urna.

As urnas serão instaladas nas seguintes secções:

- AREIÃO
- CARAPAJÓ
- CURUAMBABA
- JAITUBA
- JUARA
- MUTUACÁ-CIMA
- PARURÓ-BAIXO
- PORTO GRANDE
- VILA DO CARMO
- VILA PINTO
- SANTAMARIA (2 secções)
- CAMETÁ-TAPERA
- SEDE

ANEXO 3 – Manifestações contra a Barragem de Tucuruí

Manifestação contra a Barragem de Tucuruí Passagem da Equipe de negociação com a presença de D. José Elias Chaves (de camisa mangas compridas branca, imagem à direita), 1984



Fonte: Wanzeler (2015).

Manifestação de rua contra os danos causados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, 1984.



Fonte: Wanzeler (2015).

ANEXO 4 – Encontros *Anilzinho*

Comunidade de Nova América, município de Cametá saudando os participantes do “III Encontro Anilzinho”, 1982.



Fonte: Wanzeler (2015).

Plenária do Encontro Anilzinho, município de Cametá, com presença do Bispo da Prelazia de Cametá D. José Elias Chaves, 1982.



Fonte: Wanzeler (2015).